



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
CIÊNCIAS AMBIENTAIS

De que meio ambiente estamos falando? Temáticas e contextos
espaciais abordados para educação ambiental por meio do projeto Eco
Kids e Eco Teens

Autora: Karina Gomes Cherubini

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sávio Damásio da Silva

Coorientador: Prof. Dr. Rubens Jesus Sampaio

"Dissertação apresentada, como parte das exigências para
obtenção do título de MESTRE EM CIÊNCIAS
AMBIENTAIS, no Programa de Pós-Graduação Stricto
Sensu em Ciências Ambientais da Universidade Estadual
do Sudoeste da Bahia - Área de concentração: Meio
Ambiente e Desenvolvimento"

Itapetinga – BA

2020

KARINA GOMES CHERUBINI

DE QUE MEIO AMBIENTE ESTAMOS FALANDO? TEMÁTICAS E CONTEXTOS
ESPACIAIS ABORDADOS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR MEIO DO PROJETO
ECO KIDS E ECO TEENS

"Dissertação apresentada, como parte das exigências para obtenção do título de MESTRE EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS, no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Área de concentração: Meio Ambiente e Desenvolvimento"

Itapetinga - Bahia, março de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.

Universidade

Prof. Dr.

Universidade

Prof. Dr.

Universidade

*Em Ecologia, existem dois tipos de
resultados,
o estatístico e o biológico.
Qual é o valor biológico de teus achados
estatísticos?
Paulo Sávio Damásio da Silva, 2020.*

A todos os parceiros do projeto Eco Kids e Eco Teens,
por acreditarem na capacidade transformadora
da educação ambiental.

AGRADECIMENTOS

A meu orientador, Prof. Dr. Paulo Sávio Damásio da Silva, que despertou o interesse pela pesquisa científica, encantando com sua facilidade de construção de problemas, hipóteses e objetivos, a partir de situações imaginárias exemplificadas na sala de aula, bem como por não ter desistido desta orientanda, com proposta e linha de pesquisa tão diversas das que costuma atender.

A meu coorientador, Prof. Dr. Rubens Jesus Sampaio, pela disposição, organização e sistemáticas de atendimento, bem como pelo exemplo pessoal de empenho na execução de projetos e condução de equipes.

À minha família, pela compreensão das ausências.

A todos conselheiros editoriais, professores e parceiros do projeto Eco Kids e Eco Teens, por todas as ideias, ideais e horas de vida compartilhadas.

A todos os alunos, autores e participantes dos jornais Eco Kids e Eco Teens, responsáveis por momentos de riso, choro, emoção e renovação, a cada edição lida, a cada lançamento de jornal assistido.

Ao Ministério Público da Bahia, por institucionalizar o projeto e a toda equipe de servidores e estagiários que não mediram esforços para cumprir horários, cronogramas e planos de ação com muitos, mas muitos detalhes listados (*checklist*).

A todos os leitores do *site* do projeto Eco Kids e Eco Teens.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta construção.

RESUMO

Considerando o projeto de educação ambiental Eco Kids e Eco Teens, o qual promove o envolvimento de alunos da educação básica na produção de jornais sobre meio ambiente, pretendeu-se neste trabalho apresentar o panorama categórico, a frequência e eventual similaridade de temas ambientais eleitos pelas escolas de seis municípios do Estado da Bahia, no período de 2014-2018, para a publicação dos informativos, bem como verificar a articulação espacial temática preponderante. Elaborou-se a hipótese de existência de temas comuns e preferenciais trabalhados nas escolas para produção dos jornais Eco Kids e Eco Teens, como espelhamento de preocupações ambientais nacional ou internacionalmente destacadas, dentre elas, segurança hídrica e aquecimento global. Outra hipótese elaborada foi a de que o projeto Eco Kids e Eco Teens despertava para a abordagem de problemas ambientais locais, assim compreendidos o entorno da escola e o território do município. A fundamentação teórica do estudo foi obtida em doutrina e legislação sobre educação ambiental e na descrição e justificativa do projeto Eco Kids e Eco Teens, idealizado pelo Ministério Público da Bahia e desenvolvido em parceria com municípios. Como metodologia, utilizou-se abordagem quali-quantitativa e análise de conteúdo. Os títulos dos jornais ambientais foram empregados como indicadores do conteúdo, enquanto o posicionamento desses, como elemento de valoração, seguindo critérios jornalísticos. Efetuaram-se leituras flutuante e sistematizada dos jornais, com registro e contagem dos itens de significação. Como resultado, constatou-se a confirmação parcial da primeira hipótese, diante da existência de temas comuns e preferenciais entre as diferentes escolas e municípios, com destaque para o assunto água. No entanto, o assunto aquecimento global não entrou nesse rol temático. Quanto à segunda hipótese, tem-se como confirmada, eis que, embora predominando o enfrentamento de assuntos de âmbito geral, o projeto Eco Kids e Eco Teens estimulou a abordagem de aspectos socioambientais de cada município, contribuindo para educação ambiental significativa e contextualizada.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Sudoeste da Bahia. Temas de interesse.

ABSTRACT

Considering the environmental education project Eco Kids and Eco Teens, which promotes the involvement of basic education students in the production of newspapers about the environment, it was intended in this work to present the categorical overview, frequency and possible similarity of environmental issues elected by schools in six municipalities of the State of Bahia, in the period 2014-2018, for the publication of the newsletters, as well as verify the preponderant thematic spatial articulation. The hypothesis of common and preferential themes worked in schools for the production of Eco Kids and Eco Teens newspapers was elaborated, as a mirroring of national or internationally highlighted environmental concerns, among them, water safety and global warming. Another hypothesis elaborated was that the project Eco Kids and Eco Teens woke up to address local environmental problems, thus understanding the surroundings of the school and the territory of the municipality. The theoretical basis of the study was obtained in doctrine and legislation on environmental education and in the description and justification of the project Eco Kids and Eco Teens, idealized by Ministério Público of Bahia and developed in partnership with municipalities. As a methodology, a qualiquantitative approach and content analysis were used. The titles of environmental newspapers were used as indicators of content, while their positioning, as an element of valuation, following journalistic criteria. Floating and systematized readings of the newspapers were performed, with registration and counting of the items of significance. As a result, the first hypothesis was partially confirmed, with the existence of common and preferential themes among the different schools and municipalities, especially water. However, the issue of global warming did not enter this thematic list. As for the second hypothesis, it has been confirmed that, although the confrontation of issues of general scope predominates, the project Eco Kids and Eco Teens stimulated the approach of socio-environmental aspects of each municipality, contributing to significant and contextualized environmental education.

Keywords: Environment. Southwest of Bahia. Topics of interest.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abdema	Associação de moradores para defesa do meio ambiente
Acresol	Associação dos Catadores de Resíduos Sólidos
Amb.	Âmbito
ARAS	Associação Revendedores Produtos Agrotóxicos do Sudoeste
BA	Bahia
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CDHPF	Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo
CEP	Código de Endereçamento Postal
CGEA	Coordenação Geral de Educação Ambiental
CGEam	Coordenadoria Geral de Educação Ambiental
CIEAS	Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental
Cienb	Centro Integrado de Educação Luiz Navarro de Brito
Cooperbac	Cooperativa Mista de Pequenos Cafeicultores de Barra do Choça e Região Ltda.)
Cotefave	Comunidade Terapêutica Vida e Esperança
DCEN	Departamento de Ciências Exatas e Naturais
DEA	Departamento de Educação Ambiental
DNOCs	Departamento Nacional de Obras contra as Secas
EA	Educação ambiental
EDS	Educação para o Desenvolvimento Sustentável
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Embasa	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
Encruz.	Encruzilhada
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
HQ	História em Quadrinhos

IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Inema	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NEAs	Núcleos de Educação Ambiental
NTE	Núcleo Territorial de Educação
ODM	Objetivos do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PIEA	Programa Internacional de Educação Ambiental
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
REBEA	Rede Brasileira de Educação Ambiental
REGNE	Revista de Geociências do Nordeste
REMEA	Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
Secad	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
V	Valor
WSSD	World Summit on Sustainable Development
ZEE-Bahia	Zoneamento Ecológico-Econômico da Bahia

SUMÁRIO

	Página
1	INTRODUÇÃO12
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA16
3	CAPÍTULO I - BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SUA ADOÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E POSSÍVEIS REFLEXOS DAS ATUAIS MUDANÇAS POLÍTICAS17
3.1	INTRODUÇÃO.....19
3.2	DA PRÉ-HISTÓRIA AOS DIAS ATUAIS, A JORNADA HUMANA SOBRE A TERRA..... 20
3.3	A RESPOSTA AO CENÁRIO DE DEGRADAÇÃO AO MEIO AMBIENTE: A EVOCAÇÃO À EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS.....23
3.4	A INTERNALIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE MEIO AMBIENTE PELO BRASIL: A ADOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO26
3.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS34
	REFERÊNCIAS34
4	CAPÍTULO II - CONCEITUAÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUAS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS42
4.1	DA ORIGEM DA EXPRESSÃO EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DE SUA SINONÍMIA.....42
4.2	INFLUENCIADORES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ORIGEM HISTÓRICA E VERTENTES ÉTICAS.....44
4.3	DOS DIFERENTES CONCEITOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....48
4.4	DAS CORRENTES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL52
4.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS59
	REFERÊNCIAS59
5	CAPÍTULO III - MATERIAIS E MÉTODOS63
6	CAPÍTULO IV- PREDOMINÂNCIAS E CONVERGÊNCIAS TEMÁTICAS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL ENTRE MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA72
6.1.	INTRODUÇÃO.....74

6.2	HISTÓRICO E CONCEITUAÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, BREVES NOTAS.....	76
6.3	DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ECO KIDS E ECO TEENS....	80
6.4	ÁREA DE ESTUDO	80
6.5	METODOLOGIA.....	83
6.6	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	86
6.7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
	REFERÊNCIAS	97
7	CAPÍTULO V -DO LOCAL AO GLOBAL: A VALORIZAÇÃO DA TERRITORIALIDADE NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESTUDO DOS JORNAIS ECO KIDS E ECO TEENS.....	103
7.1.	INTRODUÇÃO.....	105
7.2	DA VALORIZAÇÃO DA TERRITORIALIDADE LOCAL PARA A PROMOÇÃO DE APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	107
7.3	DO PROJETO ECO KIDS E ECO TEENS.....	108
7.4	ÁREA DE ESTUDO	110
7.5	METODOLOGIA.....	112
7.6	DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	114
7.6.1	Dos resultados em Vitória da Conquista.....	116
7.6.2	Dos resultados em Barra do Choça.....	116
7.6.3	Dos resultados em Itapetinga	119
7.6.4	Dos resultados em Anagé.....	120
7.6.5	Dos resultados em Encruzilhada	121
7.6.6	Dos resultados em Nova Canaã	122
7.6.7	Dos resultados dos seis municípios	124
7.7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
7.8	REFERÊNCIAS	127
8	CAPÍTULO VI - GERAÇÕES DO FUTURO E SEGURANÇA HÍDRICA: SERÁ A ÁGUA A PRINCIPAL PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL DOS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA, APONTADA NOS JORNAIS ECO KIDS E ECO TEENS?	132
8.1.	INTRODUÇÃO.....	134
8.2	ÁREA DE ESTUDO	135
8.3	DO PROJETO ECO KIDS E ECO TEENS E SUA EXECUÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA.....	137
8.4	MATERIAL E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	139
8.5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	143
8.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
	REFERÊNCIAS	148
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
	REFERÊNCIAS.....	156

APÊNDICE A — Dados compilados do Município de Anagé em relação ao jornal Eco Teens	156
APÊNDICE B — Dados compilados do Município de Anagé em relação ao jornal Eco Kids	159
APÊNDICE C — Dados compilados do Município de Barra do Choça em relação ao jornal Eco Teens.....	160
APÊNDICE D — Dados compilados do Município de Barra do Choça em relação ao jornal Eco Kids.....	162
APÊNDICE E — Dados compilados do Município de Encruzilhada em relação ao Jornal Eco Teens	164
APÊNDICE F — Dados compilados do Município de Encruzilhada em relação ao Jornal Eco Kids.....	165
APÊNDICE G — Dados compilados do Município de Itapetinga em relação ao Jornal Eco Teens	166
APÊNDICE H — Dados compilados do Município de Itapetinga em relação ao Jornal Eco Kids.....	167
APÊNDICE I — Dados compilados do Município de Nova Canaã em relação ao Jornal Eco Teens	168
APÊNDICE J — Dados compilados do Município de Vitória da Conquista em relação ao Jornal Eco Teens	169
APÊNDICE K — Dados compilados do Município de Vitória da Conquista em relação ao Jornal Eco Kids	171
ANEXO A — Diretrizes Para Publicação Da Revista Pesquisa Em Educação Ambiental	173
ANEXO B — Diretrizes Para Publicação Da Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental (REMEA)	178

INTRODUÇÃO

Desde 2009, encontra-se em execução o projeto de educação ambiental Eco Kids e Eco Teens, idealizado pelo Ministério Público da Bahia e desenvolvido mediante parcerias com os municípios. O projeto tem sido analisado em trabalhos de conclusão de curso e em dissertações, enfocando a utilização da educomunicação no ensino de Ciências (EDUCOMUNICAÇÃO, 2016), o número de alunos envolvidos em atividades de sensibilização ambiental (ROCHA *et al.*, 2017), a possibilidade de inclusão de alunos com deficiência auditiva nas atividades de educação ambiental (SOUSA; SILVA JÚNIOR; COSTA, 2015). Igualmente, foi apresentado no contexto geral de projetos do município de Vitória da Conquista (SANTANA *et al.*, 2017, n.p.).

Todavia, não foi realizada pesquisa sobre os temas ambientais adotados pelas escolas para a produção dos jornais Eco Kids e Eco Teens. Não há levantamento sobre o conteúdo dos informativos nem sobre eventual repetição de temas geradores de ano para ano ou entre escolas de diferentes municípios. Tampouco se apurou se há diferenciação ou identidade temática entre escolas da zona rural em relação a escolas da zona urbana, quer no mesmo município, quer em municípios diversos.

Na mesma esteira, verifica-se que também não há estudos sobre o contexto espacial adotado para apresentação do tema ambiental. Não foi feito, até o momento, levantamento sobre a abrangência do enfoque, para verificar a predominância de temas ambientais locais, regionais ou internacionais nos jornais Eco Kids e Eco Teens.

Kawasaki e Carvalho (2009, p. 146) em seu dossiê sobre tendências e perspectivas da Educação Ambiental, sustentam o predomínio de relatos de experiência concretas de feitiço pedagógico nas pesquisas sobre educação ambiental. Por esta razão, além dos motivos já apontados, também se avança na análise do projeto Eco Kids e Eco Teens, para aproximar a experiência prática de seus fundamentos teóricos e legais, favorecer a um aprofundamento reflexivo e superar essa crítica.

Desse modo, mostra-se salutar averiguar as temáticas ambientais adotadas pelas escolas e seu contexto espacial. Em assim procedendo, a pesquisa demonstrará a percepção das escolas

sobre a situação do meio ambiente e sobre seus problemas mais relevantes, indicando os temas mais frequentes e os que sequer são abordados. Permitirá contribuir para a variação temática de edições futuras dos jornais Eco Kids e Eco Teens, com foco em conteúdos e problemas ambientais que precisem ser enfrentados com prioridade.

O levantamento da abrangência espacial e temática também se justifica pela possibilidade de despertar as escolas que participam do projeto Eco Kids e Eco Teens em relação a problemas ambientais de caráter local. É de se destacar que sua abordagem articulada com temáticas regionais ou internacionais não só atende à Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), como favorece, em face dessa proximidade situacional, o despertar para o protagonismo estudantil, com ações e busca de soluções ao alcance dos alunos.

Por fim, importante mencionar que Kawasaki e Carvalho (2009, p. 154) apontam para a concentração de experiências concretas e de pesquisas em Educação Ambiental no eixo Sul-Sudeste e indicam a importância de divulgar a produção de conhecimento em outras regiões do Brasil. Desse modo, ao dedicar o estudo ao projeto Eco Kids e Eco Teens, prática educacional ambiental nascida e aplicada no Estado da Bahia, atende-se a critério de eixo geográfico diverso do costumeiramente focado em pesquisas sobre educação ambiental.

Descrita sua justificativa, indica-se que o presente trabalho tem como objetivo geral verificar a ocorrência e a importância dada ao enfrentamento de temáticas locais como base para a educação ambiental contextualizada e significativa, apresentando o panorama categórico, a frequência, a similaridade temática entre escolas e municípios e a articulação espacial predominante no desenvolvimento do projeto Eco Kids e Eco Teens.

Para tanto, foram produzidos seis capítulos, no formato de artigos, com pretensão de publicação futura em revistas científicas, como permitido pelas diretrizes do curso. O primeiro capítulo recebeu o título *Breve histórico da Educação Ambiental, sua adoção no ordenamento jurídico brasileiro e possíveis reflexos das atuais mudanças políticas*. Situa a educação ambiental no cenário histórico mundial e detalha sua linha de tempo, passando pelas conferências internacionais de meio ambiente que a reivindicaram como instrumento para enfrentamento da crise, até sua positivação na legislação pátria, com apontamentos sobre as últimas modificações na estrutura administrativa federal, com potencial para afetar o percurso historicamente desenvolvido no país.

No segundo capítulo, com o título *Conceituação de educação ambiental e suas tendências pedagógicas* apresenta-se a diversidade de conceitos de educação ambiental e as correntes teóricas associadas. Busca-se encontrar um denominador comum entre as

conceituações, destacando seus componentes mais recorrentes. Na análise dos conceitos de educação ambiental e linhas teóricas, demonstra-se a existência de vertentes ou segmentos éticos associados ao antropocentrismo, ecocentrismo ou biocentrismo, amparando as escolhas.

O terceiro capítulo, denominado *Materiais e métodos*, apresenta a metodologia da pesquisa, a qual foi comum em todos os trabalhos, consistente em estudo dos jornais ambientais produzidos em seis municípios da região sudoeste da Bahia, participantes do projeto Eco Kids e Eco Teens, no período de 2014 a 2018, a saber, Anagé, Barra do Choça, Encruzilhada, Itapetinga, Nova Canaã e Vitória da Conquista. Os títulos dos jornais Eco Kids e Eco Teens e o posicionamento desses serviram como indicadores do conteúdo e de valoração, seguindo critérios jornalísticos de distribuição de matérias. Valeu-se de abordagem quali-quantitativa e análise de conteúdo para formação de categorias e ranqueamento, com comparações diversificadas dos indicadores para análise de dados por diferentes ângulos de visão e interpretação.

Com observância dessa metodologia, nos capítulos seguintes, encontra-se o trabalho empírico e exploratório, com resultados da pesquisa efetuada sobre a base de dados do projeto Eco Kids e Eco Teens em seis municípios da Bahia, no período de 2014-2018. O quarto capítulo recebeu o título *Predominâncias e convergências temáticas para Educação Ambiental entre Municípios da Região Sudoeste da Bahia*. Seu propósito foi verificar os temas predominantes e convergentes entre escolas e municípios declinados, partindo-se do pressuposto de que seriam água e aquecimento global, por figurarem como questão curricular e ocuparem pautas de noticiário, como assuntos candentes. Interessou, nesse estudo, verificar a existência de temas comuns a dois ou mais municípios, para estabelecer a similaridade temática entre eles.

O quinto capítulo foi denominado *Do local ao global: a valorização da territorialidade na educação ambiental*, tendo como subtítulo *Estudo dos jornais Eco Kids e Eco Teens*. Com o estudo empreendido, pretendeu-se verificar o âmbito espacial das temáticas dos jornais nos seis municípios do Estado da Bahia escolhidos para a pesquisa, no período de 2014-2018, se assuntos de interesse de aplicação local, nacional ou global. Partiu-se do pressuposto de predominância de temas ambientais locais, assim entendidos os assuntos de interesse mais próximo da comunidade, a exemplo de pontos turísticos, relevo, equipamentos públicos, como a própria escola, entre outros.

Por fim, no sexto capítulo, aprofundou-se o estudo em relação ao Município de Vitória da Conquista, por ser o município com maior número de edições lançadas dos jornais ambientais no período da pesquisa. O capítulo recebeu o nome *Gerações do futuro e segurança*

hídrica: Será a água a principal preocupação ambiental dos alunos do Município de Vitória da Conquista, apontada nos jornais Eco Kids e Eco Teens? Possibilitou maior aproximação ao contexto geográfico e suas interfaces sociais e econômicas, associadas ao panorama hídrico do município, com recorrentes racionamentos, procedendo-se à verificação de sua ressonância em sala de aula, como tema preferencial para a elaboração dos jornais ambientais e em atividades de educação ambiental.

Espera-se que a dissertação seja acolhida, atinja seu propósito de contribuir com a pesquisa e estimular a continuidade de estudos posteriores em educação ambiental, por um lado, bem como de conferir ao projeto Eco Kids e Eco Teens base teórica e elementos práticos para correção de seus rumos, quando necessária, ou de reforço à sua caminhada, no que tiver sido positiva.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica deste trabalho dissertativo foi elaborada em forma de artigos, com vistas a publicações futuras. Encontra-se nos capítulos I e II.

O desenvolvimento da dissertação, igualmente elaborado em forma de artigos, encontra-se nos capítulos IV a VI. Tais partições seguem as diretrizes das revistas científicas a que serão encaminhadas.

Ressalta-se, por fim, que os trabalhos a seguir, consubstanciados nos capítulos I, IV e V, foram elaborados segundo as normas da Revista Pesquisa em Educação Ambiental. O capítulo VI foi elaborado segundo as normas da Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (REMEA). Os capítulos II e III não seguem diretrizes específicas para publicação.

3 CAPÍTULO I- BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SUA ADOÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E POSSÍVEIS REFLEXOS DAS ATUAIS MUDANÇAS POLÍTICAS

Karina Gomes Cherubini, mestranda em Ciências Ambientais pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus Itapetinga, Promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia, com endereço na Rua Ministro Hermes Lima, s/n, Bairro Universidade, Vitória da Conquista, CEP 45.031.145, telefone: (73) 99983-8305 e (77) 3425-9354, e-mail: cherubini-k@hotmail.com.

Rubens Jesus Sampaio, Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Professor Adjunto do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (UESB), Diretor do Sistema UESB de Rádio e Televisão Educativa (SURTE) e Assessor Geral de Comunicação da UESB, com endereço na Estrada Bem Querere, s/n, km 11, Bairro Universidade, CEP 45083-900, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), e-mail: rubensjsampaio@uesb.edu.br

Paulo Sávio Damásio da Silva, Doutor em Biologia Vegetal com ênfase em Ecologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2008) e Universität Kaiserslautern - Alemanha (Doutorado sanduíche), e pós-doutorado desenvolvido na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professor titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Departamento de Ciências Exatas e Naturais (DCEN), Itapetinga-BA, com endereço na Praça Primavera, 40, Bairro Primavera, Itapetinga - BA, CEP 45700-000, e-mail: paulosavio@uesb.edu.br.

Breve histórico da Educação Ambiental, sua adoção no ordenamento jurídico brasileiro e possíveis reflexos das atuais mudanças políticas

Brief history of Environmental Education, its adoption in the brazilian legal order and possible reflections of current political changes

Breve historia de la Educación Ambiental, su adopción en el ordenamiento jurídico brasileño y posibles reflexiones de los cambios políticos actuales.

Resumo

Este trabalho apresenta uma retrospectiva da história ambiental, desde o surgimento da humanidade e de suas primeiras intervenções significativas na natureza, até seu posicionamento como força de igual magnitude às forças naturais, com possibilidade de inaugurar uma nova época geológica, denominada Antropoceno. Em sequência, são descritas as principais conferências internacionais de meio ambiente e seus efeitos sobre o sistema legal brasileiro. Efetua-se uma reflexão sobre o cenário político brasileiro, procurando desvendar como ou o quanto as recentes estruturações no Ministério do Meio Ambiente comprometem a educação ambiental e se vislumbrado retrocesso do tema, como e quantos anos de evolução e impregnação de um conceito foram comprometidos. Investiga se há correspondência entre o discurso internacional sobre a educação ambiental e o cenário pátrio, mediante sua inserção destacada na legislação e garantia orçamentária para a execução de seus programas e projetos.

Palavras-chave: Antropoceno. Holoceno. Legislação Ambiental. Meio Ambiente. Políticas Públicas.

Abstract

This paper presents a retrospect of environmental history from the emergence of mankind and its first significant interventions in nature, to its position as a force of equal magnitude to natural forces, with the possibility of inaugurating a new geological epoch, called Anthropocene. In sequence, the main international environmental conferences are described together with their effects on the Brazilian legal system. A reflection is made about our national political scenario, seeking to unravel how or how much the recent changes in the Ministry of the Environment compromise the environmental education. When any retrogression of the theme was perceived, we tried to estimate how and how many years of evolution and impregnation of a concept were compromised. Finally, we verify whether there is a correspondence between the international discourse on environmental education and our homeland scenario, through its prominent insertion in the legislation and budgetary guarantee for the execution of programs and projects on this subject.

Keywords: Anthropocene. Holocene. Environmental Legislation. Environment. Public Policies.

Resumen

Este artículo presenta una retrospectiva de la historia ambiental, desde la aparición del hombre y sus primeras intervenciones significativas en la naturaleza, hasta su posición como una fuerza de igual magnitud que las fuerzas naturales, con la posibilidad de inaugurar una nueva época geológica, llamada Antropoceno. En secuencia, describimos las conferencias ambientales internacionales y sus efectos en el sistema legal nacional. Se hace una reflexión sobre el escenario político brasileño, buscando desentrañar cómo o cuánto los recientes cambios en la estructura del Ministerio del Medio Ambiente comprometen la educación ambiental y, si se vislumbra el retroceso del tema, cómo y cuántos años de evolución e impregnación de un concepto se vieron comprometidos. Investiga si existe una correspondencia entre el discurso internacional sobre educación ambiental y el escenario de la patria, a través de su inserción prominente en la legislación y en el presupuesto para la ejecución de sus programas y proyectos.

Palabras clave: Antropoceno. Holoceno. Legislación Ambiental. Medio Ambiente. Política Pública.

3.1 INTRODUÇÃO

Para compreender a educação ambiental, sua conceituação e tendências, é preciso situá-la no tempo e no espaço. Majoritariamente, aponta-se a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo, em 1972, como o marco da educação ambiental. Todavia, muitos foram os acontecimentos que reforçaram sua indicação como ferramenta para amenizar a crise ambiental. De igual forma, trazida de seu contexto de origem para o contexto pátrio, outro panorama precisa ser tecido, para a verificação da aceitação das diretrizes internacionais pela legislação, órgãos e educadores ambientais nacionais.

Com essa intencionalidade, neste trabalho será feita uma retrospectiva de acontecimentos que marcaram a história ambiental. Acredita-se que a análise dos movimentos históricos auxiliará na compreensão do cenário de surgimento da educação ambiental e na reflexão quanto sua validade e permanência para enfrentar quadro de condições planetárias

intensamente modificadas pelo ser humano. Além disto, dentro da máxima de "pensar globalmente e agir localmente", exsurge a necessidade de conhecer o cenário ambiental, legislativo e político pátrio em que se insere a educação ambiental.

O trabalho foi dividido em três partes. No primeiro bloco, será descrito o quadro de intervenção humana sobre o meio ambiente, desde o Holoceno até a nova época geológica, denominada Antropoceno, contemplando, portanto, cerca de onze mil anos de história. No segundo bloco, serão narradas as providências adotadas pelos países, sob a coordenação da Organização das Nações Unidas (ONU), para a reversão da crise ambiental, dentre elas a discussão das questões em cúpulas internacionais e a indicação da educação ambiental como ferramenta. Por fim, no terceiro e último bloco, serão analisados os efeitos das conferências internacionais sobre o conjunto legislativo pátrio, em especial, quanto ao percurso da educação ambiental nos diferentes diplomas legislativos e na estrutura administrativa federal.

3.2 DA PRÉ-HISTÓRIA AOS DIAS ATUAIS, A JORNADA HUMANA SOBRE A TERRA

A história biológica indica que o aparecimento da vida na Terra pode ser estimado em 3,5 bilhões de anos, enquanto a história geológica, em 4,5 bilhões (PÁDUA, 2005). Em termos de escala geológica, o planeta atravessou o éon Fanerozoico, a era Cenozoica, o período Quaternário e época Holoceno (BRANCO, 2016). Também conhecido como Idade do Gelo e iniciado com o fim da última era glacial principal (VIOLA; BASSO, 2016; RODRIGUES, 2017), é durante o Holoceno que ocorreu o aparecimento do *Homo sapiens* (BRANCO, 2016; ROHDE, 2005).

Sendo indispensável proceder ao recorte temporal de análise, opta-se por partir da pré-história para situar a exploração e apropriação de recursos naturais pelo homem. Nesse contexto temporal, pode-se indicar que o uso de cavernas, a caça e a coleta, mencionados como ocorrências da pré-história no período Paleolítico (SOFFIATI, 2016), eram modos de aproveitamento de elementos do meio ambiente natural para a vivência do ser humano. Caracterizaram a fase dos caçadores-coletores nômades. Porém, com seu domínio sobre o fogo, com o qual o ser humano passou a dispor de nova fonte de energia (REDIN *et al.*, 2011), modificações mais significativas puderam ser vislumbradas em sua vida e na paisagem. A partir

desse marco, o ser humano modificou sua dieta (PYNE, 2001; STEFFEN; CRUTZEN; McNEILL, 2007). Passou ao consumo de alimentos cozidos, alterando o modo de preparo de vegetais e proteína animal (NAVARRO, 2006), bem como utilizou o fogo em florestas, com o objetivo de abertura de clareiras para agricultura (STEFFEN; CRUTZEN; McNEILL, 2007). A manipulação controlada do fogo pelo homem também proporcionou o desenvolvimento de metalurgia, promovendo a construção de artefatos e materiais bélicos (ASSUNÇÃO; MALHEIROS, 2014; STEFFEN; CRUTZEN; McNEILL, 2007) incrementados pela fusão de matérias-primas (REDIN *et al.*, 2011) obtidas a partir de elementos da natureza.

Esse momento histórico é denominado Revolução Agrícola (TILIO NETO, 2010). Trouxe o sedentarismo durante o Neolítico e ficou caracterizado pelo conhecimento e manipulação de plantas, domesticação de animais, aumento da produtividade, maior segurança alimentar, crescimento populacional e fixação permanente das populações em um determinado território, bem como predomínio de queima de madeira como combustível. Apesar da influência antrópica sobre o meio ambiente, o homem rivalizava, mas não superava as forças da natureza (STEFFEN; CRUTZEN; McNEILL, 2007).

O cenário ambiental foi intensamente modificado por ação humana a partir da Revolução Industrial e guerras mundiais. Steffen, Crutzen e McNeill (2007) ressaltam a industrialização como transição importante tanto para humanidade como para a história da própria Terra. Isto deu-se em decorrência do uso de carvão e mais adiante, de petróleo e gás, todos combustíveis fósseis, evoluindo-se para uma sociedade altamente energizada, embora com diferente distribuição e padrões de consumo (TILIO NETO, 2010). Para o ecólogo Stephen Boyden (apud GÓMEZ GARCÍA; MANSERGAS LÓPEZ, 2010) essa época da história ambiental inaugurou a terceira fase ecológica, a que denominou de industrial ou “sociedade de alta energia”.

Steffen, Crutzen e McNeill (2007) asseveram, ainda, que decorrente de mudanças políticas e econômicas, o mundo conheceu aceleração de crescimento, com urbanização e aumento do contingente populacional. Por mais paradoxal que possa parecer, para eles, a grande aceleração ocorreu após a I Guerra Mundial, a Grande Depressão e a II Guerra Mundial, na metade do século XX (CARRINGTON, 2016). A explicação repousa na expansão orçamentária, a financiar ciência e modelo tecnológico predatório, que se valiam de intensa e despreocupada exploração dos recursos naturais para obter sua matriz energética (LIMA, 2011). O período também ficou conhecido como “anos dourados”, de melhoria econômica em países

capitalistas industrializados, socialistas e alguns integrantes do bloco dos países em desenvolvimento, como o Brasil (LIMA, 2011).

Tilio Neto (2010) resume o cenário e as consequências dessa fase:

A Revolução Industrial culminou com o rápido avanço tecnológico do século XX. Ela resultou do domínio do homem sobre os combustíveis fósseis, do consequente aumento da produtividade, do advento da produção em massa. Essa revolução também levou à exploração em larga escala de muitos recursos naturais não renováveis, o que ocasionou uma grande abundância material. Embora essa abundância tenha sido distribuída de forma desigual (tanto dentro das sociedades quanto entre elas), alguns setores e algumas regiões foram beneficiados. Isso ajudou a potencializar a explosão populacional e o aumento do consumo mundial.

A partir de então, vozes passaram a anunciar o esgotamento e o colapso dos recursos naturais (ORTEGA, 2016). Preocupava o descompasso entre a velocidade da exploração pelo homem e a reposição natural. Afinal, como sustenta Tilio Neto (2010), o tempo de produção de bens na indústria é muito menor que o tempo ecológico de sua produção. Preocupavam igualmente a capacidade ou limite de suporte dos ecossistemas naturais (PHILIPPI JR.; MALHEIROS, 2014; LOURENÇO, 2018), também denominadas “limitações biofísicas do ambiente” (ALMEIDA JR., 2000). Em sua análise sobre o período, Lima *et al.* (2018) apontam a redução da quantidade de recursos naturais e deterioração de sua qualidade. Tal cenário levava a questionar como proceder e encontrar substituições efetivas para recursos naturais não-renováveis que estavam sendo exauridos.

Diante do agravamento dos impactos causados pela ação humana sobre o meio ambiente a partir do século XVIII, pesquisadores contemporâneos, em análise retrospectiva, começaram a apontar para o surgimento de uma nova época geológica, o Antropoceno, em sucessão ao Holoceno. Embora nem todos aceitassem tal transição, por não se convencerem da suficiência da força do homem para alterar a escala temporal geológica (LINO, 2016), ou pela falta de expressão da mudança no cenário em determinados locais (IVAR, 2016) entendendo não ser correto atribuir a responsabilidade a toda humanidade, de forma unificada (MARQUESAN *et al.*, 2018), a questão passou a ser discutida, não tanto quanto a ocorrência do Antropoceno, mas muito mais sobre quando teria começado.

Cabe esclarecer que “dentro da tabela cronoestratigráfica internacional, que fatia a escala temporal geológica em éons, eras, períodos, épocas e idades” (RODRIGUES, 2017), os pesquisadores divergiam do termo final do Holoceno e inicial para o Antropoceno. Alguns indicavam a Revolução Agrícola, há dez mil anos, por sua capacidade de alteração locacional

de sedimentos; outros, o final do século XVIII, com a Revolução Industrial, pelo uso de combustíveis fósseis (RODRIGUES, 2017). Por fim, um terceiro grupo de pesquisadores toma como referência inicial do Antropoceno o pós-guerra, na década de 1950, que desencadeou a fase denominada “Grande Aceleração” (RODRIGUES, 2017), com lançamento de novos produtos e geração de resíduos a serem descartados.

Dentre os que entendem que o Antropoceno começou na Revolução Industrial, estão os pesquisadores Luz e Marcal e Paul Crutzen. Os dois primeiros (2016) definiram o Antropoceno “como uma nova época geológica, que começou durante a Revolução Industrial e levou a mudanças na natureza dos depósitos, no relevo e na composição da atmosfera”. Já Paul Crutzen (2002), cientista que popularizou a palavra Antropoceno (CARRINGTON, 2016, n.p.), é mais específico ainda, ao sustentar que o início dessa época coincide com o aperfeiçoamento ou refinamento (STEFFEN; CRUTZEN; McNEILL, 2007) do motor a vapor por James Watt, entre 1770 e 1780, equipamento que inaugurou novo período na Revolução Industrial.

Apesar das discussões e do tempo necessário para que o novo vocabulário se fixe, as discussões não são improficuas. O termo Holoceno, para exemplificar, levou mais de cinquenta anos para ser aceito (MARQUESAN *et al.*, 2018), sendo definido em 2008 (IVAR, 2016). Para Marquesan *et al.* (2018), o mérito desse debate é a

abertura de uma nova arena para a denúncia da questão ecológica no campo científico, além de fomento à crítica à crença modernista de que ciência e tecnologia podem solucionar os problemas da humanidade.

Durante a 35ª edição do Congresso Geológico Internacional, em Cape Town, África do Sul, em 2016, prevalecia como termo inicial do Antropoceno a década de 1950 (MEDIA...,2016), devido a longa série de testes nucleares pelas grandes potências, com dispersão de material radioativo (AÇÃO..., 2016), que foi identificado em camadas de gelo formadas nessa década (MARQUESAN *et al.*, 2018). Entretanto, os debates não foram encerrados, postergando-se para novo encontro (VEIGA, 2017), ainda mais que os pesquisadores continuaram divergindo quanto ao local em que a nova época teria iniciado (CARRINGTON, 2016).

3.3 A RESPOSTA AO CENÁRIO DE DEGRADAÇÃO AO MEIO AMBIENTE: A EVOCAÇÃO À EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

Nesse cenário de alertas, Chefes de Estado de cento e treze países reuniram-se na I Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, no ano de 1972 (DA CONFERÊNCIA..., 2018), para debates sobre meio ambiente, com enfoque também na educação ambiental. Essa Conferência inaugurou a discussão de uma agenda comum aos países signatários frente aos problemas ambientais e o surgimento do direito ambiental internacional (DA CONFERÊNCIA..., 2018). Por esta razão, é referida por Lima (2011, posição 1578 de 4152) como “o primeiro marco internacional de constituição de um novo campo social”, que associou educação, sociedade e meio ambiente e que delegou à educação ambiental função estratégica frente a crise ambiental.

A partir de Estocolmo, muitos foram os encontros governamentais e não governamentais, tanto de caráter internacional como nacional, para discutir conceitos, princípios, diretrizes e outros temas relacionados à educação ambiental, creditando-a como instrumento para reversão da crise ambiental (LOUREIRO; SAISSE, [2013?]). Tantos foram que, segundo Reigota (2017), "a educação ambiental tem uma história quase oficial, que a relaciona com conferências mundiais e com os movimentos sociais em todo o mundo".

No ano de 1975, por exemplo, atendendo às recomendações da Conferência de Estocolmo para construção de referencial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) promoveu o Encontro Internacional em Educação Ambiental em Belgrado, na antiga Iugoslávia (CUMPLIDO; PRIETO, 2009). Durante esse evento, foi criado o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), “que tem sua importância no sentido de dar organicidade e visibilidade aos trabalhos do campo da educação ambiental” (BIASOLI, 2018). Igualmente, foi elaborada a “Carta de Belgrado”, definindo princípios, diretrizes e objetivos para a educação ambiental (REIGOTA, 2017; GÓMEZ GARCÍA; MANSERGAS LÓPEZ, 2010).

Iniciaram-se, então, as conferências sobre educação ambiental, da qual Tbilisi (Geórgia), em 1977, ao sediar a Primeira Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental (GUPTA, 2010), foi considerada como palco marcante, o “principal marco definidor oficial da educação ambiental” (LIMA, 2011). Outros encontros em âmbito internacional foram realizados, dentre eles destacam-se Encontro Regional de Educação Ambiental para América Latina em San José, Costa Rica, em 1979 (HISTÓRICO..., 2019); o Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativas ao Meio Ambiente em Moscou, em 1987 (HISTÓRICO...,2019); a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade:

Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade (HISTÓRICO...,2019); LIMA, 2011) em Thessaloniki, na Grécia, no ano de 1997.

Em paralelo às específicas conferências de educação ambiental, a Organização das Nações Unidas promoveu outros encontros internacionais para discussão da situação do meio ambiente. Em que pese serem criticados pela fragilidade de seus compromissos (CARIDE; MEIRA, 2001; GÓMEZ GARCÍA; MANSERGAS LÓPEZ, 2010) e apontados como “zigzagueantes” (SCHIMIDT; NAVE; GUERRA, 2010), por nem sempre avançarem nas deliberações, o fato de manterem a Educação Ambiental na pauta de discussões internacionais já tem sua importância. Depois de Estocolmo, destacaram-se, segundo a Organização das Nações Unidas no Brasil (CONFERÊNCIAS..., 2017), as seguintes:

- a Eco-92 ou Rio-92 (*United Nations Conference on Environment and Development - UNCED-, Earth Summit*), realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em junho de 1992, reconhecida pela própria Organização das Nações Unidas - ONU (UNITED..., [1992?]) como uma das maiores conferências que realizou. Também conhecida como Cimeira da Terra ou Cúpula da Terra (SOUSA; CARMO; ROCHA, 2013, p. 182), foi o palco de publicação de documentos como a Agenda 21, Carta da Terra, Convenção sobre Diversidade Biológica, Convenção do Clima, Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Convenção sobre Mudança do Clima, Princípios para a Administração Sustentável das Florestas (BRASIL, 2012);
- Rio+10 (*World Summit on Sustainable Development - WSSD-, Johannesburg Summit*), realizada em Joanesburgo, na África do Sul, em 2002. Além do nome oficial Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, também pode ser chamada de Cimeira de Joanesburgo, Rio + 10, Cúpula da Terra II (SOUSA; CARMO; ROCHA, 2013);
- Rio+20 (*United Nations Conference on Sustainable Development*), novamente realizada no Rio de Janeiro, em junho de 2012;
- Cúpula de Desenvolvimento Sustentável (*United Nations Sustainable Development Summit 2015*), ocorreu em Nova York, na sede das Organizações das Nações Unidas (ONU), em 2015. Nesse encontro, avaliaram-se os Objetivos do Milênio (ODM) e acertou-se o cumprimento de uma agenda com novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a serem revisados em 2030 (CONFERÊNCIAS..., 2017).

A ilustração abaixo (Figura 1) mostra a intersecção das conferências internacionais sobre o meio ambiente realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), a partir de Estocolmo, sintetizando os principais movimentos sobre meio ambiente e educação ambiental:

Figura 1 - Principais Conferências Internacionais de Educação Ambiental e de Meio Ambiente.



Fonte: Elaboração dos autores.

3.4 A INTERNALIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE MEIO AMBIENTE PELO BRASIL: A ADOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO

Embora o Brasil tenha participado de todas as conferências internacionais de meio ambiente e se comprometido com a implantação da educação ambiental, para Machado (2014), a institucionalização deste campo no cenário nacional ocorreu com o advento da Lei Federal n. 6.938, de 31 de agosto de 1981 (BRASIL, 1981), que trata da Política Nacional do Meio Ambiente. Para a autora, foi por meio desse diploma legal que o país internalizou as influências da Conferência de Tbilisi em seu ordenamento jurídico, podendo ser apontado como “marco legal federal da institucionalização da EA [Educação Ambiental] brasileira”.

Machado (2014) chama a atenção, ainda, para o fato de que a Educação Ambiental, no Brasil, começou pela área ambiental e que somente anos depois ocorreu a normatização na área

da educação, consubstanciada pelo artigo 36, inciso I, da Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, quando a citação expressa do termo ocorreu no cenário educacional. Esse histórico da educação ambiental com impulso e herança maior a partir do campo ambiental para depois estender-se ao campo educacional, também é referido na obra de Lima (2011).

Em 1988, o Brasil elevou a Educação Ambiental ao cenário constitucional, estabelecendo sua obrigatoriedade no artigo 225, §1º, inciso VI, da Carta Magna (BRASIL, 1988). Posteriormente, assinou importantes documentos internacionais onde reforçava seu compromisso pela educação ambiental, como a Carta Brasileira para a Educação Ambiental (BRASIL, 2018) e Agenda 21, com a educação ambiental contemplada especialmente no Capítulo 36 (BIASOLI, 2018). Outro documento de referência, ainda que sua autoria repouse na sociedade civil internacional, incluindo “educadores/as do mundo inteiro” (BIASOLI, 2018), foi o Tratado sobre Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, elaborado durante a Eco-92, no Rio de Janeiro, mas fora da pauta oficial (BRASIL, 2014).

Em análise da institucionalização da educação ambiental no Brasil, Lima (2011) aponta que foi constituída sobre três pilares. O primeiro deles seria o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com seu Departamento de Educação Ambiental (DEA). O segundo, seria o Ministério da Educação, por meio da Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEA). O terceiro e último pilar seria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), criado em 1989 (BRASIL, 1989), com sua Coordenadoria Geral de Educação Ambiental (CGEam) e seus Núcleos de Educação Ambiental (NEAs), vinculados às Superintendências Regionais. Tinham diferentes públicos-alvos, posto que o Departamento de Educação Ambiental (DEA/MMA) e a Coordenadoria Geral de Educação Ambiental (CGEam/IBAMA) voltavam-se para a educação não formal, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA), atendia a instituições de educação, em todos os níveis de ensino (BRASIL, 2008).

Esse “tripé nucleador da geração de políticas públicas” (LIMA, 2011) fora construído com lentidão, se tomada como referência a data da primeira Conferência Internacional de Meio Ambiente, ocorrida em 1972. Somente em 21 de julho de 2003 (BIASOLI, 2018), em reunião conjunta do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério da Educação (MEC), para formalização de um Termo de Cooperação Técnica para a realização da Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, é que a constituição do órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental consolidou-se, mediante a articulação e trabalho comum dos dois

ministérios, representados, respectivamente, pelo Departamento de Educação Ambiental (DEA) e pela Coordenadoria Geral de Educação Ambiental (CGEA) (BRASIL, 2014).

Não obstante, desde o ano de 2007 esse tripé passou a ser, peça por peça, desmontado. Através da Medida Provisória n. 366, de 26 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), sob o argumento de reestruturação, mas também interpretado como revide pela rejeição ao licenciamento ambiental de duas grandes usinas hidrelétricas no Rio Madeira, em Rondônia, obras no interesse do modelo de crescimento desenvolvimentista do Governo Federal (LOUREIRO; SAISSE, [2013?]; LOUREIRO; SAISSE; CUNHA, 2013; LOUREIRO; SAISSE, 2014), ocorreu a cisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

De seu desmembramento, surgiu o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A Coordenadoria-geral de Educação Ambiental (CGEam) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) foi apagada (SAISSE, 2013) e não havia previsão de unidade organizacional para a educação ambiental na nova autarquia (BRASIL, 2007; LOUREIRO; SAISSE, 2014). Houve protestos de entidades ambientalistas e greve dos servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (CARTA..., 2007a; INSTITUCIONAL...,2007; LOUREIRO; SAISSE, 2014;), não só pelo fim desse setor de educação ambiental, mas pela fragmentação e enfraquecimento da autarquia (PARO, 2007).

O processo foi denominado por Loureiro e Saisse (2013) como “desinstitucionalização da educação ambiental no órgão executor da gestão ambiental pública federal”. Criticou-se o uso de Medida Provisória, por remeter ao decreto-lei dos anos da ditadura. Outra crítica apontou a falta de discussão com a sociedade (CARTA...,2007a; CARTA...,2007b) e a questionabilidade do requisito da urgência que deveria amparar a medida provisória (PINTO, 2007), objeto de ação direta da inconstitucionalidade (ADI) n. 4.029 perante o Supremo Tribunal Federal (DECISÃO...,2012; STF...,2012).

A Medida Provisória n. 366, de 26 de abril de 2007 (BRASIL, 2007c), todavia, foi convertida na Lei n. 11.516, de 28 de agosto de 2007 (BRASIL, 2007b). O texto legal amenizou parcialmente a situação, já que previu, no artigo 1º, inciso III, a educação ambiental como uma das funções do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), previsão que não constava do instrumento normativo original.

Cabe ressaltar que a educação ambiental no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), pela própria finalidade desta autarquia, não tem a amplitude da que era praticada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

(IBAMA). Destina-se a processos educativos associados à qualificação da participação social na gestão das Unidades de Conservação e para a promoção da biodiversidade (EDUCAÇÃO..., 2019; ICMBio, 2019a; ICMBio, 2019b, ICMBio, 2019d;), mantendo laços com as visitas e pesquisas nos locais sob a gestão do Instituto (ICMbio, 2016). Atende atores sociais envolvidos com a gestão pública da biodiversidade, ou seja, os servidores da autarquia, conselho gestor, pessoas envolvidas ou atuantes em Unidades de Conservação e público externo (ICMBio, 2019c; LOUREIRO; SAISSE, 2014). Os locais de atuação são as unidades de conservação federais e seu entorno e os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação (ICMBio, 2019a; ICMBio, 2019c). Assim sendo, a educação ambiental no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é praticada de modo restrito.

A educação ambiental no Ministério do Meio Ambiente também sofreu revezes. Por meio do Decreto n. 6.101, de 26 de abril de 2007 (BRASIL, 2007a), a Diretoria de Educação Ambiental foi rebaixada para Departamento de Educação Ambiental, subordinado à Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental.

Outrossim, recentes modificações na organização administrativa federal prosseguiram com a desestruturação do tripé da educação ambiental. O Departamento de Educação Ambiental do Ministério de Meio Ambiente foi extinto no início de 2019, pela Medida Provisória n. 870, de 1º de janeiro de 2019 (BRASIL, 2019d), já convertida na Lei n. 13.884, de 18 de junho de 2019 (BRASIL, 2019c). Pelo novo organograma, a educação ambiental passou para a pasta da Secretaria de Ecoturismo, sob a responsabilidade dos Departamentos de Comunicação e de Fomento e Projetos, como pode ser visto nos artigos 30 e 31 do Decreto n. 9.672, de 2 de janeiro 2019 (BRASIL, 2019b), a seguir transcritos:

Art. 30. Ao Departamento de Comunicação compete:

(...)

II - apoiar a Secretaria de Ecoturismo na elaboração de peças de educação ambiental, ecoturismo e atividades econômicas voltadas ao Meio Ambiente; e (...)

Art. 31. Ao Departamento de Fomento e Projetos compete:

I - Realizar e planejar projetos e ações de fomento à Ecoeconomia, Educação Ambiental e Ecoturismo e nos diversos segmentos e entes federativos, bem como nos meios influenciadores;

(...)

III - acompanhar e monitorar ações, iniciativas, estratégias, programas e projetos de Ecoeconomia, Educação Ambiental e Ecoturismo; e

(...) (grifos não originais)

Em relação ao Ministério da Educação, com a reestruturação operada pelo artigo 12 do Decreto n. 9.665, de 2 de janeiro de 2019 (BRASIL, 2019a), a educação ambiental atualmente integra as atribuições da Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Básica, subordinada à Secretaria de Educação Básica. Em 2018, incumbia à Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA) vinculada à Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (Secad/MEC).

Importante transcrever a novel norma (BRASIL, 2019a):

Art.12. À Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Básica compete:

(...)

II - subsidiar a formulação das políticas curriculares de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, observados os temas transversais e a educação ambiental, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular;

(...)

IV - orientar e fomentar, em âmbito nacional, em articulação com sistemas de ensino e instituições voltadas para a educação, o desenvolvimento de políticas, programas e ações para a educação integral, a educação ambiental e os temas transversais;(grifos não originais)

A modificação preocupou e gerou manifestação da comunidade acadêmica brasileira ligada ao campo da educação ambiental (EDUCADORES..., 2019, NASSIF, 2019; NOTA..., 2019). Um dos motivos foi a alocação da educação ambiental na Secretaria de Educação Básica, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura e ainda por cima feita por meio de decreto, que restringe o debate público e o acompanhamento pelo Parlamento (BOURSCHEIT, 2019). Como sustenta a Rede Brasileira de Educação Ambiental - REBEA (CARTA..., 2019), a educação ambiental deve ser ministrada em todos os níveis de ensino. Posicioná-la administrativamente em órgão voltado para educação básica, desconsidera o preceito legal que determina que a Educação Ambiental deve ocorrer desde a educação infantil até o ensino superior (CARTA..., 2019).

De mesmo modo, houve mobilização contra o reducionismo da importância da educação ambiental no Ministério de Meio Ambiente, pela sua colocação na Secretaria de Ecoturismo (CDHPF, 2019). Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental de vinte unidades federativas do Brasil (CIEAS) ofertaram um manifesto contrário às medidas trazidas pelo Decreto n. 9.672, de 2 de janeiro de 2019 (BRASIL, 2019b). Propuseram a redenominação

da Secretaria de Ecoturismo para Secretaria de Educação Ambiental e Ecoturismo, modificação que resolveria ao menos a questão hierárquica entre as duas temáticas.

De fato, pela interpretação do Decreto n. 9.672, de 2 de janeiro de 2019 (BRASIL, 2019b) que reestruturou o Ministério do Meio Ambiente, pode-se identificar a redução da importância da educação ambiental como atribuição deste órgão. Da maneira como foi posicionada na norma, sendo prevista nos incisos, a educação ambiental guarda vinculação com o tema ecoturismo, que lhe é orientador e superior em importância, por estar no *caput* do artigo.

Com essa norma, incide-se em duas falhas. A primeira, pelo desatendimento da Política Nacional de Educação Ambiental e de seu regulamento, constituído pelo Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002 (BRASIL, 2002). Por este regulamento, a Educação Ambiental deveria plainar, cobrir como um guarda-chuva todas as demais ações e atividades, ser concebida de forma estruturante e tratada como prioridade. Tanto que, em seu artigo 6º, inciso II, prevê a atividade de ecoturismo como apenas um dos campos de educação ambiental, como pode ser visto da transcrição a seguir:

Art.6. Para o cumprimento do estabelecido neste Decreto, deverão ser criados, mantidos e implementados, sem prejuízo de outras ações, programas de educação ambiental integrados:

(...)

II- às atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de gerenciamento de resíduos, de gerenciamento costeiro, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais, de ecoturismo e melhoria de qualidade ambiental; (grifos não originais)

Da simples leitura do Decreto n. 9.672, de 2 de janeiro de 2019 (BRASIL, 2019b), percebe-se a inviabilidade de ser atendida a determinação da Política Nacional de Educação Ambiental. Sabe-se que os dispositivos legais compõem um sistema, onde os parágrafos, incisos e alíneas relacionam-se ao *caput* do artigo. O *caput* do artigo é a unidade básica do texto (PAGLIOLI, [200?]); é aquele que contém o comando e que “serve para a interpretação das demais subdivisões do artigo. A princípio, todas as partes do artigo devem ser interpretadas de modo que sejam compatíveis com o *caput*” (GLASSMAN, 2017). Os incisos, por sua vez, podem ser desdobramento de um artigo ou de um parágrafo e não se encontram no mesmo nível hierárquico desses (ALMEIDA, 2019).

A colocação da educação ambiental em incisos implica sua subsunção à pasta de Ecoturismo, para quem é temática meramente pontual ou demanda específica. Todavia, a

educação ambiental deveria integrar todas as áreas e, para isto, seu posicionamento normativo deveria estar em capítulo específico ou *caput* de artigo, para manter-se em patamar superior ou, no mínimo, igual ao ecoturismo. Como está prevista, não atinge os demais campos nem permite a transversalidade.

Não é difícil asseverar que a Secretaria de Ecoturismo do Ministério do Meio Ambiente não logrará efetuar a penetração da educação ambiental nas demais secretarias. Não tem hierarquia sobre elas, para impor-lhes o cumprimento da educação ambiental. Igualmente, também não é sua finalidade precípua desenvolver a educação ambiental em todos os campos previstos no artigo 6º, inciso II, do Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 (BRASIL, 2002), por exemplo, no licenciamento ambiental. Acompanhe-se trecho do Decreto n. 9.672, de 2 de janeiro de 2019 (BRASIL, 2019b):

Art. 28. À Secretaria de Ecoturismo compete:

- I - apoiar a coordenação e definição de políticas públicas relacionadas à promoção geral de atividades, campanhas, eventos e articulações de conscientização ambiental, relacionamento e interação com influenciadores, relacionados ao ecoturismo;
- II - apoiar as atividades de produção cultural ambiental, de ecoeconomia, de promoção e de comunicação ambiental, fomentando o relacionamento transversal com os demais ministérios, no âmbito de suas atribuições; e
- III - estabelecer o diálogo e a interação com o setor público e o setor privado, setores da educação, cultura, turismo, agricultura, esporte, infraestrutura e saúde. (grifos não originais)

Como previsto no artigo 28 do Decreto nº 9.672, de 2 de janeiro de 2019 (BRASIL, 2019b), as políticas públicas da pasta devem ser norteadas pela sua finalidade estrutural. Além disso, como o orçamento da Secretaria de Ecoturismo engloba todas as atividades da pasta, não havendo rubrica exclusiva para a educação ambiental, a redução de verbas para projetos e programas educativos mostra-se certa. A educação ambiental do Ministério de Meio Ambiente compartilhará dos recursos humanos e financeiros destinados ao ecoturismo.

Como segunda falha, percebe-se a finalidade privatista e econômica desse posicionamento, que dentro de uma engenharia administrativa revela um modelo de gestão pública que atende aos negócios de mercado. Basta consultar aos artigos 30 e 31 do Decreto n. 9.672, de 2 de janeiro de 2019 (BRASIL, 2019b), anteriormente transcritos, quando preveem como competência do Departamento de Comunicação o apoio à Secretaria de Ecoturismo na elaboração de peças de educação ambiental, ecoturismo e atividades econômicas voltadas ao Meio Ambiente, ou ainda, a competência do Departamento de Fomento e Projetos para planejar,

coordenar e executar ações, projetos e programas que fomentem as atividades geradoras de renda e emprego nos segmentos da economia de mercado ligados ao Meio Ambiente.

Percebe-se que a delegação anterior da educação ambiental ao Instituto Chico Mendes, retirando-a do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), não foi passo estanque. Persiste e aprofunda-se o interesse em que a educação ambiental não formal fique centrada ao ecoturismo e às unidades de conservação, pela sua natural afinidade. As unidades de conservação, desde que não sejam de proteção integral, são locais coincidentemente propícios ao ecoturismo.

Ora, mantendo-se a educação ambiental ligada ao ecoturismo e às unidades de conservação, atendem-se a aspectos sociais de empregabilidade e empreendedorismo locais (SAISSE, 2013), contemplando aos interesses do mercado. Este aspecto, em si, não é totalmente negativo, mas há de se perceber que, com tal medida, financia-se, indiretamente, com recursos públicos, negócios voltados para aventura e lazer, como serviços nos Parques Nacionais (SAISSE, 2013).

Além disto, importa destacar que a questão maior é a limitação da educação ambiental não formal, dentro do Ministério de Meio Ambiente, casada com o ecoturismo. É um *minus* do que representa e do que vem sendo pregado internacionalmente. Como diz Saisse (2013), a lógica parece ser de esvaziar o que vinha sendo construído nas políticas públicas ambientais para buscar-se a viabilidade econômica.

Com essas modificações, a cada passo, a educação ambiental perde sua organicidade institucional e é relegada a assunto periférico. Acredita-se que as recentes mudanças possivelmente refletirão na composição do órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Por isto é que as Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental de vinte unidades federativas do Brasil (CIEAS) também sugeriram a recriação do Departamento de Educação Ambiental (DEA), e a manutenção da Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA) no âmbito do Ministério da Educação. Para essas Comissões Interinstitucionais (CIEAS), o órgão gestor da Política Nacional da Educação Ambiental deveria prosseguir com sua constituição mediante a integração dos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente (MANIFESTO..., 2019).

Resta o apego à Constituição Federal (BRASIL, 1988), à Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999) e a sua regulamentação como garantia da educação ambiental, enquanto não forem modificadas. Todavia, com a retirada do principal executor federal - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA),

associada à restrição orçamentária que se vislumbra, pode-se afirmar que houve uma quebra estrutural nos seus caminhos da educação ambiental, construídos desde 1972.

Por tal razão, é importante que os descaminhos legislativos, administrativos e de políticas públicas que se operam sejam acompanhados, de muito próximo e com muita atenção, para que as intencionalidades ocultas sejam clarificadas e estampadas (SAISSE, 2013) e que o percurso histórico nacional da educação ambiental não seja de recuos e, sim, de avanços.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi detalhado o quadro histórico de intervenção humana no meio ambiente, igualando-se e até mesmo superando as forças da natureza, a ponto de implicar o reconhecimento de nova época geológica, o Antropoceno. O agravamento da deterioração ambiental em nível mundial (ORTEGA, 2016) impõe sejam aprofundados os estudos sobre metodologia e conceitos de educação ambiental, para sugerir e sustentar formas comprovadas de desempenho de seu papel de informação, formação e transformação ambiental, a partir da sensibilização e do favorecimento ao estabelecimento de novas relações, individuais e coletivas (CARIDE; MEIRA, 2001; GÓMEZ GARCÍA; MANSERGAS LÓPEZ, 2010), com o meio ambiente.

Para tanto, a continuidade das Conferências Internacionais de Meio Ambiente é importante, em seu papel de sensibilizar, alertar e comunicar a situação planetária. Este efeito mínimo é obtido pela realização das Cúpulas. Todavia, é preciso ir além, passando-se para efeitos mais concretos, de efetiva comprometimento com a implementação das medidas mitigadoras da crise ambiental, com agenda clara e de efetivos compromissos. Quanto ao cenário nacional, a mobilização da sociedade mostra-se essencial para a vigilância dos rumos das políticas públicas de educação ambiental e meio ambiente.

REFERÊNCIAS

AÇÃO humana sobre planeta marca nova fase geológica, dizem cientistas. *O Globo*. Rio de Janeiro, 29 ago. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/acao-humana-sobre-planeta-marca-nova-fase-geologica-dizem-cientistas-20010687>. Acesso em: 07 abr. 2019.

ALMEIDA, G.F. *Estrutura Básica de um texto legal: artigo, parágrafo, inciso e alínea*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4431614/mod_resource/content/1/Texto%20Legal.pdf. Acesso em: 13 out. 2019.

ALMEIDA JR. J.M.G. Um Novo Paradigma de Desenvolvimento Sustentável. *Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados*. Câmara dos Deputados, Brasília, 2000. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/acamara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/arquivos-pdf/pdf/002463.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

ASSUNÇÃO, J.V; MALHEIROS, T.F. Poluição Atmosférica. *In: Educação ambiental e sustentabilidade*, Barueri: 2014, 2.a rev. e atual. p 147-192.

BIASOLI, S. *Fundamentos de educação ambiental para sustentabilidade* (Universitária). São Paulo: Editora Senac, 2018. Edição Kindle. 3085 posições.

BOURSCHEIT, A. Desmonte de políticas ambientais é a marca dos 100 dias de governo Bolsonaro. *Portal O Eco*, 10 abr. 2019. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/desmonte-de-politicas-ambientais-e-a-marca-dos-100-dias-de-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRANCO, P. M. Breve História da Terra. *Portal CPRM Serviço Geológico do Brasil*. Brasília- DF. 03 dez. 2016. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/Redes-Institucionais/Rede-de-Bibliotecas---Rede-Ametista/Canal-Escola/Breve-Historia-da-Terra-1094.html>. Acesso em: 07 abr. 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União* 191-A, Brasília, 05 out. 1998, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 18 out. 2019.

BRASIL. Decreto n. 4.281, de 25 jun. 2002. Regulamenta a Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 jun. 2002. p.13. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em: 24 jun. 2019.

BRASIL. Decreto n. 6.101, de 26 abr. 2007. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Meio Ambiente, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 27 abr. 2007a. p.7. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6101.htmimpresao.htm#art5. Acesso em: 23 jun. 2019.

BRASIL. Decreto n. 9.665, de 2 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. *Diário Oficial da União*, 02 jan. 2019a, p. 6, edição extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9665.htm. Acesso em: 08 abr. 2019.

BRASIL. Decreto n. 9.672, de 2 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE. *Diário Oficial da União*, 02 jan. 2019b, p. 25, edição extra C. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9672.htm. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL. Governo do Brasil. Acordos globais. *Portal Governo do Brasil*. Brasília, 23 jan. 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2012/01/acordos-globais>. Acesso em: 08 abr. 2019.

BRASIL, Lei 6.938, de 31 ago. 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 02 set. 1981, p.16509. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL, Lei 7.735, de 22 fev. 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 fev. 1989, p.2729. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7735.htm. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL, Lei 9.394, de 20 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996, p. 27833. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL, Lei 9.795, de 27 abr. 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 abr. 1999, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 28 ago. 2019.

BRASIL, Lei 11.516, de 28 ago. 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis n. 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei n. 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória n.2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 ago. 2007b, p. 1 (edição extra). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11516.htm. Acesso em: 13 out. 2019.

BRASIL, Lei 13.844, de 18 jun. 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis n.10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 jun. 2019c, p. 4, edição extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL, Medida Provisória n. 366, de 26 abr. 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 27 abr. 2007c, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Mpv/366.htm. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL, Medida Provisória n. 870, de 1 jan. 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1 jan. 2019d, p. 1, edição especial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870impresao.htm. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente; Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental; Departamento de Educação Ambiental. Educação Ambiental por um *Brasil Sustentável: ProNEA, Marcos Legais & Normativos*: Documentos de Referência para o Fortalecimento da Política e do Programa Nacional de Educação Ambiental PRONEA. Órgão Gestor da PNEA. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação. Brasília, 2014, 114 p.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Educação Ambiental. Por um Brasil Sustentável: ProNEA, Marcos Legais & Normativos [recurso eletrônico]. Ministério do Meio Ambiente-MMA; Ministério da Educação - MEC. *Portal do Ministério do Meio Ambiente*, Brasília, DF: MMA, 2018, 5.a ed., 104.p. Disponível em: www.mma.gov.br/.../educacao-ambiental/.../98-pronea.html?...de-educacao-ambiental... Acesso em: 17 mar. 2019.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Educação Ambiental. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental: Relatório de Gestão 2007 a julho de 2008. *Portal do Ministério do Meio Ambiente*, Brasília, DF: MMA, 2008.162.p. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/20_03092008043402.pdf l. Acesso em: 23 jun. 2019.

- CARIDE, J.A.; MEIRA, P.A. *Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001, 302 p.
- CARRINGTON, D. The Anthropocene epoch: scientists declare dawn of human-influenced age. *The Guardian - Geology*. 29 ago. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2016/aug/29/declare-anthropocene-epoch-experts-urge-geological-congress-human-impact-earth>. Acesso em: 07 abr. 2019.
- CARTA aberta à *Excelentíssima Senhora Ministra do Meio Ambiente Marina Silva*, Brasília, 10 de março de 2007a. Disponível em <https://ibama.wordpress.com/>. Acesso em: 21 jun. 2019.
- CARTA da REBEA aos Ministros da Educação e do Meio Ambiente. *Portal da Rede Brasileira de Educação Ambiental* – REBEA, 09 jan. 2019. Disponível em: https://www.rebea.org.br/images/conteudo/NOTA_REBEA_FINAL_v09-01-2019.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.
- CARTA em defesa do Ibama. Associação de Servidores do Ibama, *Correio da Cidadania*, São Caetano do Sul-SP, 04 de maio de 2007b. Disponível em: http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=263:carta-em-defesa-do-ibama&catid=33:noticias-em-destaque. Acesso em: 21 jun. 2019.
- CDHPF. Manifesto da Educação Ambiental. Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF), *Portal CDHPF*, 8 jan. 2019. Disponível em: <http://cdhpf.org.br/noticias/manifesto-da-educacao-ambiental/> Acesso em: 21 jun. 2019.
- CONFERÊNCIAS de meio ambiente e desenvolvimento sustentável: *um miniguia da ONU*. [S.l.] 11 maio 2017. Disponível em: nacoesunidas.org/conferencias-de-meio-ambiente-e-desenvolvimento-sustentavel-miniguia-da-onu/. Acesso em: 31 mar. 2019.
- CRUTZEN, P. J. Geology of mankind. *Nature Internacional Journal of Science*. 2002. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/415023a>. Disponível em: 04 abr. 2019.
- CUMPLIDO, D.C.O; PRIETO, N.G. Educação Ambiental Escolar: Um Processo Contínuo na Formação do Cidadão Consciente. *Coleção: Fichário do Educado Ambiental*. Brasília, v. 2, ano 2. p. 9-12, mar/abr. 2009. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/coleciona5_20.pdf. Acesso em: 26 jul. 2019.
- DA CONFERÊNCIA das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, à Rio-92: agenda ambiental para os países e elaboração de documentos por Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Jornal em discussão*. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-das-nacoes-unidas-para-o-meio-ambiente-humano-estocolmo-rio-92-agenda-ambiental-paises-elaboracao-documentos-comissao-mundial-sobre-meio-ambiente-e-desenvolvimento.aspx>. Acesso em: 29 ago. 2019.
- DECISÃO do STF sobre a Lei do Instituto Chico Mendes. Importante decisão sobre o procedimento de aprovação das medidas provisórias. Entenda. Atualizada. *Portal Dizer o Direito*, 8 mar. 2012. Disponível em: <https://www.dizerodireito.com.br/2012/03/decisao-do-stf-sobre-lei-do-instituto.html>. Acesso em: 24 jun. 2019.
- EDUCAÇÃO ambiental. Capacitação. *Portal do ICMBio*. 2019. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/capacitacao.html>. Acesso em 22 jun. 2019.
- EDUCADORES ambientais denunciam extinção de setores ligados ao tema no governo Bolsonaro. *Portal Sul 21*, 8 jan. 2019. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2019/01/educadores-ambientais-denunciam-extincao-de-setores-ligados-ao-tema-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- GLASSMAN, G. A Estrutura das leis. *Guia do Estudante*. 24 fev. 2017. Disponível em: <https://guiadestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/entenda-a-estrutura-das-leis-brasileiras/>. Acesso em: 24 jun. 2019.
- GÓMEZ GARCÍA, J. MANSERGAS LÓPEZ, J. *Recursos para la educación ambiental* (Materiales para educadores) (Spanish Edition). Madrid: Editorial CCS, 2010. 3.ed. Edição Kindle. 2056 posições.

GUPTA, K. R. *Environmental Education in India*. Nova Delhi: Atlantic Publishers & Distributors (P) Ltda. 2010. Edição Kindle. 3402 posições. E-book ISBN 978-81-269-2628-2.

HISTÓRICO mundial. *Portal do Ministério do Meio Ambiente*. Brasília, [2003?]. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/historico-mundial.html>. Acesso em: 26 jun. 2019.

INSTITUCIONAL. *Portal Ascema Nacional*. 2007. Disponível em: <http://www.ascemanacional.org.br/institucional/>. Acesso em: 21 jun. 2019.

ICMbio - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO. Educação Ambiental: Relatório de Gestão 2016. *Portal do ICMBio*, Brasília, 2019a. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/acoes/Relat%C3%B3rio_de_Gest%C3%A3o_-_COEDU_2016_-_17_04_17.pdf. Acesso em: 22. jun. 2019.

ICMbio - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO. Diretrizes e Orientações Metodológicas para planejamento e implementação de processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais e Centro de Pesquisa e Conservação do ICMBio. *Portal do ICMBio*, Brasília, 2019b. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/Publica%C3%A7%C3%B5es_da_COEDU/PRODUTO_1_-_Diretrizes_e_Orienta%C3%A7%C3%B5es_Metodol%C3%B3gicas_de_EA_em_UCs_FINAL.pdf. Acesso em: 22. jun. 2019.

ICMbio - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO. Educação Ambiental: Capacitação. *Portal do ICMBio*, Brasília, 2019c. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/capacitacao.html>. Acesso em: 22. jun. 2019.

ICMbio - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO. Educação Ambiental: O que fazemos. *Portal do ICMBio*, Brasília, 2019d. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/>. Acesso em: 22. jun. 2019.

IVAR, J. A era humana. *Revista Pesquisa Fapesp*. São Paulo, ed. 243. mai. 2016. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2016/05/19/a-era-humana/>. Acesso em: 07 abr. 2019.

LIMA, G. F. C. *Educação ambiental no Brasil* (Papyrus educação). Campinas: Papyrus Editora, 2011, 256p. Edição Kindle, 4152 posições.

LINO, G.L. Antropoceno: "era dos humanos" é mais política que científica. *Portal Solidariedade Íbero-americana*, 7 out. 2016. Disponível em: <https://msiainforma.org/antropoceno-era-dos-humanos-e-mais-politica-que-cientifica/>. Acesso em: 07 abr. 2019.

LOUREIRO, C. F. B.; SAISSÉ, M. V. *Histórico da educação ambiental no âmbito federal da gestão ambiental pública: um panorama desde a Sema ao ICMBio*, [S.l.:s.n.] [2013?] Disponível em: <http://nuredam.com.br/files/divulgacao/artigos/Artigo%20EA%20Maryane%20Loureiro.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2019.

LOUREIRO, C. F. B.; SAISSÉ, M. V., CUNHA, C.C. Histórico da educação ambiental no âmbito federal da gestão ambiental pública: um panorama da divisão do IBAMA à sua reconstrução no ICMBio. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Curitiba, v. 28, p. 57-73, jul./dez. 2013. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/30204>. Acesso em: 21 jun. 2019.

LOUREIRO, C. F. B.; SAISSÉ, M. Educação ambiental na gestão ambiental pública brasileira: uma análise da SEMA ao ICMBio. *Revista de Educação Pública*. Cuiabá. V.23, n. 52.p. 105-129, jan./abr. 2014. Disponível em: https://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/472/Documentos/Mural_PlanosdeFiscalizacao/FormacaoSocioambiental/Referencias/Educacao%20ambiental%20na%20gestao%20ambiental%20publica%20brasileira%20LOUREIRO.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.

LOURENÇO, J. C. *Educação Ambiental na Prática: conceitos e aplicações*. Joaquim Carlos Lourenço – 1.a Ed. – Campina Grande — PB: Independente, 2018. 106 p., 1664 posições. [edição do autor].

LUZ, L. M.; MARCAL, M.S. A perspectiva geográfica do Antropoceno. *Revista de Geografia*. Recife, v. 33, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/229251>. Acesso em: 04 abr. 2019.

MACHADO, J. T. M. *Educação ambiental: um estudo sobre a ambientalização do cotidiano escolar*. 2014. 245f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Piracicaba. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-07072014-114108/publico/Julia_Teixeira_Machado_verso_revisada.pdf. Acesso em: 1 abr. 2019.

MANIFESTO das CIEAs do Brasil sobre a Educação Ambiental. *Portal da Rede Brasileira de Educação Ambiental – REBEA*, 16 jan. 2019. Disponível em: <https://www.rebea.org.br/index.php/noticias/88-noticias/156-manifesto-das-cieas-do-brasil-sobre-a-educacao-ambiental>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MARQUESAN *et al.* Organização no Antropoceno: Reflexões Sobre o Avanço da Temática. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. 2018. Curitiba-PR. *Anais[...]*. Disponível em: <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/cbeo/anais2018/ARQUIVOS-resumos/GT16-65-168-20180720170953.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2019.

MEDIA note: Anthropocene Working Group (AWG). *Press Office*, 29 ago. 2016. University of Leicester. Disponível em: <https://www2.le.ac.uk/offices/press/press-releases/2016/august/media-note-anthropocene-working-group-awg>. Acesso em: 07 abr. 2019.

NASSIF, L. Manifesto da Educação Ambiental alerta para grave desmonte. *Jornal Ggn*, 08 jan. 2019. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/meio-ambiente/manifesto-da-educacao-ambiental-alerta-para-grave-desmonte/>. Acesso em: 21 jun. 2019.

NAVARRO, R. F. A Evolução dos Materiais. Parte1: da Pré-história ao Início da Era Moderna. *Revista Eletrônica de Materiais e Processos*, Campina Grande, v.1, 1 (2006) 01-11 ISSN 1809-8797. Disponível em: <https://aplicweb.feevale.br/site/files/documentos/pdf/32246.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2019.

NOTA da comunidade acadêmica brasileira ligada ao campo da educação ambiental. 7 jan. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/585931-nota-da-comunidade-academica-brasileira-ligada-ao-campo-da-educacao-ambiental> e <<https://observatorioea.blogspot.com/2019/01/manifesto-da-educacao-ambiental.html>. Acesso em: 1 abr. 2019.

ORTEGA, M. A. A. *Educación Ambiental: Crónica de un proceso de formación* (Spanish Edition) (p. 33). Newton. Edición y Tecnología Educativa. 2016. Edição Kindle. 4416 posições.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100009>.

PAGLIOLI, F. S. *Técnica Legislativa [S.l.] [200?]*. 59 slides: color. Disponível em: http://www2.al.rs.gov.br/escola/LinkClick.aspx?fileticket=5XI_7pSd2pA%3D&tabid=6318. Acesso em: 24 jun. 2019.

PARO, D. "Divisão do Ibama causa polêmica em Foz". *Gazeta do Povo*, 19 jun. 2007. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/divisao-do-ibama-causa-polemica-em-foz-ainssci8234249pnlnp8std1q/>. Acesso em: 21 jun. 2019.

PHILIPPI JR. A., MALHEIROS, T. F. *Saúde Ambiental*. In: Educação ambiental e sustentabilidade, Barueri: 2014, 2.a rev. e atual. p. 57-84.

PINTO, M. Reportagem Especial: Por que a proposta de divisão do Ibama tem que ser melhor discutida com a sociedade. *Ambiente Brasil*, 22 jun. 2007. Disponível em:

<https://noticias.ambientebrasil.com.br/exclusivas/2007/06/22/31868-reportagem-especial-por-que-a-proposta-de-divisao-do-ibama-tem-que-ser-melhor-discutida-com-a-sociedade.html>. Acesso em: 21 jun. 2019.

PYNE, S. J. Fire and Earth: creating combustion. In: *Fire: a brief history*. University of Washington Press, 2001. p. 3-24. Disponível em: <https://books.google.com/books/about/Fire.html?id...> Acesso em: 29 mar. 2019.

REIGOTA, M. *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense. 1.ed. E-book, 2017. (Coleção Primeiros Passos 292). Edição Kindle, 887 posições.

REDIN, M. et al. Impactos da queima sobre atributos químicos, físicos e biológicos do solo. *Ciência Florestal*. v. 21, n.2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/cienciaflorestal/article/view/3243/1884>Acesso em: 27 mar. 2019.

ROHDE, G. M. *Epistemologia Ambiental*. 2.e. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. 470 p. (Coleção Filosofia 37). Disponível em: <https://books.google.com.br>. Acesso em: 07 abr. 2019.

RODRIGUES, M. O Antropoceno em disputa. *Ciência e Cultura*. São Paulo, v. 69, n. 1, p. 19-22, Mar. 2017. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 abr. 2019. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-666020170001000107>.

SAISSE, M. V. Sentidos e práticas da educação ambiental no Brasil: as unidades de conservação como campo de disputa. In: VII EPEA - ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 7, 2013. Rio Claro. *Anais[...]*Rio Claro– SP, 2013. p.1-16. Disponível em: http://www.epea.tmp.br/epea2013_anais/pdfs/plenary/0094-1.pdf. Acesso em 22 jun. 2019.

SCHIMIDT, L.; NAVE, J. G.; GUERRA, J. *Educação Ambiental: balanço e perspectivas para uma agenda mais sustentável*. Imprensa de Ciências Sociais. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2010. ISBN 978-972-671-404-0 CDU 502.12. Edição Kindle. 4330 posições.

SOFFIATI, A. *Do global ao local: reflexões sobre o Ecologismo e Eco-história*. 1.ed. Rio de Janeiro: Autografia (Livros Digitais), 2016, 195 p.

SOUSA, M. S.; CARMO, R. R., ROCHA, S. M. Rio + 10: a influência da Rio 92 e os reflexos da conferência na política Mundial. In: *Direito ambiental [recurso eletrônico]: 2º Congresso 2013 Internacional de Direito Ambiental Internacional* /Vladimir Garcia Magalhães et al. (org.). Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2013.p 179-206.

STEFFEN, W.; CRUTZEN, P. J.; McNEILL, J. R. The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature? *Ambio*, vol. 36, n. 8, dez. 2007, p.614-621. Disponível em: https://www.pik-potsdam.de/news/public-events/archiv/alter-net/former-ss/2007/05-09.2007/steffen/literature/ambi-36-08-06_614_621.pdf. Acesso em: 04 abr. 2019.

STF mantém Instituto Chico Mendes, mas dá dois anos para Congresso editar nova lei sobre a autarquia. *Portal do Supremo Tribunal Federal*. Brasília, 7 de março de 2012. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=202057> Acesso em: 24 jun. 2019.

TILIO NETO, P. *Ecopolítica das mudanças climáticas o IPCC e o ecologismo dos pobres* [online], 2649 posições. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. ISBN: 978-85-7982-049-6. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 09 jun. 2019.

VEIGA, J. E. A Primeira Utopia do Antropoceno. *Ambiente e Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 227-246, jun. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2017000200227&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 abr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asocex002v2022017>.

VIOLA, E.; BASSO, L. O Sistema internacional do Antropoceno. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 31, n. 92. 2016, p. 1-18. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v31n92/0102-6909-rbcsoc-3192012016.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2019.

4 CAPÍTULO II - CONCEITUAÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUAS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS

Tratar de educação ambiental implica reportar-se a seu histórico e conceituá-la. Desse modo, enquanto no capítulo anterior cuidou-se de destacar a evolução da educação ambiental no tempo, neste capítulo os esforços estarão voltados para apresentação das variações semânticas de seu conceito, bem como de suas correntes e dos fatores que as influenciam, como historicidade e princípios éticos.

É mister salientar que, enquanto o localizador de tempo para o reconhecimento da educação ambiental como ferramenta para combate da crise ecológica, colocado nos anos setenta do século XX (SORRENTINO, 1993, posição 49 de 491; CARIDE; MEIRA, 2001, p. 167, 171; LIMA, 2011, posição 308 de 4152), não é tão contestado, o mesmo não ocorre com seu conceito. Este não é universal e traz embutido, em si, o reconhecimento de valores e concepções diversas, inclusive quanto à posição ocupada pelo ser humano no contexto planetário. Como conseqüência, surgem diversas tendências de prática no campo da educação ambiental, as quais também serão abordadas neste capítulo.

4.1 DA ORIGEM DA EXPRESSÃO EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DE SUA SINONÍMIA

A criação da expressão “educação ambiental” (*environmental education*) é atribuída a Clay Schoenfeld, com registro de sua menção na Conferência em Educação, realizada na Universidade de Keele, na Grã-Bretanha, no ano de 1965 (LIMA, 2011, posição 1772 de 4151; LOSKOTA, 2004, posição 251 de 842). O objetivo seria “expressar a necessidade de introduzir na educação dos cidadãos princípios básicos de ecologia e da conservação dos recursos naturais” (LAYRARGUES, 2003, apud LIMA, 2011, posição 1578 de 4151). Posteriormente, Clay fundou o Jornal da Educação Ambiental em 1969 (LOSKOTA, 2004, posição 252 de 842), ratificando o termo que cunhara. Todavia, a difusão internacional da educação ambiental é associada à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo (Suécia), comentada no capítulo anterior.

Procedendo-se à análise da expressão, verifica-se a presença de um substantivo e um adjetivo, envolvendo dois campos distintos, educação e ambiental (LAYRARGUES, 2004, p.7). Bhat e Akhter (2015, posições 16 e 28 de 4496), diferenciam especificamente cada um desses campos. Para esses autores, “educação é um processo de desenvolvimento que compreende três principais atividades: ensinar, treinar e instruir”, enquanto “ambiente pode ser definido como o conjunto de condições que envolvem um organismo ou o complexo de condição sociocultural que afeta um indivíduo”.

O apelo ao adjetivo ambiental, segundo Lima (2011, posição 2366 de 4151), refletiu um descontentamento com a própria educação, que não procedia à abordagem dos problemas ambientais e, desse modo, não permitia refletir e dar respostas à crise ecológica. Com isto, a composição da expressão educação ambiental revela, de antemão, a interdisciplinaridade do conceito (LIMA, 2011, posição 1931 de 4151).

No entanto, mesmo que já tenha nascido adjetivada (LAYRARGUES, 2004, p.8; BIASOLI, 2018, posição 715 de 3085), novos nomes ou qualificadores têm sido atribuídos ou incorporados à nomenclatura. As causas apontadas para esse (re)batismo têm sido diversas. Lima (2011, posição 2459 de 4151) credita a (re)denominação a uma insurgência com a metodologia utilizada na educação ambiental. O objetivo era expandir a compreensão do que fosse educação ambiental. Como explica o autor, os novos termos aplicados à educação ambiental representam “uma insatisfação com o tratamento reducionista dado à educação ambiental por leituras biologizantes, conservacionistas, tecnicistas ou comportamentalistas e com as implicações resultantes dessas abordagens”.

Layrargues (2000, p.91, 92, 96), em acréscimo, coloca que a falta de visualização por alguns autores de resultados concretos da educação ambiental leva à procura de novas denominações, mais modernas. Ou seja, rejeita-se o nome, mas não a importância do processo, procurando identidades mais contemporâneas. Layrargues (2004, p. 8) também entende que as finalidades das novas designações podem ser o refinamento conceitual, estabelecimento de fronteiras identitárias internas e até mesmo a renomeação completa. No mesmo sentido compreende Guimarães (2004, p. 25), ao expor que essas tentativas podem significar tanto evolução e aperfeiçoamento como rejeição do termo ou sua superação.

Por exemplo, a designação "educação no processo de gestão ambiental", cunhada por Quintas ([S.l.: s.d, p. 3; LAYRARGUES, 2000, p. 90), pode ser vista como denominação independente, que busca identidade e caracterização próprias. Outras nomenclaturas vigentes não guardam tanta independência e podem ser entendidas como termos componentes ou

englobados pela própria expressão educação ambiental (LAYRARGUES, 2000, p. 95). Entre elas, podem ser mencionadas as seguintes:

- a. educação ambiental crítica;
- b. educação ambiental emancipatória ou transformadora;
- c. ecopedagogia;
- d. educação popular;
- e. alfabetização ecológica (SILVA, 2004, p. 5; LAYRARGUES, 2004, p. 8), que tem como sinônimo ecoecologia (ARAÚJO, 2017, posição 1975 de 7662);
- f. educação ambiental para sociedades sustentáveis (LOUREIRO; SAISSE, 2013, p. 28; BRASIL, 2004);
- g. educação ambiental para a sustentabilidade (BIASOLI, 2018, posição 958 de 3085; LOSKOTA, 2004, posição 660 de 842);
- h. educação ambiental para o desenvolvimento humano sustentado (CARIDE; MEIRA, 2001, p. 197);
- i. educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) (SCHIMIDT; NAVE; GUERRA, 2010, posição 1377 de 4330; UNESCO, 1997, p. 2; LIMA, 2011, posição 2562).
- j. educação ambiental e sustentabilidade (LYSGAARD, 2018, posição 210 de 318).

Enfim, o fato é que a heterogeneidade de nomenclatura marca a educação ambiental (LAYRARGUES, 2004, p.9). Em meio a debates acadêmicos para a autonomia da educação ambiental, até mesmo sua denominação passou a ser analisada quanto suficiência e expressividade, ora recebendo críticas por não referir o elemento social, ora recebendo adjetivações, sinônimos ou rechaçamento, para ser substituída por outras nomenclaturas.

4.2 INFLUENCIADORES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ORIGEM HISTÓRICA E VERTENTES ÉTICAS

No Brasil, o histórico da Educação Ambiental mostra seu surgimento no campo da Ecologia, entendida como "disciplina científica que estuda as interações entre os seres vivos e seu meio ambiente"(TILIO NETO, 2010, posição 319 de 2649), bem como junto aos debates

ambientalistas. Desse seu lugar de origem, recebeu influências, incluindo um caráter instrumental, pragmático e conservacionista (KAWASAKI; CARVALHO, 2009, p. 145).

O desencadear “biologizante e conservacionista” do processo de institucionalização da educação ambiental no Brasil também é referido por Lima (2011, posições 2243-2244, 2266 de 4151). Acrescenta esse autor a ligação da educação ambiental às pressões internacionais e ao ambientalismo preservacionista defendido pelos países industrializados durante a I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano.

Neste ponto, à guisa de melhor entendimento do significado dos termos, cabe colocar que ecologismo ou ambientalismo é um movimento reacionário ao crescimento econômico nos moldes que foram adotados a partir da Revolução Industrial (TILIO NETO, 2010, p. 408 de 2649; LIMA, 2011, posição 1174 de 4151). Dito de outro modo, pode-se apresentar o ambientalismo como um movimento ecológico, social e político de crítica ao modo de produção industrial e a seus efeitos sobre o meio ambiente. Serve como doutrina, ideologia ou corrente de ideias que ampara ativismo de seus seguidores. Sua importância é a crítica ao cenário e às técnicas da produção industrial, nem sempre zelosas com o meio ambiente.

Há autores que equiparam ecologismo a ambientalismo. Outros, no entanto, procedem a diferenciações (BIASOLI, 2018, posição 403 de 3085). Para esta última corrente, haveria uma distinção entre os vocábulos, sendo o ecologismo a fase inicial do movimento, voltado para os recursos naturais e discurso ecológico. Já o ambientalismo seria um ideário surgido do ecologismo, nas décadas de 1980 e 1990, desse diferindo porque passou a crescer a seu repertório a preocupação com a questão social.

Em seu início, o movimento ambientalista caracterizou-se pela horizontalidade organizacional e informalidade (LIMA, 2011, posição 1198 de 4151), normalmente com atuação voluntária e gratuita de seus seguidores, reunidos em associações de base ou raiz, conforme classificaram Sorrentino e Pagnoccheschi (1993, p. 13-14, apud LIMA, 2011, posição 1848 de 4151). Era um movimento descentralizado e multiforme, que repontava em lugares e tempos diferentes e com motivações diversas (BIASOLI, 2018, posição 426 de 3085).

A partir da década de 1980, o ambientalismo passou por renovações importantes, embora mantendo significativa herança do movimento conservacionista (ecologismo) que o antecederia (LIMA, 2011, posição 2306 de 4151). Adotando a natureza legal de pessoas jurídicas, constituídas sob o manto de organizações não governamentais (ONGs), associações, fundações ou institutos (LIMA, 2011, posição 1848 de 4151), o ambientalismo consolidou-se por atuação mais profissional, com qualificação técnica de seus integrantes e metodologia de

trabalho em rede e mediante projetos. Isto permitiu às pessoas jurídicas que o praticavam procederem à busca sistemática de captação de recursos financeiros, inclusive para lograr a sobrevivência do grupo (LIMA, 2011 posições 1198-1219, 1325 de 4151).

Esclarecidos tais pontos e já com a compreensão dos vocábulos, reforça-se a informação de que a educação ambiental sofreu a influência do ecologismo/ambientalismo e das fases pelas quais este movimento atravessou. Atribui-se a essa influência o efeito de associação entre meio ambiente e natureza, muitas vezes sem prestigiar o elemento social, que participa da questão ambiental, como ressalta Rocha (2011, p. 32). Somente com sua evolução é que a educação ambiental passou a referir a complexidade ou multidimensionalidade dos temas socioambientais (KAWASAKI; CARVALHO, 2009, p. 145).

O vislumbramento da possibilidade de utilização da educação ambiental como ferramenta para combate da crise ecológica ocorreu, como visto no capítulo anterior, a partir das Conferências Internacionais de Meio Ambiente, promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esse reconhecimento conduziu à sua institucionalização e consolidação como campo epistemológico nos países participantes.

Todavia, o avanço da educação ambiental não ocorreu isento de críticas. Teve de vencer desafios para sua legitimação científica e social (LIMA, 2011, posição 1960 de 4151). Uma das críticas mais contundentes focou na fragilidade ou limitação, para não dizer ausência, de campo teórico-metodológico próprio (LIMA, 2011, posição 2139 de 4151). Por ser um campo emergente, teve de recorrer a outros campos epistemológicos mais consolidados. Sustentar a autonomia da educação ambiental não foi fácil, tendo em vista essa hibridiz epistêmica (LIMA, 2011, posições 1970, 2001 de 4151), que tornava pertinente a crítica endereçada.

Avançando no estudo dos influenciadores da educação ambiental, é importante destacar que, além da ascendência histórica, que acompanhou as nuances do ecologismo/ambientalismo, há opções, vertentes ou linhas ético-morais, políticas e ideológicas que fundamentam as posições, os interesses, ações e busca de soluções para a problemática ambiental e para a construção de diferentes modelos de sociedade (CARIDE; MEIRA, 2001, p. 101; 213). A ética ambiental, que orienta tais escolhas, pode ser dividida em três grandes segmentos, denominados antropocentrismo, biocentrismo e ecocentrismo. Todos têm seu fator de influência sobre a educação ambiental.

O primeiro segmento, o antropocentrismo, é definido por Bhat e Akhter (2015, posições 1627-1632 de 4469) como a vertente de ética ambiental que prega sobreposição dos seres humanos em relação a outras formas de vida, como critério de valoração. Os seres humanos

ocupariam o centro do universo e as demais espécies devem ter utilidade para eles. Ou, como explica Lima (2011, posição 829 de 4151), implica considerar “os valores humanos como a referência central de todos os juízos e reduzir toda a vida não humana a meros recursos a serviço das utilidades e dos desejos humanos”. Em assim sendo, ainda que o antropocentrismo possa compreender versões ou subdivisões, como marxismo e tecnocentrismo (CARIDE; MEIRA, 2001, p. 213), todas foram construídas a partir do reconhecimento da centralidade dominante do ser humano e do julgamento de seus interesses como mais importantes do que de qualquer outra espécie (CARIDE; MEIRA, 2001, p. 255). Para Bhat e Akhter (2015, posições 1627-1632 de 4496), os filiados ao antropocentrismo não reconhecem a importância intrínseca dos demais seres e sustentam que podem proceder à modificação das outras espécies – especismo – para atender a seu critério de utilização dos demais seres em seu próprio benefício. Isto decorre, entre outros fatores, da “excessiva objetificação da Natureza” que acompanha ao antropocentrismo (ARAÚJO, 2017, posição 1871 de 7662). Ao compreender os recursos naturais como objetos, o ser humano tem a convicção de que pode “violentar o movimento global da natureza e decidir sobre as espécies animais e vegetais, bem como modificar as cadeias alimentares” (CARIDE; MEIRA, 2001, p. 159).

Diversas críticas são feitas ao antropocentrismo. Uma delas combate essa linha ética, diante da pouca valoração da finitude dos recursos naturais (GÓMEZ GARCÍA; MANSERGAS LÓPEZ, 2010, posições 242-245 de 2056); outra crítica refere a confiança excessiva na tecnologia e no poder da ciência para solucionar os problemas ambientais (CARIDE; MEIRA, 2001, p. 205). Por fim, o antropocentrismo é combatido pela falta de justificativa para o desequilíbrio de valor entre o ser humano e os demais seres, posto que sua origem seria comum. Nesse sentido, Lima (2011, posição 829 de 4151) assim se manifesta: “(...) toda a vida humana e não humana provém da mesma origem biológica, e essa herança biológica comum não justifica a pretensa superioridade humana sobre os demais seres nem o direito de julgá-los e explorá-los segundo os desígnios dela.”

O segundo segmento ético é o biocentrismo. É apresentado como “oposição à ética antropocêntrica” (BHAT; AKHTER, 2015, posições 1637-1642 de 4969). Os autores (BHAT; AKHTER, 2015, posições 1637-1642 de 4469) deixam claro que “esta ética, centrada na vida, considera que todas as coisas vivas valem a pena. Os organismos vivos são bons por direito próprio e merecem a consideração e o respeito dos seres humanos.” O reconhecimento do valor intrínseco dos seres, não condicionado a real ou potencial utilidade para os humanos, não significa, entretanto, preponderância destes sobre os direitos humanos, em situação que

Kloepfer (apud LEITE; SILVEIRA; ROSA, 2018, posição 1378 de 5974) denomina de ecoditatura e Ferry, de totalitarismo ecologista (apud CARIDE; MEIRA, 2001, p. 261).

Por fim, um terceiro modo de escolhas ambientais rege-se pelo ecocentrismo, vertente ou segmento ético que teve Aldo Leopold como precursor (CARIDE; MEIRA, 2001, p. 169), também apontado como o patrono do movimento ambientalista (DIAS, 2004, p. 77). São tidas como posições ecocentristas, entre outras, a ecologia profunda e o preservacionismo (CARIDE; MEIRA, 2001, p. 213). Guarda semelhanças com o biocentrismo, mas atribui direitos a sistemas mais amplos, não apenas a seres. Como explicam Bhat e Akhter (2015, posição 1642 de 4969), "De acordo com tais pontos de vista, não apenas os seres humanos e outros organismos vivos têm uma consideração moral, mas também os objetos e relações naturais não vivos, como rios, florestas, biomas, espécies inteiras e ecossistemas".

Em assim sendo, no biocentrismo há um reconhecimento ao princípio sistêmico, onde cada parte, isolada, não representa seu papel no todo; as partes juntas formam outra unidade (CUNHA; MELO; BRUZACA, 2018, posição 248 de 5974).

Em síntese, a elaboração de determinado conceito de educação ambiental e a escolha de um deles para ser aplicado ou replicado, espelham, indiretamente, a compreensão do que seja educação e do que seja meio ambiente. Fornecem pistas do projeto civilizatório em que se acredita como adequado. Revelam, ainda, as determinantes históricas internalizadas pelo seu seguidor, valores pessoais, incluindo o prisma ético, que reverberam no paradigma de educação ambiental que venha a ser adotado, mesmo que na suposição de neutralidade ideológica.

4.3 DOS DIFERENTES CONCEITOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Neste item, serão apresentados alguns conceitos, para demonstrar que não há univocidade sobre o conceito de educação ambiental. Essa pluralidade conceitual, com "alargamento do espectro ideológico e temático" (LIMA, 2011, posição 2498 de 4151) é vista, por alguns autores, até como "crise de identidade" (CARIDE; MEIRA; 2001, p. 201). Não obstante, para o público externo ao campo, ou seja, para o público não especializado, nem sempre é perceptível (LIMA, 2011, posição 2570 de 4151), mostrando-se como um campo de saber e de atividades coeso.

Biasoli (2018, posições 708-710 de 3085) aponta razões para dedicar-se ao estudo dos diferentes conceitos de educação ambiental. Segundo a autora,

(...)é importante reconhecer a polissemia do campo para se situar e refletir sobre a relação com sua própria prática. Desta maneira, torna-se possível obter clareza do que se está fazendo e quais referenciais teórico-metodológicos devem ser adotados (ou te animam).

Delineada essa razão, e compreendendo que cada conceito de educação ambiental refletirá em sua estrutura palavras ou expressões específicas, adequadas aos sentidos ou significações relacionadas à bagagem teórica de que emana, principia-se pelo conceito de educação ambiental formulado por Luiza Schmidt, Nave e Dias (2010, posição 1315 de 4330):

Entende-se, em geral, a EA [educação ambiental] como um processo de aprendizagem permanente, que procura incrementar a informação e o conhecimento público sobre os problemas ambientais, promovendo, simultaneamente, o sentido crítico das populações e a sua capacidade para intervir nas decisões que, de uma forma ou de outra, afetam o ambiente e as suas condições de vida.

Para Lourenço (2018, posição 291 de 1664), “Educação Ambiental é um processo de intervenção educativa formal e informal que busca promover uma consciência crítica do indivíduo ou grupo de pessoas, para problemas ambientais de sua realidade”.

Para o autor (2018, posição 287 de 1664),

O objetivo final da Educação Ambiental é alcançar um grupo social ou um indivíduo a partir do conhecimento de sua realidade imediata, conseguir mudanças na consciência, atitudes e comportamentos, e por um método de análise crítica, a sua própria responsabilidade e incentivar a participação na resolução dos problemas ambientais, em cooperação com o restante da população.

Importante referir a definição minimalista de Layrargues (2004, p.7), para quem educação ambiental "é o nome que historicamente se convencionou dar às práticas educativas relacionadas à questão ambiental".

Bhat e Akhter (2015, posição 190 de 4469), por sua vez, apresentam o seguinte conceito de educação ambiental:

A Educação Ambiental (EA) é um processo no qual os indivíduos ganham consciência de seu ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, valores, experiências e

também a determinação, que lhes permitirá atuar - individual e coletivamente - para resolver problemas ambientais presentes e futuros.

Em conceituação mais longa, Sharma e Agarwal (2010, posição 132 de 3402), apresentam a educação ambiental do seguinte modo:

A educação ambiental é um processo para proporcionar experiências de aprendizagem para obter conhecimento, habilidades e conscientização com mudanças de atitude desejáveis sobre o relacionamento do homem com seu ambiente natural e artificial que inclui a relação entre população, poluição, alocação de recursos, transporte, tecnologia e planejamento rural para o ambiente humano total.

A seu turno, o conceito legal de educação ambiental no Brasil, preconizado pela Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999), é o seguinte:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Sobretudo entre os conceitos de Bhat e Akhter (2015, posição 190 de 4969) e da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), verificam-se elementos comuns, como o entendimento de que a educação ambiental é um processo que permite conhecimentos, habilidades e valores. O entendimento de processo é importante, por envolver movimentação e não algo instituído e dado.

Bhat e Akhter (2015, posição 1203 de 4969) são bem específicos, quando apontam que o importante é ensinar como pensar, o que exige pensamento crítico, habilidades de tomar decisões informadas e responsáveis (BHAT; AKHTER, 2015, posição 196 de 4469). O objetivo não é ensinar o que pensar. As divergências aparecem quanto à finalidade da educação ambiental, como sendo, para esses autores, a capacitação para a solução para problemas ambientais, através de pensamento crítico, visão global da situação. Já para a norma positivada da legislação pátria, a finalidade é a conservação do ambiente.

Como visto, é marcante a polissemia no campo da educação ambiental. Há variações conceituais, o que leva Giesta (2012, p. 775) e Biasoli (2018, posição 702 de 3085) a sustentarem a existência de “educações ambientais”. As diferenças de conceituação, longe de

serem apenas mera escolha de palavras, trazem por trás de si disputas para o domínio do capital científico do campo ambiental (BOURDIEU, 2004, p. 47; CARVALHO, 2004, p. 16-17; BIASOLI, 2018, posição 571 de 3084) para ditar a hegemonia interpretativa, limitando “o que é pensável ambientalmente” (CARVALHO, 2008, p. 59) ou apontando o discurso legítimo a ser sustentado (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 11; LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 26; LIMA, 2011, posições 554, 1605, 2149 de 4151).

Contudo, mesmo reconhecendo variações semânticas, percebe-se o aproveitamento de termos utilizados na Carta de Belgrado para a construção dos conceitos de educação ambiental. Nesse documento, elaborado em 1975, como síntese do Seminário Internacional de Educação Ambiental de que participaram representações de sessenta e cinco (65) países (CARIDE; MEIRA, 2001, p. 176), foram elencados seis objetivos da educação ambiental, a saber:

Tomada de consciência. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir maior sensibilidade e consciência do meio ambiente em geral e dos problemas.

Conhecimentos. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir uma compreensão básica do meio ambiente em sua totalidade, dos problemas associados e da presença e função da humanidade neles, o que necessita uma responsabilidade crítica.

Atitudes. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir valores sociais e um profundo interesse pelo meio ambiente que os impulse a participar ativamente na sua proteção e melhoria.

Aptidões. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir as aptidões necessárias para resolver os problemas ambientais.

Capacidade de avaliação. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a avaliar as medidas e os programas de educação ambiental em função dos fatores ecológicos, políticos, sociais, estéticos e educativos.

Participação. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a desenvolver seu sentido de responsabilidade e a tomar consciência da urgente necessidade de prestar atenção aos problemas ambientais, para assegurar que sejam adotadas medidas adequadas.

Verifica-se que, de um modo ou de outro, os objetivos traçados em Belgrado passam a integrar a própria definição de educação ambiental. Por exemplo, no conceito de Luiza Schimdt, Nave e Dias (2010, posição 1315 de 4330), define-se educação ambiental como um processo que procura incrementar a informação e o conhecimento público sobre os problemas ambientais. Percebe-se a presença do objetivo conhecimento, traçado em Belgrado. Na

continuidade do conceito, os autores indicam que a educação ambiental é um processo que promove o sentido crítico das populações e a sua capacidade para intervir nas decisões que interfiram em sua vida. Esta parte da redação do conceito de educação ambiental pode ser entendida como avaliar e participar, ambos objetivos na Carta de Belgrado.

No conceito de educação ambiental empregado por Lourenço (2018, posição 284 de 1664), por sua vez, quando define como “processo de intervenção educativa formal e informal que busca promover uma consciência crítica do indivíduo ou grupo de pessoas, para problemas ambientais de sua realidade”, encontram-se presentes três dos objetivos traçados na Carta de Belgrado: tomada de consciência, conhecimento e capacidade de avaliação.

Essa assertiva está autorizada pela percepção do uso coligado da qualificação “crítica” ao substantivo “consciência” no conceito. Se o autor tivesse mencionado somente “promover uma consciência”, este intento, sinônimo de dar ciência, seria obtido por meio do conhecimento, que também é um dos objetivos da educação ambiental, conforme pensado em Belgrado. Todavia, alcançar “consciência crítica” subentende ter conhecimento e capacidade de avaliação, perfectibilizando, assim, mais dois objetivos de Belgrado (BRASIL, 2019, n.p.).

Para o efeito de concluir e sintetizar este item, aponta-se a existência de uma variedade de conceitos de educação ambiental. Foram elaborados por seus autores expressando o próprio modo de compreender a educação ambiental. Todavia, a presença de signos também utilizados na Carta de Belgrado, demonstra que a construção dos conceitos não esteve alheia ao contexto internacional de formação do pensamento ambiental. Ao contrário, os objetivos traçados em Belgrado foram compreendidos e internalizados pelos autores. Tanto que foram projetados, todos ou somente alguns deles, como se fossem seu denominador comum, na construção dos conceitos de educação ambiental.

4.4 DAS CORRENTES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As bases de formação, refletidas na representação que se tem de educação e de meio ambiente, influenciam na formulação ou eleição de conceitos, na escolha das metodologias e nos resultados pretendidos com a educação ambiental. Tais bases podem ser classificadas de formas diversas. Embora seja perceptível a falta de consenso entre os doutrinadores quanto à taxonomia, não é absoluta. Há concordância entre eles sobre determinadas características de

cada classificação e até mesmo complementação da descrição efetuada pelos demais, aprimorando-a.

Há autores que as reúnem em grandes grupos, como Layrargues e Lima (2011, p. 8). Outros preferem a terminologia “correntes”, como Lúcia Sauvé (2008). Utilizam-se, ainda, “identidades da educa o ambiental brasileira”, como fez o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2004, p.5), ou ondas discursivas, no dizer de Lima (2011, posi es 2139 e 2169 de 4151), por serem movimento de discursos de renova o e concorrência constantes. Outros, por fim, optam pelo termo “matrizes”, a exemplo de Isabel Carvalho (2001, p. 46). Entre cada uma das classifica es há varia es intermediárias, que não se adaptam integralmente a nenhuma tipologia (LIMA, 2011, posi es 2612 e 2631 de 4151).

Principia-se com a classifica o operada por Layrargues e Lima (2011, p. 8; 2014, p. 28). Tais autores sustentam a existência de tr s macrotendências ambientais, as quais denominam tendências conservadoras (ou conservacionista), pragmáticas e alternativas (ou crítica).

A tendência conservacionista, que se destaca por seu pioneirismo,   apresentada como predominante ou hegemônica entre os anos setenta até os anos noventa do século XX (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 8, 2014, p. 28; LIMA, 2011, posi o 2169 de 4151). Recebeu influência da Biologia da Conserva o, ramo da Ecologia. Igualmente, da corrente denominada “culto   vida silvestre”, presente no Ecologismo ou Ambientalismo (TILIO NETO, 2010, posi o 440 de 2649; MARTINEZ-ALIER, 2016, p. 53-54), bem como contribui o de profissionais das ciências naturais, como biólogos, ecólogos, botânicos e zoólogos (LIMA, 2011, posi es 2201 e 2190 de 4151). Como uma das primeiras linhas de pensamento sobre a educa o ambiental, logrou influenciar pesquisadores, opinião pública e ser inserida em políticas públicas ambientais.

Com esteio em Lima (2011, posi es 2178-2179, 2190 de 4151) e pela relevância do t pico, passa-se a enumerar as principais características da tendência conservacionista:

- a) percebe os problemas ambientais de uma perspectiva predominantemente ecológica, como resultantes da falta de conhecimento sobre o funcionamento dos ecossistemas e dos ciclos biogeoquímicos ou da falta de sensibilidade para a importância das cadeias ecológicas na vida em geral;
- b) confunde meio ambiente e natureza e concebe a natureza como um ente apartado do homem, da cultura e da história;
- c) constata os impactos da polui o e do consumo intenso dos recursos naturais, mas não relaciona esses efeitos com suas causas sociais, isto  , com os modelos de organiza o econômica e política da sociedade, que estão em sua origem;

- d) os impactos ambientais são atribuídos a uma genérica “ação antrópica” e a um homem abstrato, fazendo com que a responsabilidade pelos danos ambientais seja igualmente distribuída entre toda a espécie humana.
- e) propôs-se a ensinar ecologia e a transmitir conhecimentos sobre o funcionamento dos sistemas ecológicos, com a intenção de conscientizar e sensibilizar os indivíduos a adotar uma conduta responsável em sua relação com o ambiente;
- f) está imbuída da crença na resolução técnica dos problemas ambientais, por meio dos recursos científicos e tecnológicos disponíveis porque entende o saber científico como saber hegemônico, capaz de produzir respostas eficientes aos desafios ambientais.

Lima (2011, posições 2178-2179, 2190 de 4151) efetua críticas ao modelo da educação ambiental conservacionista, por sua superficialidade, embora com toques de cientificidade. O autor deixa claro que o conservadorismo é uma corrente de educação ambiental que busca apresentar soluções técnicas para a degradação ambiental, sem movimentar ou afetar significativamente a estrutura econômica, política e social. Como seu papel é exaltar a postura científica para a resolução dos problemas ambientais, sem perscrutar seus fatores causais, o conservadorismo nutre o discurso do desenvolvimento sustentável.

Desse modo, é uma tendência conveniente para o sistema econômico e político dominante, prossegue o autor (LIMA, 2011, posições 2178-2179, 2190 de 4151), pois não lhe exerce oposição (LIMA, 2011, posição 2326 de 4151) e pode até mesmo funcionar como força aliada (LIMA, 2011, posição 2343 de 4151). A contribuição para a solução ou minimização de determinados problemas ambientais, em muitas situações, pode atender com mais eficiência aos interesses do próprio sistema econômico, fornecendo-lhe mais recursos naturais e por mais tempo, do que interferir positivamente na recuperação ambiental pelo seu valor intrínseco (LIMA, 2011, posição 2335 de 4151). O revestimento científico dessa tendência, maquiado de neutralidade ideológica, finaliza Lima (2011, posição 1971 de 4151) contribui para demover aqueles que são afetados pelos problemas ambientais da intenção de reivindicar e agir, favorecendo a desmobilização, mesmo frente ao surgimento de insatisfação pública.

Dois outras tendências constitutivas da educação ambiental ficaram perceptíveis e foram descritas como macrotendências por Layrargues e Lima (2014), a pragmática e alternativa. Para esses autores (2014, p. 32; LIMA, 2011, posição 2587 de 4151) a macrotendência ambiental pragmática é uma "derivação evolutiva", ou seja, nasce da conservacionista, mas sua inspiração é basicamente mercantil. Contudo, interessante fenômeno pode ser observado. É que a corrente pragmática, sem se insurgir e continuando a comungar parcialmente do ideário do conservacionismo, toma-lhe a hegemonia do campo da educação ambiental, a partir dos anos 1990 do século XX.

Para eliminar dúvidas quanto ao sentido de hegemonia aqui empregado, busca-se o amparo na definição dada por Lima (2011, posição 2158 de 4151), que descreve a hegemonia como sendo a aceitação de determinada teoria pelo grupo social, por ser a mais convincente, de acordo com o conhecimento disponível no contexto espaço-temporal. Diz o autor:

(...) uma tese é aceita conjunturalmente como hegemônica por ser reconhecida não só como a explicação mais adequada às condições objetivas do momento, como também por ser aquela que preenche com maior satisfatoriedade o nível de consciência social de uma determinada comunidade em uma dada conjuntura histórica.

Enquanto as tendências conservacionista e pragmática atingiram a hegemonia, cada uma a seu tempo, a macrotendência crítica marca o movimento contra-hegemônico, que pretende certa transformação social (LIMA, 2011, posição 2623 de 4151). Além disto, contrapõe-se à tendência conservacionista por não diferenciar faixas etárias ideais para a educação ambiental. Enquanto o conservacionismo foca na criança como público privilegiado para suas ações de sensibilização, na corrente alternativa todas as faixas etárias podem ser abrangidas por suas atividades educativas (GUIMARÃES, 2004, p.33).

Salienta-se que Lima (2011), em trabalho individual anterior, posicionara-se diferentemente. Naquele trabalho, Lima sustentou que as macrotendências podiam ser resumidas a dois grupos e não a três. Seriam eles a educação ambiental convencional e crítica. Essa opção não afeta a leitura posterior que efetuou, em conjunto com Layrargues (LAYARGUES; LIMA, 2014), posto que a tendência pragmática representa, de certa forma, uma nova geração para o conservacionismo, como detalhado anteriormente. Tanto a tendência conservacionista como a pragmática integram a educação ambiental convencional, que reproduz, sem contrapor, a ordem social.

Lúcia Sauvé (2008), assim como Layrargues e Lima (2011), observou diferentes percepções conceituais e de aplicação prática de educação ambiental. Procedeu à sua reunião, para efeito explicativo, em quinze correntes agrupadas pelo critério de cronologia de surgimento. Como tradicionais, a autora lista as correntes naturalista, conservacionista/recursista, resolutiva, sistêmica, científica, humanista e moral ou ética. De outro canto, como mais recentes, Sauvé (2008, p. 18) menciona as correntes, holística, biorregionalista, praxica, crítica, feminista, etnográfica, da ecoeducação e da sustentabilidade.

Para ela, uma corrente pode compartilhar elementos e características comuns com outra e admitir variações de proposições. A autora evidencia que utilizou os seguintes parâmetros para caracterização de cada corrente: "concepção dominante do meio ambiente, intenção central da educação ambiental, os enfoques privilegiados e o(s) exemplo(s) de estratégias ou de modelos próprios" (SAUVÉ, 2008, p.18).

A seu turno, Isabel Carvalho (2001, p. 46) divide as visões de educação ambiental em matrizes, que podem ser de índole comportamental ou popular. A matriz comportamental volta-se, sobretudo, para as novas gerações, com preferência para o público infantil. Procura utilizar da razão para conscientizar e promover mudanças de comportamento humano em relação ao meio ambiente. É o que Bhat e Akhter (2015, posição 1296 de 4469) denominam de atitude moralística, que apontaria para boas e más práticas.

Na educação comportamentalista, ensinam-se os comportamentos pretendidos, por recompensas, punições e até mesmo adestramento. O objetivo é que a resposta comportamental obedeça aos padrões tidos como corretos. O educando pode vir a ter o comportamento pontual adequado, sem se predispor a novas ações. Nesse ponto, Carvalho (2017, posição 1966 de 3260) critica o comportamentalismo, que não conduziria, necessariamente a atitudes ecológicas pensadas, no sentido de exteriorização de valores e visões de mundo. Orlandi (apud Lima 2011, posição 2115 de 4151) entende que o comportamentalismo traz os inconvenientes de ser "moralista, doutrinário e autoritário (sob o modo paternalista ou iluminista)".

Carvalho (2001, p. 46) diferencia, por isto, a matriz de educação ambiental comportamental da popular, que busca incentivar a cidadania ativa. Não se fixa a determinada geração. Busca promover transformações significativas no sentido da construção de novo padrão social. Lima (2011, posições 2459, 2479 e 2488 de 4151) contribui para a descrição dessa matriz, ao explicá-la como marcada pelo diálogo sobre problemas comuns com setores populares, ativistas sindicais, seringueiros e índios.

Como observou o Departamento de Educação Ambiental (BRASIL, 2008), órgão do Ministério do Meio Ambiente que integrou o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental até janeiro de 2019, a educação popular focava na formação de multiplicadores e era um dos eixos visados como política pública. Assim se expressava:

A Educação Ambiental Popular, ao ser permeável a muitas dessas vertentes e ao considerar a possibilidade de cada pessoa - inserida em seu próprio contexto ou grupo social - ser uma educadora ambiental e protagonista da transformação social, tornou-

se um eixo da política pública de Educação Ambiental proposta pelo DEA [Departamento de Educação Ambiental].

Verifica-se, portanto, que apesar das diferenças de nomenclatura entre Carvalho (2001, p. 46), Sauvé (2008), Layrargues e Lima (2011) todos concordam sobre a diversidade de visões e aplica es da educa o ambiental. As três formas de classifica o, apesar de serem oponentes e concorrentes (LIMA, 2011, posi o 2570 de 4151), não são excludentes. Conforme sustenta Carvalho (2001, p. 46),   cabível a sobreposi o ou combina o das tipologias. Layrargues e Lima (2014, p. 25) destacam as interfaces entre as tendências. Por sua vez, Sauvé (2008, p. 23) afirma a possibilidade de incorpora o, a uma mesma corrente, de proposi es diversas e plúrimas. Por exemplo, tanto na corrente sist mica como na científica, haveria o predomínio do elemento cognitivo. Desse modo, de uma linha de educa o ambiental mais geral podem advir varia es que se completam ou entrecruzam, sem sofrerem descaracteriza o quanto a seus princípios e ideários ambientais.

Todos os autores analisados apresentam as restri es da taxonomia, pela possibilidade de hierarquiza o ou entendimento de supera o de uma corrente por outra. Por isso, são enfáticos ao esclarecer que a divisão analítica objetiva favorecer a percep o das diferenças (LAYRARGUES, 2004, p.23) e das disputas pela hegemonia do campo, bem como facilitar a compreensão da constitui o e configura o atuais de cada corrente (LIMA, 2011, posi o 2581 de 4151).

Sua apresenta o em esquemas não significa que uma corrente   melhor do que a outra. A começar porque nenhum dos modelos teóricos representa manifesta o pura, já que apresenta pontos comuns com outros modelos (CARIDE; MEIRA, 2001, p. 74). Constituem-se em posturas ecléticas (CARIDE; MEIRA, 2001, p. 215) ou parte deles em busca de autonomia. Além disto, porque são contraposi es que exsurtem a partir de diferentes referenciais teóricos (GUIMARÃES, 2004, p. 27).

Como resume Sorrentino (1993, posi o 81-82 de 941),

Diferentes caminhos de sensibiliza o e engajamento das pessoas na questão ambiental/ecológica implicaram e implicam ampla diversidade de interpreta es e propostas de processos educacionais voltados para ela. Começam nas diferentes adjetiva es para a educa o (ambiental, ecológica, integral, holística, conservacionista, etc.) passam por diferentes objetivos, concep es filosóficas e metodológicas e ficam mais evidentes na escolha dos conteúdos e métodos de trabalho na  rea.

Enfim, a escolha por uma ou por outra tendência/matriz/corrente vai depender dos valores, do contexto, das metas que se pretende sejam atingidas com determinada atividade de educação ambiental, trazendo coerência entre o fazer educativo e suas premissas (CARVALHO, 2004, p. 15-16; CARVALHO, 2001, posição 572 de 1832, ORTEGA, 2016, posição 1118 de 4616). A intervenção visada é que orientará a escolha do caminho, como salienta Biasoli (2018, posição 900 de 3085).

Não há empecilho e a alteridade entre as correntes é até recomendada por Carvalho e Biasoli (2018, posição 979 de 3085) como forma de conhecer a “outridade”, isto é, conhecer e conviver com as escolhas do outro (CARVALHO, 2004, p. 15). É possível valer-se de uma postura eclética, evitando-se concepções epistemológicas reducionistas (CARIDE, MEIRA, 2001, p. 215-217), centradas em perspectiva unicamente ecológica, sem considerar a complexidade da crise ambiental. Esta recomenda uma abordagem da pluralidade causal, como causas históricas (CARVALHO, 2004, posição 904 de 3260), sociais, econômicas, tecnológicas, culturais, éticas, estéticas, entre outras (ORTEGA, 2016, posição 1106 de 4616).

A diferenciação das correntes de educação ambiental e de suas propostas éticas e políticas subjacentes permite a comparação e a escolha de uma delas de forma mais congruente à própria visão de mundo (LIMA, 2011, posições 2575-2578 de 4151). A falta de percepção, a seu turno, pode conduzir os educadores a armadilhas paradigmáticas, levando-os a adotar metodologias e propostas pedagógicas por “reprodução pura e simples dos modelos educacionais estabelecidos” (LIMA, 2011, posições 2575-2578 de 4151), sem análise crítica, que não lhes permitirão atingir a finalidade a que se propuseram em relação à educação para, sobre e no meio ambiente.

O importante, conforme orientam Carvalho (2001, p. 611 de 1832) e Saisse (2013, p. 10), é estar ciente das conotações ideológicas em cada corrente, para não vir a adotar propostas que sejam contrárias aos fins e ações a que se pretende (CARVALHO, 2001). Ou, como advertem Gómez Garcia e Mansergas Lopes (2010, posições 149-151 de 2056), vir a adotar esquemas por intuição e até mesmo por repetição, por vezes obsoletos, por terem sido os modelos pelos quais se foi ensinado, considerando que o conhecimento das bases teóricas que regem a educação ambiental e da existência de diversas correntes permite percorrer itinerários formativos com mais coerência entre a pretensão do educador e a metodologia escolhida.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, foram apresentados conceitos e correntes diversas de educação ambiental. Por meio da revisão bibliográfica, verificou-se a existência de correntes tradicionais e pioneiras, seguidas por correntes mais recentes e alternativas. A importância desse estudo é possibilitar a escolha informada sobre as pretensões de cada corrente, antes de sua adoção, de modo a estabelecer um nexos coerente entre a teoria e prática, portanto, da práxis da educação ambiental, e os valores, comportamentos e habilidades que o educador ambiental pretende estimular no público-alvo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Rogério Bianchi de. Ensino de Ecologia e pensamento Sistêmico para a criação de um novo Humanismo. *In*: FALEIRO, Wender; ASSIS, Maria Paulina de (org.). **Ciências da natureza e formação de professores**: entre desafios e perspectivas apresentados no CECIFO 2017. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017. ISBN 978-85-4620-863-0. Capítulo 7, 1871 a 2107. Disponível em: cecifop.sistemasph.com.br/index.php/cecifop/CECIFOP2017/paper/download/.../256. Acesso em: 27 jun. 2019.
- BHAT, Bilal Bashir; AKHTER, Shahzada. **Environmental Education**. Edição Kindle. 2015. 4469 p.
- BIASOLI, Semíramis. **Fundamentos de educação ambiental para sustentabilidade (Universitária)**. São Paulo: Editora Senac, 2018. Edição Kindle. 3085 p.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica o campo científico. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: Editoria UNESP, 2004. 86p.
- BRASIL, Ministério da Educação. Carta de Belgrado. **Portal do Ministério da Educação**, Brasília, DF: MMA, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CBelgrado.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2019.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Educação Ambiental. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental: Relatório de Gestão 2007 a julho de 2008. **Portal do Ministério do Meio Ambiente**, Brasília, DF: MMA, 2008. 16 p. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/20_03092008043402.pdf l. Acesso em: 23 jun. 2019.
- BRASIL, Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 abr. 1999, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 28 ago. 2019.
- BRASIL, Lei 10.933, de 11 ago. 2004. Anexo II, Programa 0052, p. 174. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 ago. 2004, p. 1, edição extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2004-2006/2006/Lei/Anexo/ANL11318-06-II.pdf. Acesso em: 28 ago. 2018.

CARIDE, José Antonio; MEIRA, Pablo Angel. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001, 302 p.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais. *In*: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel (orgs). **Educação Ambiental [recurso eletrônico]: pesquisa e desafios** – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2008, 232 p. Edição Kindle, Cap. 3, p. 52-63.

CARVALHO Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: A formação do sujeito ecológico**. 2004. São Paulo: Cortez, 2017 (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos /coordenação Selma Garrido Pimenta). Edição Kindle. 3260 posições.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental crítica. *In*: **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p-13-24.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n. 2, abr/jun 2001, p-43-51. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/qual_educacao_ambiental_20.pdf. Acesso em 20 mar. 2020.

CARVALHO, Luiz Marcelo de. A Educação Ambiental e a formação de professores. p. 556-669. *In*: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Panorama da educação ambiental no ensino fundamental** - oficina de trabalho realizada em março de 2000 (Portuguese Edition) (posição 611). Brasília, 2001. Edição do Kindle. 1832 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/panorama.pdf>. Acesso em 20 mar. 2020.

CUNHA, Belinda Pereira da; MELO, Melissa Ely; BRUZACA, Ruan Didier (org.) 2018, posição 248 de 5974. **Direito, ambiente e complexidade**: estudos em homenagem ao Ministro Herman Benjamin. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. 5974 p.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004, 551 p.

GIESTA, Lilian Caporlingua. Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade Social Corporativa e Educação Ambiental em Contexto de Inovação Organizacional: Conceitos Revisitados. **Revista de Administração da UFSM**, v. 5, n. edição especial, p. 767-784, 2012.

GÓMEZ GARCÍA, José; MANSERGAS LÓPEZ, Javier. **Recursos para la educación ambiental** (Materiales para educadores) (Spanish Edition). Madrid: Editorial CCS, 2010. 3.ed.

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental Crítica. *In*: **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 25-34.

GUPTA, K.R. **Environmental Education in India**. Atlantic Publishers & Distributors (P) Ltda. Edição do Kindle.

KAWASAKI, Clarice Sumi; CARVALHO, Luiz Marcelo de. Tendências da pesquisa em Educação Ambiental. Educação em Revista, Belo Horizonte, vol. 25, n. 3, p. 143-159, dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982009000300008. Acesso em: 10 out. 2018.

LAYRARGUES, Phillippe Pomier. Educação para gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. *In*: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de. **Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 87-155. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/Publica%C3%83%C2%A7%C3%83%C>

[2%B5es da COEDU/Referencial Te%C3%83%C2%B3rico/Educa%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o pa ra a gest%C3%83%C2%A3o ambiental.pdf](#). Acesso em: 24 maio 2019.

LAYRARGUES, Phillippe Pomier. *Apresentação: (Re) Conhecendo a educação ambiental brasileira. Identidades EA Brasileira*: diversos conceitos e correntes de educação ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.) Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p.7-9.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As Macrotendências Político-Pedagógicas da Educação Ambiental Brasileira. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 23-40, jan-mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a03.pdf>. Disponível em: Acesso em: 20 mar. 2020.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Mapeando as Macrotendências Político-Pedagógicas da Educação Ambiental Contemporânea no Brasil. *In: VI ENCONTRO “PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL” A PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL*, 9, 2011. Ribeirão Preto, p. 1-15. **Anais [...]** Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/Layrargues_e_Lima_-_Mapeando_as_macro-tend%C3%Aancias_da_EA.pdf. Acesso em: 28 abr. 2019.

LEITE, José Rubens Morato; SILVEIRA, Paula Galbiatti; ROSA, Belisa Bettega da. 2018, posição 1378 de 5974). *In: CUNHA, Belinda Pereira da; MELO, Melissa Ely; BRUZACA, Ruan Didier (org.) 2018, posição 248 de 5974). **Direito, Ambiente e Complexidade**: estudos em homenagem ao Ministro Herman Benjamin. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. posição 1274-1662*

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Educação ambiental no Brasil** (Papyrus educação). Campinas:Papirus Editora, 2011, 256 p. Edição Kindle. 4151 p.

LOSKOTA, Amy Mireault. **Environmental Education to Sustainability Education**: Effective and Inclusive Strategies for Teaching to All Elementary Students. 2004. Master in Teaching. The Evergreen State College. Olympia, 2004. Edição Kindle. 842 p.

LOUREIRO, C. F. B.; SAISSE, M. V., CUNHA, C.C. Histórico da educação ambiental no âmbito federal da gestão ambiental pública: um panorama da divisão do IBAMA à sua reconstrução no ICMBio. **Desenvolvimento e Meio ambiente**. Curitiba, v. 28, p. 57-73, jul./dez. 2013. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/30204>. Acesso em: 21 jun. 2019.

LOURENÇO, Joaquim Carlos. **Educação Ambiental na prática: Conceitos e Aplicações**. Joaquim Carlos Lourenço. Edição Kindle. 1664 p.

LYSGAARD, Jonas Andreasen. **Learning from bad practice in environmental and sustainability education**. New York: Peter Lang, 2018. 318 posições.

MARTINEZ-ALIER, Joan. Correntes do Ambientalismo. *In: Decrescimento: vocabulário para um novo mundo*. D'ALISA, Giacomo; DEMARIA, Federico; KALLIS, Giorgos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. (312 p.), P-53-57. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/decrescimento_brazil.pdf. Acesso em: 09 jun. 2019.

ORTEGA, Miguel Ángel Arias. **Educación Ambiental: Crónica de un proceso de formación** (Spanish Edition) Mexico D.F. Newton. Edición y Tecnología Educativa, 2016. Edição Kindle. 4616 posições.

QUINTAS, J. S. **Educação no Processo de Gestão Ambiental**: uma Proposta de Educação Ambiental Transformadora e Emancipatória. [S.l.: s.d, p. 1-19). Disponível em: http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/2011/12/Jose_S_Quintas.pdf. Acesso em: 18 maio 2019.

SAISSE, Maryane Vieira. Sentidos e práticas da educação ambiental no Brasil: as unidades de conservação como campo de disputa. *In: VII EPEA - ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL*, 7, 2013. Rio Claro- SP, 2013. p.1-16. **Anais[...]** Disponível em:http://www.epea.tmp.br/epea2013_anais/pdfs/plenary/0094-1.pdf. Acesso em 22 jun. 2019.

SAUVÉ, Lúcia. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. *In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (org.) Educação ambiental* [recurso eletrônico]: pesquisa e desafios- Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 17-45, 232 p. Edição Kindle, Cap. 3, p. 52-63.

SCHIMIDT, Luísa; NAVE, Joaquim Gil; GUERRA, João. Educação Ambiental; balanço e perspectivas para uma agenda mais sustentável. **Imprensa de Ciências Sociais**. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2010. ISBN 978-972-671-404-0 CDU 502.12. Edição Kindle. 4330 posições.

SHARMA, Madhu Agarwal; NIDHI. Environmental Education Concern in India. *In: GUPTA, K.R. Environmental Education in India*. Atlantic Publishers & Distributors (P) Ltd., 2010. Edição Kindle. Chapter 1, posições 132-252.

SILVA, Marina. Prefácio. *In: Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p.5.

SORRENTINO, Marcos. Educação Ambiental: Avaliação de Experiências Recentes e suas Perspectivas. *In: Ministério da Educação. Educação ambiental: experiências e perspectivas - 1993 (Portuguese Edition)* Edição Kindle. Posições 43-408 de 941 p.

TILIO NETO, Petrônio de. **Ecopolítica das mudanças climáticas o IPCC e o ecologismo dos pobres** [online], 2649 posições. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. ISBN: 978-85-7982-049-6. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 09 jun. 2019.

UNESCO. Unesco Digital Libray. **Declaration of Thessaloniki.Conference on Environment and Society: Education and Public Awareness for Sustainability**, Thessaloniki, Greece, 1997. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/search/N-EXPLORE-313a4e15-ca51-453c-a33b-ad1b49fd5277> . Acesso em: 16 jun. 2019.

5 CAPÍTULO III - MATERIAIS E MÉTODOS

Adotou-se nesta pesquisa abordagem mista (*mixed methods*) ou triangulação metodológica. A pesquisa foi descritiva, com análise temática e de palavras-chave em contexto (*keywords-in-context*). Foi exploratória quanto aos objetivos, por procurar maior aproximação com a problemática abordada. A metodologia utilizada foi empírica, por conjugar problematização e referencial teórico com dados coletados em campo (SANTANA *et al.*, 2017, n.p.), práticas e experiências concretas (KAWASAKI; CARVALHO, 2009, p. 154).

A apresentação de dados ocorreu de forma qualitativa, mediante a “obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11; ABRANTES; SOUSA, 2016, posição 2151 de 2152), integrada com métodos quantitativos para tratamento do conjunto de dados.

Como instrumentos de coletas de dados, foram utilizados análise documental, levantamento e revisão bibliográfica teórico-conceitual, com os quais se procedeu à fundamentação das reflexões e encontrou apoio ao estudo dos conceitos básicos da pesquisa, como educação ambiental, conservação e preservação de recursos naturais, protagonismo juvenil, jornalismo ambiental e educomunicação.

Para a realização da pesquisa, foram utilizados os jornais Eco Kids e Eco Teens como fontes para análise documental. Tomou-se como campo de ação um universo de 51 jornais Eco Kids e Eco Teens produzidos em seis municípios da Bahia no recorte temporal situado entre 2014 a 2018. Os jornais consultados estavam publicados *online* no *site* do projeto Eco Kids e Eco Teens ou disponíveis na Biblioteca Procurador de Justiça Fernando Steiger Tourinho de Sá, na sede do Ministério Público da Bahia, em Salvador e na Promotoria de Justiça Regional de Meio Ambiente de Vitória da Conquista, sob a forma impressa.

Em um primeiro momento, realizou-se consulta e leitura flutuante, assim entendida uma leitura não-estruturada e sem o compromisso de sistematização (CAMPOS, 2004, p. 613), que ocorre de forma intuitiva e aberta a ideias e reflexões (BARDIN, 2016, p. 75). O objetivo foi inteirar-se do material pesquisado, alcançando uma visão geral dos documentos, de suas principais ideias e significados (CAMPOS, 2004, p. 613), que foram úteis na segunda etapa da metodologia, a estruturação dos códigos ou sistematização de dados (CAMPOS, 2004, p. 613).

Nesta primeira fase, verificou-se que os jornais tratam exclusivamente de meio ambiente, mas com pluralidade de temas. Os assuntos variam de jornal para jornal,

representando as diferentes opções das escolas. Igualmente, não há coincidência entre o número de matérias com o número dos jornais, visto que as escolas produzem mais de uma matéria por jornal, diferenciando os subtemas e distribuindo-os nas diferentes páginas e colunas do periódico. Assim sendo, os temas também podem diferenciar-se dentro de um mesmo informativo.

Ilustra a situação o jornal Eco Teens, em sua 13ª edição, produzido pela Escola Municipal Milton de Almeida Santos, que trouxe como tema geral “Patrimônio Público: Redescobrir e Preservar”. De acordo com o editorial, o objetivo da edição era “levar a seus estudantes maior visão do mundo, mantendo uma relação cuidadosa e principalmente respeitosa com o lugar onde vivem” (BAHIA, [2017?], p. 2). Além de matérias tratando de bens públicos, no corpo do jornal também foram encontradas curiosidades sobre ervas medicinais (BAHIA, [2017?], p.3) e “florômetro” (sic) (BAHIA, [2017?], p.5), que não estavam relacionadas com a temática central, mas foram exploradas nas salas de aula.

Idêntica situação ocorreu em relação a outras temáticas ambientais, que foram abordadas sob diferenciados enfoques, como permite o “diálogo de conhecimentos disciplinares” promovido pela educação ambiental (REIGOTA, 2017, posição 300 de 887). É o caso da temática “lixo”. Nos jornais consultados, o assunto “lixo” abarca resíduos sólidos, rejeitos, coleta seletiva, separação de resíduos, reciclagem, redução de consumo, reutilização de materiais, visita ao aterro sanitário e/ou cooperativa de catadores. Outras matérias sobre “lixo” foram feitas sob o enfoque de oficinas realizadas com os alunos, para reaproveitamento de materiais, como construção de brinquedos, fabricação de almofadas e outras maneiras de artesanato.

Faz-se necessário apontar uma observação. Apesar da opção legislativa insculpida na Lei Federal n. 12. 305, de 2 de agosto de 2010 (BRASIL, 2010), poucas vezes a terminologia resíduos sólidos foi utilizada nas matérias produzidas pelas escolas. O termo lixo, anterior à legislação, consagrado na linguagem comum, foi empregado com assiduidade superior ao emprego dos termos rejeitos e resíduos sólidos. O termo técnico, desse modo, foi preterido no universo escolar investigado, em relação ao vocabulário escolhido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Fechando esses parênteses e retornando à explicação da metodologia, verificou-se que muitos temas foram empregados sem a especificação do sentido. Foi o caso do tema biodiversidade, que significa a variedade de vida, em todas suas manifestações, compreendendo a diversidade nas espécies ou genéticas, entre as espécies (*organismal*) e nos ecossistemas

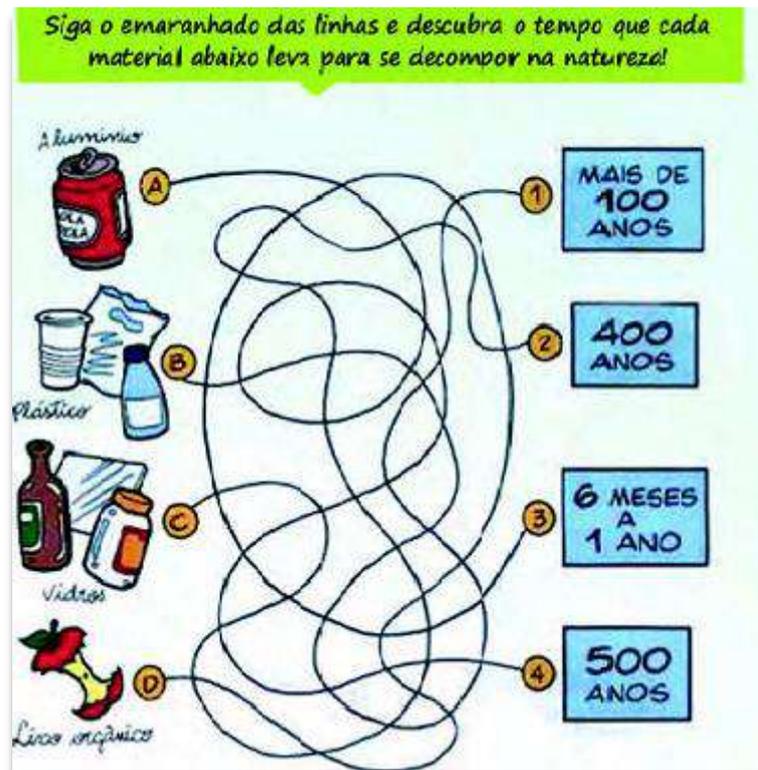
(*ecological*) (GASTON, 2011, p. 27). Foi utilizado como título de matéria por uma única escola. Todavia, outras unidades escolares utilizaram o termo “natureza”, como um apelo geral quanto sua conservação, sem especificação de seus elementos, podendo ser compreendido como sinônimo de biodiversidade, em determinadas publicações.

Diante desses aspectos, seguindo metodologia referida por Silva *et al.* (2018, n.p.) e Bardin (2016, p. 75), o segundo momento da pesquisa foi destinado à leitura organizada e sistematizada, com registro e contagem dos itens de significação. Para a análise temática, definida por Bardin (2016, p. 77) como “a contagem de um ou vários temas ou itens de significação numa unidade de codificação previamente determinada”, optou-se pelo estudo dos títulos contidos nos jornais, seja em sua capa, seja em suas manchetes internas.

A razão da escolha é pela importância dos títulos na redação jornalística. Os títulos, também denominados manchetes (NASCIMENTO; PRADO, 2009, posição 2186 de 2813), têm a função de indicar a informação de maior destaque. Além disso, atuam como elemento de captação do leitor. São o principal e, em muitas ocasiões, “o único ponto de contato de muitos leitores com a notícia” (MANUAL..., 2018, p. 78). Como explica Randerson (2018, posição 352 de 791), “os títulos (*headlines*) precisam encapsular as histórias e vendê-las para o leitor.” Desse modo, os títulos resumem (NASCIMENTO; PRADO, 2009, posição 2226 de 2813) ou apontam especiais aspectos da notícia (MANUAL..., 2018, p. 119). Sua ordenação hierárquica na edição corresponde aos pesos atribuídos às notícias, daí a importância de utilizá-los como elemento de análise.

Como regra, não foram consideradas as palavras contidas nas matérias em si. Contudo, determinadas situações levaram à consulta do texto integral da matéria, procedendo-se à análise de palavras-chave em contexto. Por exemplo, quando necessário para compreensão do significado empregado na utilização da palavra. Ou ainda quando havia informação ou conteúdo sem título, como cartazes e poemas feitos pelos alunos. Igualmente, quando o título fora apostado em caráter obrigatório e explicativo, como na parte destinada ao entretenimento. Neste caso, os títulos “caça-palavras”, “cruzadinhas”, “jogo dos sete erros” e similares careciam de complementação de seu foco, a ser buscada pela leitura de texto ou imagem em sequência, como ilustra a Figura 2.

Figura 2 - Atividade lúdica sobre tempo de decomposição dos resíduos sólidos sem título.



Fonte: BAHIA, [2015?], 1ª edição do jornal Eco Kids de Vitória da Conquista, página 8.

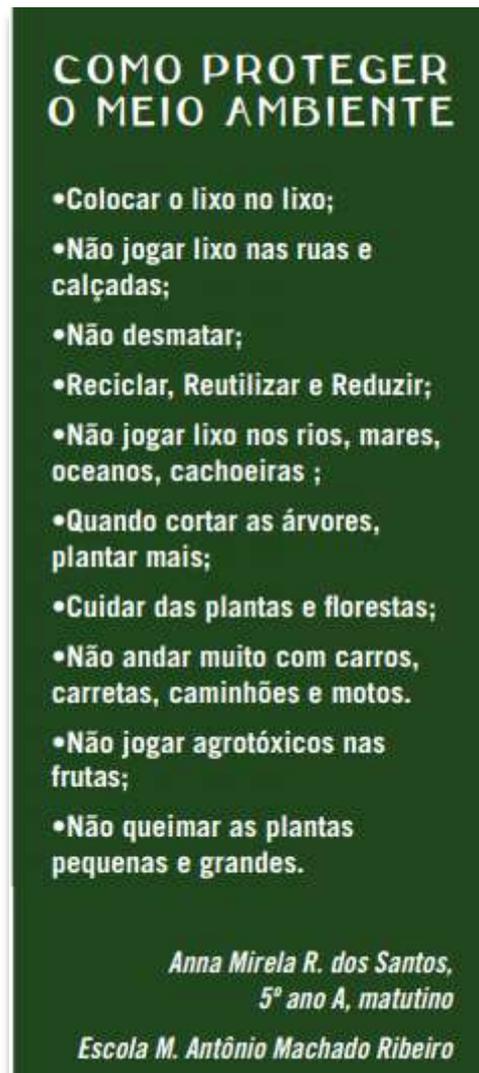
Posteriormente, os títulos foram classificados em relação a dois grandes blocos. O primeiro bloco, denominada “comportamento”, congregou comportamentos, valores ou atitudes que se pretende atingir com a mensagem transmitida pela matéria do jornal. Na linha do entendimento de Nascimento, Anjos e Vasconcelos (2018, p. 6), “os verbos de ação têm relevância no contexto de discussões sobre meio ambiente”. Neste bloco, predominou o uso de verbos no infinitivo ou no gerúndio, como “reciclar” e “reciclando”. Sugestões e conselhos foram outra forma utilizada para as manchetes, com orientações para atitudes ou condutas almejadas ou a serem evitadas.

O segundo bloco, denominado “conhecimento”, reuniu conceitos, objetos de pesquisa, de estudo ou de informação transmitida. Assim, as categorias foram se tornando cada vez mais claras e apropriadas aos propósitos do estudo.

A escolha dessas denominações decorreu do conceito trazido pela Lei n. 9.759, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999), que trata da Política Nacional de Educação Ambiental. Como comentado em capítulos anteriores, o conceito legal considera a educação ambiental um processo de construção de conhecimento, habilidades, valores sociais, atitudes e competências. Assim sendo, efetuou-se a divisão em blocos, de modo que sob o signo “comportamento” fossem incluídas todas as referências a valores sociais, atitudes e habilidades. Já sob o manto de “conhecimento”, ficariam o conteúdo informativo ou acadêmico e as competências transmitidas ou esperadas dos alunos.

Houve casos de possível pertinência ou colocação em quaisquer dos blocos. Para fins de padronização da metodologia, definiu-se que nas situações repetidas, quando o título transmitisse uma ordem, um comando, mas a seguir viessem informações mais detalhadas, que ampliassem o conteúdo, o título seria colocado no bloco “conhecimento”. Para visualizar a situação, descreve-se o caso do título “Como proteger o meio ambiente”, que comportaria sua classificação no bloco “comportamento”. Todavia, por estar acompanhado da apresentação de “dicas” ou listas, enumerando conceitos ou pequenos ensinamentos, padronizou-se esta ocorrência e as similares com a colocação no bloco “conhecimento”. A Figura 3 ilustra a situação mencionada.

Figura 3 - Título indicativo de ação comportamental, com ensinamentos no texto.



Fonte: BAHIA [2018?] - 11ª edição do Jornal Eco Kids de Vitória da Conquista

Para fins de pontuação de cada unidade de análise, originada do levantamento dos temas abordados em cada edição, a partir dos títulos, considerou-se o posicionamento da matéria no corpo do jornal. Isto porque o projeto gráfico de um jornal observa a hierarquia de conteúdo, em função da qual as matérias são distribuídas (DAMASCENO, [2013?], p. 20). As matérias que ocupam a capa do jornal e suas páginas ímpares, posicionadas à direita, são tidas como de maior interesse pelo leitor e, portanto, recebem direcionamento das matérias também reputadas de maior destaque pelo editor do jornal (CÍRCULO..., 2019, n.p.; DAMASCENO, [2013?], p. 30). Já as páginas pares ou de entrada, posicionadas à esquerda, usualmente destinam-se a matérias secundárias (DAMASCENO, [2013?], p. 31).

Esse critério de organização gráfica dos jornais e da primazia do lado direito sobre o esquerdo (DAMASCENO, [2013?], p. 31), como norteador aceito na área de produção gráfica (DAMASCENO, [2013?], p. 31), foi considerado para a estipulação de pontos para a valoração de cada tema. Atribuiu-se o valor (3) três para títulos da capa, 2 (dois) para títulos constantes das páginas ímpares (páginas três, cinco e sete) do jornal e, por fim, valor 1 (um) para títulos inseridos em páginas pares (páginas dois, quatro e oito).

Cada edição dos jornais Eco Kids ou Eco Teens foi estudada em separado. Os títulos encontrados e o valor de pontuação (V) atribuída foram anotados em planilhas específicas, as quais foram elaboradas para revelarem os títulos constantes tanto no bloco comportamental como de conhecimento. Marcou-se, ainda, o âmbito (A) do conteúdo ou ação, se local, regional ou global.

Uma vez preenchidas as planilhas de cada escola, por modalidade de jornal e município, deu-se início à formação das categorias-síntese (CÂMARA, 2013, p. 187). O processo de repartição em categorias foi fundamentado nas palavras centrais escolhidas para a formação dos títulos. Ou seja, os títulos foram sendo reunidos, a partir de sua palavra principal, os da primeira escola, com os da segunda, da terceira e assim sucessivamente, conforme a semelhança temática. As unidades ou variações de um mesmo assunto foram reunidas em categorias temáticas em razão dessa característica semântica comum.

As categorias foram criadas a partir do material coletado e não mediante encaixe em categorias previamente fixadas. Partiu-se do particular para o geral, como sugerido por Bardin (2016, p. 68). Foram efetuados agrupamentos e reagrupamentos por semelhança de sentido e traçadas tantas categorias quantas fossem possíveis para acomodar os assuntos. Aqueles temas que não guardassem semelhança com outro, formavam, eles próprios, nova categoria. A própria nomeação da categoria ocorreu *a posteriori*, ao final do procedimento, ao ser identificada a preponderância ou termo mais genérico para compreender todas as palavras sinônimas ou contíguas (BARDIN, 2016, p. 68).

Isto permitiu mais aproximação com os assuntos tratados nos jornais e evitou a existência de categorias vazias, que ocorreriam na eleição do procedimento inverso, do geral para o particular. A prévia definição de categorias, com suposição de temas que seriam tratados e determinação das rubricas de classificação (BARDIN, 2016, p. 68), poderia ser frustrada. Hipoteticamente, pode-se mencionar a criação de categorias para “camada de ozônio” ou “Amazônia” ou “desastres ambientais em barragens”, assuntos que ocuparam a pauta dos noticiários no período da pesquisa e que poderiam ter sido escolhidos para elaboração dos

jornais. Tais categorias, no entanto, ficariam sem preenchimento, pois não houve sua abordagem nos jornais Eco Kids e Eco Teens consultados, como será demonstrado na exposição dos resultados.

Dando continuidade à constituição do *corpus* de estudo, as categorias foram também colocadas, por sua vez, em planilhas, acompanhadas da pontuação diferenciada obtida, conforme o posicionamento do título na página do jornal, como já explicado. Operou-se a soma dos dados numéricos, com os valores atribuídos, que representam tanto a repetição do termo como o posicionamento do tema. Por fim, com observância do resultado, as categorias foram organizadas em ordem decrescente de valores, obtendo-se sua hierarquização.

Com vistas à ampliação dos índices quantitativos, procedeu-se ao cálculo percentual de representatividade das pontuações encontradas. Foram calculados os valores dos blocos comportamento e conhecimento, obtendo-se o total da amostra (N). Calculou-se o valor das pontuações cada bloco isoladamente. Por fim, obteve-se o valor percentual do tema tanto em relação ao bloco como em relação à amostra total.

Dentro da abordagem mista dos métodos, para fins de combinação de abordagens analíticas, elegeu-se ainda o uso de ferramentas digitais para construção de nuvem de palavras, como forma diferenciada de mostrar os resultados. Foram seguidos os caminhos percorridos por Nascimento, Anjos e Vasconcelos (2018), com adaptações ao *corpus* desta pesquisa. Foram compreendidos como *corpus* 1 os títulos dos jornais, efetuando-se sobre eles a depuração manual (*scrubbing*), para retirada de pronomes, artigos, preposições, verbos de ligação, como orientam as autoras (NASCIMENTO; ANJOS; VASCONCELOS, 2018, p. 6). Procedeu-se à eliminação de palavras, mediante incorporação ou assimilação, transformando em singulares as palavras plurais, como “árvores”, que passaram a ser “árvore”, ou incluindo no mesmo vocábulo outras palavras com o semelhante sentido, como “arborização”. Em relação aos verbos, foram colocados no infinitivo, mesmo tendo sido empregados como substantivos ou no gerúndio, como “reciclando”, “reciclagem” e “recicláveis” para “reciclar”.

Utilizou-se o software Voyant (<http://voyant-tools.org/>). Para que o programa não isolasse as palavras que compunham expressões ou nomes de lugares, efetuou-se sua ligação. As palavras foram transcritas como uma unidade, para evitar cálculos em separado. Ilustra-se com as expressões “rio Verruga” e “Lagoa das Bateias”, que foram transcritos como “rioerruga” e Lagoadasbateias”. Tal providência evitou contagem inadequada, como mistura da palavra “poço”, utilizada nas referências a poço artesiano e sistema de captação de água, com “Poço Escuro”, reserva florestal do Município de Vitória da Conquista, por exemplo.

As listagens de palavras puras foram submetidas ao programa mencionado. Por meio desta operação, logrou-se sua contagem e identificação das palavras mais frequentes. O programa também possibilita visualizações dos resultados, mediante gráficos, como gráfico de tendências e figuras específicas, como nuvem de palavras (*Word Cloud-WC*).

Com o ranqueamento, análise de palavras-chave em contexto (*keywords-in-context*) e análise temática e frequencial, valeu-se da integração de métodos quantitativos e qualitativos paratratamento do conjunto de dados, também denominada abordagem mista (*mixed methods*) ou triangulação metodológica. Como ressalta Goldenberg (2011, p. 716 de 1174), assim como nas estratégias militares e de navegação, múltiplos pontos de referência podem auxiliar na localização da posição exata de um objeto, abordagens variadas de pesquisa podem clarear diferentes questões, compensando as limitações de um método com o alcance de outro.

6 CAPÍTULO IV- PREDOMINÂNCIAS E CONVERGÊNCIAS TEMÁTICAS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL ENTRE MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA

Karina Gomes Cherubini, mestranda em Ciências Ambientais pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus Itapetinga, Promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia, com endereço na Rua Ministro Hermes Lima, s/n, Bairro Universidade, Vitória da Conquista, CEP 45.031.145, telefone: (73) 99983-8305 e (77) 3425-9354, e-mail: cherubini-k@hotmail.com.

Rubens Jesus Sampaio, Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Professor Adjunto do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (UESB), Diretor do Sistema UESB de Rádio e Televisão Educativa (SURTE) e Assessor Geral de Comunicação da UESB, com endereço na Estrada Bem Querere, s/n, km 11, Bairro Universidade, CEP 45083-900, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), e-mail: rubensjsampaio@uesb.edu.br

Paulo Sávio Damásio da Silva, Doutor em Biologia Vegetal com ênfase em Ecologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2008) e Universität Kaiserslautern - Alemanha (Doutorado sanduíche), e pós-doutorado desenvolvido na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professor titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Departamento de Ciências Exatas e Naturais (DCEN), Itapetinga-BA, com endereço na Praça Primavera, 40, Bairro Primavera, Itapetinga - BA, CEP 45700-000, e-mail: paulosavio@uesb.edu.br.

Predominâncias e convergências temáticas para Educação Ambiental entre Municípios da
Região Sudoeste da Bahia

Predominances and thematic convergences for Environmental Education among
Municipalities in the Southwest Region of Bahia

Predominio y convergencias temáticas para la educación ambiental entre los
municipios de la región sudoccidental de Bahía

Resumo

Este trabalho trata da educação ambiental formal e do conteúdo eleito para suas atividades pedagógicas, objetivando verificar os temas predominantes e convergentes entre escolas e municípios, partindo-se do pressuposto de que seriam água e aquecimento global, por figurarem como questão curricular e ocuparem pautas de noticiário, como assuntos candentes. Assim, realizou-se estudo em seis municípios da região sudoeste da Bahia, participantes do projeto Eco Kids e Eco Teens, no período de 2014 a 2018. Os títulos dos jornais Eco Kids e Eco Teens e o posicionamento destes serviram como indicadores do conteúdo e de valoração, seguindo critérios jornalísticos de distribuição de matérias, abordagem quali quantitativa e metodologia de análise de conteúdo. A formação de categorias e o ranqueamento permitiu revelar e comparar os temas mais abordados pelos municípios individualmente e os que foram comuns a dois ou mais municípios da amostra, além de indicar estudos futuros frente aos resultados.

Palavras-chave: Água. Aquecimento Global. Meio Ambiente.

Abstract

This work deals with formal environmental education and the content elected for its pedagogical activities, aiming to verify the predominant and convergent themes between schools and municipalities, based on the assumption that they would be water and global warming, since they figure as a curricular issue and occupy news agendas, as burning issues. Thus, a study was conducted in six municipalities in the southwestern region of Bahia, participants in the project Eco Kids and Eco Teens, from 2014 to 2018. The titles of Eco Kids and Eco Teens newspapers and their positioning served as indicators of content and valuation, following journalistic criteria for the distribution of articles, quali quantitative approach and methodology of content analysis. The formation of categories and ranking allowed to reveal and compare the issues most addressed by individual municipalities and those that were common to two or more municipalities in the sample, in addition to indicating future studies deriving from the results.

Keywords: Water. Global Warming. Environmental.

RESUMEN

Este trabajo trata de la educación ambiental formal y de los contenidos elegidos para sus actividades pedagógicas, con el objetivo de verificar los temas predominantes y convergentes entre las escuelas y los municipios, partiendo del supuesto de que serían el agua y el calentamiento global, ya que figuran como tema curricular y ocupan las agendas de las noticias, como temas candentes. Así pues, se realizó un estudio en seis municipios de la región sudoccidental de Bahía, participantes en el proyecto Eco Kids y Eco Teens, de 2014 a 2018. Los títulos de los periódicos Eco Kids y Eco Teens y su posicionamiento sirvieron como indicadores de contenido y valoración, siguiendo criterios periodísticos de distribución de los artículos, enfoque cualitativo y metodología de análisis de contenido. La formación de categorías y la clasificación permitieron revelar y comparar las cuestiones más abordadas por los distintos municipios y las que eran comunes a dos o más municipios de la muestra, además de indicar futuros estudios en función de los resultados.

Palabras Clave: Agua. Calentamiento global. Medio ambiente.

6.1 INTRODUÇÃO

Estudo divulgado no ano de 2006, para apurar, de forma detalhada, a aplicação da educação ambiental nas escolas brasileiras (LOUREIRO *et al.*, 2007, p. 35), apontou a predominância do tema água. Em seguida, despontaram os temas *lixo*, associado à *reciclagem*, e *poluição*, vinculada a *saneamento básico*. Isto ocorreu em quatro regiões geográficas do Brasil. A variação ocorreu somente na região Sul e em relação ao tema classificado em terceiro lugar, que envolveu, nessa região, abordagens relacionadas à *saúde e nutrição* (LOUREIRO *et al.*, 2007, p. 53; 73).

Apesar da abrangência nacional, que tomou como base o Censo Escolar de 2004, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ligado ao Ministério da Educação (MEC), o estudo não trouxe dados específicos sobre o Estado da Bahia. De fato, sua concentração ocorreu nos estados do Rio Grande do Norte e do Ceará para fins de constituição de sua amostragem em relação à região Nordeste.

Partindo dessa constatação, o presente compuscrito teve como objetivo identificar os temas ambientais adotados para a produção dos jornais Eco Kids e Eco Teens em seis municípios do sudoeste da Bahia, no período de 2014-2018. A iniciativa justificou-se, em primeiro plano, pela necessidade de dados sistematizados quanto ao conteúdo ministrado nas atividades de educação ambiental em outro estado da região Nordeste, além dos já mencionados. Em segundo lugar, por permitir destacar os resultados compreendidos na área de estudo, circunscrito aos seis municípios da região sudoeste da Bahia, apresentando um panorama de âmbito regional.

Compreendendo como tema o assunto ou tópico orientador de quaisquer dos componentes da educação ambiental, fez-se necessária sua delimitação. Sabe-se que o conceito legal (BRASIL, 1999) apresenta a educação ambiental como o processo de desenvolvimento de valores sociais, habilidades, atitudes e competências. Analisar o tema de cada um desses componentes dificultaria o cruzamento de dados e o tracejado de temáticas comuns entre as escolas, com implicações nas análises de conteúdo que se almejam. À vista disto, neste artigo, foram tomados somente os conteúdos instrucionais, que servem como base ou lastro teórico para o desenvolvimento de competências, deixando-se os conteúdos comportamentais, constituídos por valores sociais, habilidades e atitudes, para estudos posteriores.

Em face de sua inserção nos currículos escolares e livros didáticos, pelo destaque que têm recebido dos meios de comunicação e pela importância do estudo de tais tópicos, que já ocupam pautas em conferências internacionais de meio ambiente, como a Conferência das Organizações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP25), realizada em dezembro de 2019 em Madrid, na Espanha (COP..., 2019), dois possíveis conteúdos foram antevistos como temáticas predominantes nas escolas, água e aquecimento global.

Além da repercussão internacional, situações de estiagem na região sudoeste da Bahia, intensificadas a partir de 2012 (BAHIA, 2019), com registro de racionamento de água e perdas nas atividades econômicas, a exemplo da pecuária, indicavam a possibilidade de abordagem dessas temáticas em sala de aula em quaisquer dos municípios e até mesmo em mais de um deles.

Assim sendo, construiu-se a hipótese de que as agendas ambientais das escolas dos municípios integrantes da área de estudo utilizaram temas geradores similares para as práticas de educação ambiental, com vistas à construção dos jornais Eco Kids e Eco Teens, voltando-se de modos preponderante e convergente para os temas água e aquecimento global, tanto como

espelhamento de temas ambientais nacional ou internacionalmente discutidos, como por aspectos climáticos da região sudoeste da Bahia durante o período da pesquisa.

Para a realização da investigação, de natureza exploratória, foi realizada análise de conteúdo de 51 jornais ambientais Eco Kids e Eco Teens produzidos pelos municípios de Anagé, Barra do Choça, Encruzilhada, Itapetinga, Nova Canaã, Vitória da Conquista, todos situados no sudoeste da Bahia, publicados no período de 2014 a 2018. Os jornais serviram como fontes documentais para análise secundária, tomando-se os títulos contidos nos jornais, como unidades de análise. Os temas mais pontuados, colhidos a partir dos títulos dos jornais, considerando todas as posições destes, seja na capa, seja em colunas internas, foram evidenciados de forma quali-quantitativa. Os procedimentos metodológicos seguiram as orientações de Bardin (2016).

O trabalho estrutura-se nesta introdução, seguida de seções e considerações finais. Na primeira e na segunda seções, serão apresentados conceitos correntes de educação ambiental e o projeto de educação ambiental Eco Kids e Eco Teens, acompanhado por seu histórico de desenvolvimento nos municípios da área de estudo. Na terceira seção, serão compilados os resultados da identificação temática adotada para a elaboração dos jornais Eco Kids e Eco Teens, com tratamento compartilhado pelos municípios e/ou elevada pontuação por posicionamento no corpo de jornal, verificando-se se a hipótese formulada, a predominância dos temas água e aquecimento global nas atividades de educação ambiental, logrou comprovação. Nas considerações finais, serão apresentados desdobramentos e sugestões relacionados a estudos futuros e melhorias da educação ambiental.

6.2 HISTÓRICO E CONCEITUAÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, BREVES NOTAS

Aponta-se que a menção à expressão “educação ambiental” (*environmental education*) ocorreu, pela primeira vez, durante a Conferência em Educação realizada na Universidade de Keele, na Grã-Bretanha, no ano de 1965. Foi utilizada com o sentido de difundir conhecimentos

básicos sobre ecologia e conservação dos recursos naturais para a comunidade em geral (LAYRARGUES 2003, apud LIMA, 2011, posição 1578 de 4151).

O vislumbamento de sua utilização como ferramenta para combate da crise ambiental ocorreu a partir das Conferências Internacionais de Meio Ambiente. Dentre estas, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano sediada em Estocolmo, em 1972 (DA CONFERÊNCIA..., 2018), representa o marco inicial. Esse reconhecimento conduziu à sua institucionalização e consolidação como campo epistemológico, reforçado a partir das Conferências de Educação em Belgrado e Tbilisi (AMORIM; CESTARI, 2013; GÓMEZ GARCÍA; MANSERGAS LÓPEZ, 2010, posição 333 de 2056; LIMA, 2011, posição 1578 de 4152; REIGOTA, 2017, posições 383 e 440 de 887).

Todavia, enquanto o localizador temporal para o surgimento da educação ambiental como campo é quase unânime entre especialistas da área, o mesmo não ocorre com seu conceito. Este não é universal e traz embutido, em si, o reconhecimento de valores e concepções diversas, inclusive quanto à posição ocupada pelo ser humano no contexto planetário. Em meio a debates acadêmicos para sua autonomia até mesmo sua denominação passou a ser analisada quanto suficiência e expressividade, ora recebendo críticas por não referir o elemento social, ora recebendo adjetivações, sinônimos ou rechaçamento, para ser substituída por outras nomenclaturas.

No Brasil, o histórico da Educação Ambiental mostra seu surgimento no campo dos debates ambientalistas e da Ecologia, entendida como "disciplina científica que estuda as interações entre os seres vivos e seu meio ambiente" (TILIO NETO, 2010, posição 319 de 2649). Tanto que se atribui a essa origem histórica o efeito de associação entre meio ambiente e natureza, com caráter instrumental, pragmático e conservacionista (KAWASAKI; CARVALHO, 2009, p. 145), embora com referência ascendente à complexidade dos temas socioambientais (KAWASAKI; CARVALHO, 2009, p. 145). Para outros autores, como Amorim e Cestari (2013, p.7), desse lugar de origem, onde já estavam consolidados, foram importados valores como participação, cidadania e identidade para a esfera educacional.

Procedendo-se à análise da expressão, como faz Layrargues (2004, p.7), verifica-se a presença de um substantivo e um adjetivo, envolvendo dois campos distintos, educação e ambiental. No entanto, segundo o autor (LAYRARGUES, 2004, p.8), novos nomes têm sido atribuídos ou incorporados à nomenclatura, mesmo que já tenha nascido adjetivada (BIASOLI, 2018, posição 715 de 3085). A finalidade é o refinamento conceitual, estabelecimento de fronteiras identitárias internas e até mesmo a renomeação completa (LAYRARGUES, 2004,

p.8). Layrargues (2000, p. 91-96) também coloca interessante paradoxo. Para ele, a falta de visualização por alguns autores de resultados concretos da educação ambiental leva à procura de novas denominações, mais modernas. Ou seja, rejeita-se o nome, mas não a importância do processo, procurando identidades mais contemporâneas.

Estas tentativas podem, deste modo, significar tanto evolução e aperfeiçoamento como também rejeição do termo ou sua superação (GUIMARÃES, 2004, p. 25). Por exemplo, a designação "educação no processo de gestão ambiental", cunhada por Quintas (*S.l:s.d.*, p. 3; LAYRARGUES, 2000, p. 90), pode ser vista como denominação independente, que busca identidade e caracterização própria.

Outras nomenclaturas vigentes não guardam tanta independência e podem ser entendidas como termos componentes ou englobados pela própria expressão educação ambiental (LAYRARGUES, 2000, p. 95). Entre elas, podem ser mencionadas as seguintes: educação ambiental crítica, emancipatória ou transformadora, ecopedagogia, ecoformação (AMORIM; CESTARI, 2013, p. 12), alfabetização ecológica (AMORIM; CESTARI, 2013, p. 14; LAYRARGUES, 2004, p. 8), que tem como sinônimo ecoecologia (ARAÚJO, 2017, posição 1975 de 7662), educação ambiental para sociedades sustentáveis (BRASIL, 2004, p. 174; LOUREIRO, SAISSE, [2013?], p. 28), educação ambiental para a sustentabilidade (AMORIM; CESTARI, 2013, p. 10; BIASOLI, 2018, posição 958 de 3085), Educação Ambiental para o Desenvolvimento Humano Sustentado (CARIDE; MEIRA, 2001, p. 197) e educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) (LIMA, 2011, posição 2562 de 4151; SCHIMIDT; NAVE; GUERRA, 2010, posição 1377 de 4330; UNESCO, 1997, p. 2;).

Enfim, o fato é que, como coloca Layrargues (2004, p.9), a heterogeneidade de nomenclatura marca a educação ambiental. Não há univocidade sobre o conceito de educação ambiental e essa pluralidade conceitual é vista até como “crise de identidade” (CARIDE; MEIRA, 2001, p. 201). A existência dessas variações conceituais leva Giesta (2012, p. 775) e Biasoli (2018, posição 702 de 3085) a sustentarem a existência de “educações ambientais”.

Em meio a tantos conceitos e denominações para educação ambiental, escolhe-se o formulado por Bhat e Akhter (2015, posição 189 de 4496), abaixo transcrito:

A Educação Ambiental (EA) é um processo no qual os indivíduos ganham consciência de seu ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, valores, experiências e também a determinação, que lhes permitirá atuar - individual e coletivamente - para resolver problemas ambientais presentes e futuros.

O conceito forjado por Bhat e Akhter (2015, posição 189 de 4496) aproxima-se do apresentado pela Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL,1999). Como elementos comuns estão o entendimento de que a educação ambiental é um processo que permite conhecimentos, habilidades e valores. A percepção de processo é importante, por envolver movimentação e continuidade e não algo instituído ou dado, tampouco finalizado (AMORIM; CESTARI, 2013, p. 6). As divergências entre o conceito doutrinário e o legal aparecem quanto à finalidade da educação ambiental. Para o primeiro, é a capacitação para a solução para problemas ambientais, através de pensamento crítico e visão global da situação. Já para a forma positivada da legislação pátria, a finalidade é a conservação do ambiente.

As bases de formação, refletidas na representação que se tem de educação e de meio ambiente, influenciam na formulação ou eleição de conceitos, na escolha das metodologias e nos resultados pretendidos com a educação ambiental. A esse propósito, Biasoli (2018, posições 708-710 de 3085) alerta para a importância do reconhecimento dessas influências, para que a prática da educação ambiental guarde congruência com os referenciais teórico-metodológicos e seja conduzida de forma a buscar resultados intencionalmente pretendidos pelo educador, dentro da linha de pensamento que o ampara.

Sorrentino (1993, posições 81-82 de 941), outrossim, afirma que os próprios conteúdos ministrados podem refletir a sensibilização e o engajamento para a causa ambiental. É sabido que há conteúdos a serem vencidos em cada ano ou ciclo escolar, com observância da Base Nacional Curricular Comum e do Plano Político-pedagógico (PPP), nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL,1996). Todavia, cada professor pode ser mais do que replicador de conteúdos e aplicador de diretrizes (SAMPAIO, 1994, posição 316 de 986); pode elaborar seu plano de trabalho e atuar como “agente do processo de produção do conhecimento” (SAMPAIO, 1994, posição 316 de 986). Neste caso, a atuação mediante projetos interdisciplinares favorece troca de saberes entre áreas e abordagem e fixação de conteúdos de maneira relacional.

Tendo presente que as escolas praticam educação ambiental por projetos, inserção da temática ambiental nas disciplinas ou disciplinas especiais (LOUREIRO *et al.*, 2007, p. 36), passa-se a analisar o projeto de educação ambiental Eco Kids e Eco Teens, cujos produtos foram utilizados como base de dados e fonte de consulta para a elaboração deste artigo.

6.3 DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ECO KIDS E ECO TEENS

O projeto, idealizado em 2009, está inserido no plano estratégico do Ministério Público da Bahia desde 2014 (D'EÇA, 2014) e tem como objetivo estimular a educação ambiental em escolas públicas e privadas. Desenvolvido mediante parcerias dos municípios e outros órgãos públicos e privados, foca na educação formal. Seu propósito é despertar o público infanto-juvenil para participação ativa na área ambiental, obtendo seu envolvimento mediante a publicação de dois jornais, divididos por faixa etária, que são elaborados pelos próprios alunos (CHERUBINI, 2017, n.p.). Deste modo, o projeto utiliza a educomunicação para a obtenção de material de apoio para a educação ambiental.

A diferença entre os jornais Eco Kids e Eco Teens repousa na idade dos alunos que participam de sua construção. O jornal Eco Kids destina-se a alunos da educação infantil até o fundamental I, com faixa etária entre 5 a 12 anos de idade. Para alunos com idade superior, que estão no fundamental II e ensino médio, é publicado o jornal Eco Teens.

O custeio das edições é buscado pelo Ministério Público da Bahia mediante a reversão de penas alternativas de infrações ambientais para os fundos municipais de meio ambiente (CHERUBINI, 2016, n.p.). A ausência de custo para a escola ou município é fator que estimula a realização da parceria, mas não há impedimento do financiamento advir de outras fontes de receita.

A metodologia do projeto consiste em sua coordenação, exercida por um membro do Ministério Público da Bahia, e a atuação de um Conselho Editorial. Embora o tamanho e a composição desse colegiado possam variar de município para município, em geral é constituído por integrantes da Secretaria Municipal de Educação, de Meio Ambiente, de Comunicação e conselhos de controle social, como Conselho de Meio Ambiente, de Educação e de Acompanhamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), além do órgão de representação da Secretaria Estadual de Educação, no caso da Bahia, os Núcleos Territoriais de Educação, e de integrantes de universidades (CHERUBINI, 2017, n.p.). A composição diversificada tem influência na compreensão multi e interdisciplinar da educação ambiental.

6.4 ÁREA DE ESTUDO

Para este estudo, foram analisadas as publicações do projeto Eco Kids e Eco Teens em seis municípios da região Sudoeste da Bahia, a saber: Anagé, Barra do Choça, Encruzilhada, Vitória da Conquista, Itapetinga, Nova Canaã. Os quatro primeiros estão inseridos no Território Sudoeste Baiano, enquanto os dois últimos, no Território de Identidade do Médio Sudoeste.

A proximidade geográfica reflete similaridades em termos de clima e relevo, interferindo, conseqüentemente, nas atividades econômicas predominantes. Vitória da Conquista e Barra do Choça, situados em região de planalto, com níveis topográficos acima dos 800 metros e clima tropical de altitude (SOARES, 2016, *et al.*, p. 192), têm como atividade econômica destacada a produção de café, além de outras atividades relacionadas a agropecuária, como bovinocultura para produção de leite, apicultura e avicultura. (BAHIA, 2017, p. 5). Itapetinga e Nova Canaã investiram na pecuária de corte e leiteira, pelos regimes extensivo e semi-intensivo (COLEGIADO TERRITORIAL MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA, 2016, p.8). Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estão inseridos em região de Mata Atlântica, com transição para a caatinga (IBGE, 2019a, 2019b, 2019c, 2019e).

Outra situação compartilhada entre os municípios é a questão hidrográfica. Anagé, Vitória da Conquista e Nova Canaã estão inseridos no Comitê de Bacia Hidrográfica Contas, que tem como principais rios os integrantes das sub-bacias do Alto Contas, Brumado, Gavião, Rio do Antônio, Sincorá, Gentio, Baixo Contas, Gongogi, sub-bacia litorânea e de transição (INEMA, 2019). Vitória da Conquista, Nova Canaã, Itapetinga e Barra do Choça têm parte de seus territórios na bacia do Rio Catolé Grande. As nascentes deste manancial são próximas a cidade de Barra do Choça. O rio percorre o sentido Nordeste-Sudeste, em direção à calha do Rio Pardo, tendo seção de controle ou exutório a jusante, na cidade de Itapetinga (BARRETO *et al.*, 2014). Tanto Itapetinga como Nova Canaã estão na região do Baixo Catolé, porção drenada pelo baixo curso do rio, caracterizada por níveis altimétricos que variam de 260 a 400 metros (BARRETO *et al.*, 2014). O Rio Catolé Grande é afluente da Bacia do Rio Pardo, a qual apanha em sua área de drenagem, por sua vez, o município de Encruzilhada.

Em termos de população e extensão, Vitória da Conquista e Itapetinga possuem as duas maiores áreas urbanas da bacia do rio Catolé Grande (AMORIM, 2016, p.32). Vitória da Conquista é também considerada a terceira maior cidade da Bahia (IBGE, 2019d; TERCEIRA...,2017). Sua população foi estimada em 341.597 habitantes para o ano de 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019e). É um dos poucos municípios do Território Sudoeste que possui aterro sanitário convencional (ATERRO...,2012; ZEE BAHIA, [2014?], p. 108). Conta com cooperativa de catadores, denominada Cooperativa

Recicla Conquista (COLETA...,2018) e empresas destinadas a recolhimento de resíduos para reciclagem.

Sob o aspecto de malha hídrica, o destaque nesse município vai para o Rio Verruga, cujas nascentes ficam situadas no interior da Reserva do Poço Escuro, área com 17 hectares de remanescentes da Mata Atlântica, vegetação de caatinga e mata de cipó (RESERVA..., 2015). Além dessa reserva, Vitória da Conquista possui outras unidades de conservação de caráter municipal, denominadas Parque Municipal Urbano Lagoa das Bateias, Parque Municipal Urbano da Lagoa do Jurema e Parque Municipal Serra do Periperi, todas previstas no artigo 23 do Código Ambiental (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2007). Em abril de 2019, foi criado o Parque Municipal do Rio Verruga (PREFEITO...,2019).

Por sua vez, no município de Barra do Choça encontram-se as barragens de Água Fria I e II, formadas pela acumulação de águas de afluentes do rio Catolé Grande, os rios Água Fria e Monos (LOUREIRO, 2017). As barragens servem ao sistema de abastecimento de Vitória da Conquista e atendem também ao município de Belo Campo. Há referências ao desmatamento da região, para fins de cultivo do café (LIMA; PINTO, [2011?], p. 10) e, mais recentemente, para a cultura de eucalipto (AMORIM; BRITO; SILVA JÚNIOR, 2016, p. 97; ROCHA; SOARES, 2016, p. 61).

Anagé é município situado em zona de sertão e caatinga (IBGE, 2019a), à margem direita do Rio Gavião, o qual é, por sua vez, o principal tributário do Rio de Contas (SILVA, 2011, p. 78). Em seu território, no médio curso do Rio Gavião (ALCÂNTARA, 2007, p. 59; ROCHA; LIMA, 2018, p.173), foi construída uma barragem por iniciativa do governo federal, por meio do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), para irrigação, abastecimento e piscicultura (PARTIDO..., 2016, p. 5; SILVA, 2011, p. 81).

Para finalizar a área de estudo, registra-se que o Município de Encruzilhada tem como atividade econômica a produção de cafés despulpados, com aceitação no comércio interno ou para o exterior, bem como o plantio de mandioca (BAHIA, [2017?], p. 4; BAHIA, 2017, p. 6). Igualmente, tem representatividade de 0,3% no Valor Adicionado Bruto (VAB) da agricultura estadual, com participação acima de 40,0% na estrutura produtiva da agropecuária (BAHIA, 2017, p. 5-6). Embora mencionadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como situada no bioma Mata Atlântica (IBGE, 2019b), as características da região são percebidas como de caatinga (BAHIA, 2019). O Município faz divisa, ao sul, com os municípios de Mata Verde e Divisópolis, em Minas Gerais.

6.5 METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa, de natureza exploratória, foi realizada análise de conteúdo de 51 jornais ambientais Eco Kids e Eco Teens produzidos pelos municípios de Anagé, Barra do Choça, Encruzilhada, Itapetinga, Nova Canaã, Vitória da Conquista, todos situados no sudoeste da Bahia, publicados no período de 2014 a 2018. Os jornais serviram como fontes documentais para análise secundária e estavam publicados *online* no *site* do projeto Eco Kids e Eco Teens. Igualmente, os exemplares impressos estavam disponíveis na Biblioteca Procurador de Justiça Fernando Steiger Tourinho de Sá, na sede do Ministério Público da Bahia, em Salvador, e na Promotoria de Justiça Regional de Meio Ambiente de Vitória da Conquista. Houve a integração de métodos quantitativos e qualitativos para tratamento do conjunto de dados.

Considerando sua importância em um jornal, adotaram-se os títulos como unidades de análise. Como sabido, os títulos têm a função de sinalizar a notícia ou o texto que se avizinha, resumindo-a (NASCIMENTO; PRADO, 2009, posição 2226 de 2813). Ao título cabe despertar a atenção do leitor (MANUAL..., 2018, p. 78), por isto, há recomendações de que sejam instigantes (GROSSI, 2017). Atualmente, com os recursos da internet, as manchetes servem como chamada de conteúdo para localização da notícia e ganham características diferentes da versão impressa, como, por exemplo, tendência a serem mais longas e descritivas, para facilitar a otimização nos mecanismos ou motores de buscas, como destaca Randerson (2014, posição 329 de 721)¹. No mesmo sentido manifesta-se Grossi (2017), alertando, todavia, que o título ideal não pode passar de setenta caracteres, do contrário, pode perder sua relevância, dependendo da ferramenta de busca.

Os procedimentos metodológicos para análise de conteúdo seguiram as orientações de Bardin (2016). As unidades de análise, que coincidiram, neste trabalho, com os títulos dos jornais, foram recolhidas considerando todas as posições destes, seja na capa, seja em colunas internas, em duas etapas. Na primeira fase, foi efetuada leitura não-estruturada, sem o compromisso de sistematização (CAMPOS, 2004, p. 613), de forma intuitiva e aberta a ideias e reflexões (BARDIN, 2016, p. 75). Com essa consulta ou leitura flutuante, objetivou inteirar-se do material pesquisado, de suas principais ideias e significados (CAMPOS, 2004, p. 613), obtendo uma visão geral dos documentos.

Na segunda fase, procedeu-se à leitura organizada e sistematizada, com registro e contagem dos itens de significação, para dar origem à estruturação de códigos ou dados

(CAMPOS, 2004, p. 613). Operou-se propriamente a análise temática, definida por Bardin (2016, p. 77) como “a contagem de um ou vários temas ou itens de significação numa unidade de codificação previamente determinada”.

Para cada jornal, elaborou-se uma ficha que permitisse a classificação dos títulos conforme os componentes conceituais da educação ambiental, referidos por Bhat e Akhter (2015, posição 189 de 4469) e pela Lei n. 9.759, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999), que trata da Política Nacional de Educação Ambiental. Para tanto, foram criados dois blocos, denominados comportamento ou conhecimento. Foram posicionados no bloco comportamento os títulos que fizessem referência a valores sociais, atitudes e habilidades, na forma de comandos para condutas positivas ou negativas. Já no bloco conhecimento, foram colocados os títulos que trouxessem conteúdo instrucional e teórico, com foco no desenvolvimento de competências, orientações, conceitos, objetos de pesquisa, de estudo ou de informação transmitida.

O Quadro 1, a seguir, demonstra a divisão das fichas, em blocos, com as respectivas pontuações. Contém campo, ainda, para o âmbito de abrangência do tema. Nesse sentido, foram registrados os assuntos como de interesse ou aplicação local, nacional ou global, como classificam Toili, Toili e Toili (2019, posição 466 de 5333).

Quadro 1 - Ficha para registro sistematizado dos títulos e sua valoração

		Valor	Títulos e Subtítulos	Amb	Títulos e Subtítulos	Valor	Amb
Página	Posição	V		A			A
Capa	Principal	3					
Página 2	Direita	1					
Página 3	Esquerda	2					
Página 4	Direita	1					
Página 5	Esquerda	2					
Página 6	Direita	1					
Página 7	Esquerda	2					
Página 8	Direita	1					

Fonte: Elaboração dos autores.

Para fins de pontuação de cada unidade de análise, valorou-se o posicionamento da matéria no corpo do jornal. Considerou-se a hierarquia de conteúdo, externada pelo critério de organização gráfica de um jornal, que observa a primazia do lado direito sobre o esquerdo (DAMASCENO, [2013?], p. 31) no momento da distribuição das matérias (DAMASCENO, [2013?], p. 20). Atribuiu-se o valor três para títulos da capa, dois para títulos constantes das

páginas ímpares (páginas três, cinco e sete) e, por fim, valor um para títulos inseridos em páginas pares (páginas dois, quatro, seis e oito). A pontuação foi anotada na ficha correspondente, conforme antecipado no Quadro 1, de modo a possibilitar a extração de valores absolutos e frequenciais em cada bloco.

Uma vez finalizado o preenchimento das fichas, deu-se início à formação das categorias-síntese (CÂMARA, 2013, p. 187), fundamentadas nas palavras centrais de cada título. Para tanto, foram efetuados agrupamentos e reagrupamentos por semelhança de sentido e traçadas tantas categorias quantas fossem necessárias para acomodar os assuntos que surgiram dos títulos. Inicialmente, foram traçadas as categorias temáticas por município. Posteriormente, os temas desenvolvidos em cada um dos municípios foram reagrupados com as categorias dos demais municípios. Procederam-se a novas somas dos dados numéricos.

Em sequência, as categorias foram organizadas em ordem decrescente de valores, obtendo-se sua hierarquização. Cabe esclarecer, por fim, que a maior pontuação reflete soma decorrente de compartilhamento de temas entre municípios ou do posicionamento nos locais jornalisticamente apontados como privilegiados no corpo da edição. Pode ser indicativo de frequência e, conseqüentemente, de importância (BARDIN, 2016, p. 260), eis que um mesmo tema pode ter sido tratado reiteradamente em um mesmo jornal ou edição, mas em espaçamentos, colunas ou páginas diferenciadas.

Foram criadas regras de base, com vistas a manter a padronização na formação das categorias. As regras auxiliaram na justificativa de colocação de determinado título em determinada categoria, quando, por sua composição estrutural, poderia ser listado em duas ou mais. A esta situação de “aparição de duas ou várias unidades de registro na mesma unidade de contingência”, Bardin (2016, p. 175) denomina de análise de coocorrências. Na sua concretização, seguiu-se recomendação de exclusividade, dada pelo próprio Bardin (2016, p. 42), consistente na utilização única de uma categoria por título, ou seja, um mesmo título não poderia estar simultaneamente em duas ou mais categorias.

Para ilustrar, menciona-se o título *Água e Saneamento*. Havendo duas categorias distintas, a primeira para englobar os títulos focados em água e a segunda, para os títulos que tratassem de saneamento, a dúvida a respeito da categoria mais adequada para classificação foi resolvida, de acordo com a regra preestabelecida para a análise, pela inclusão do título na categoria formada a partir da primeira palavra, no caso, água, com desconsideração do segundo assunto envolvido.

6.6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se diferenciação entre os municípios quanto ao número de edições publicadas. O fato pode ser explicado por três fatores preponderantes. Primeiro, pelo ingresso não simultâneo no projeto. A anterioridade de determinados municípios em relação a outros, trouxe repercussão no quantitativo de jornais. O segundo fator foi o porte econômico e educacional de cada município, que influenciou no quantitativo de escolas ou dimensão das redes de ensino. Por fim, a existência ou não de recursos financeiros disponíveis para o financiamento das edições contribuiu para a fixação diferenciada da quantidade de exemplares a serem lançados.

Quanto ao escalonamento de ingresso no projeto, verificou-se que os municípios de Barra do Choça e de Vitória da Conquista iniciaram sua participação em 2014. Anagé e Encruzilhada participaram do projeto apenas no ano de 2016. Itapetinga e Nova Canaã, a seu turno, ingressaram no ano de 2017. Portanto, dos seis municípios analisados e dentro do período da pesquisa, dois deles (Vitória da Conquista e Barra do Choça) executavam o projeto há cinco anos, dois executavam há dois anos (Itapetinga e Nova Canaã) e os outros dois municípios (Anagé e Encruzilhada) limitaram-se a um ano de participação no projeto.

A comparação entre os municípios também pode ser feita pelo número de edições produzidas anualmente. Com esse norte, observou-se a liderança de Vitória da Conquista, com 27 edições dos jornais ambientais. Com exceção do primeiro ano no projeto (2014), quando lançou três edições, nos demais anos esse município lançou seis edições dos jornais Eco Kids ou Eco Teens. Os municípios de Barra do Choça, Anagé, Encruzilhada e Itapetinga aproximaram-se entre si pelo número de edições anuais. Embora Barra do Choça tenha mais tempo de execução no projeto, desde 2014, com 12 edições lançadas, incluindo a marca de quatro edições em um único ano (2015), reavaliou suas condições para continuidade no projeto, escolhendo a publicação de duas edições anuais. Esse quantitativo anual também foi escolhido pelos municípios de Anagé e Encruzilhada, que produziram, cada um deles, duas edições dos jornais ambientais. O município de Itapetinga arcou com três edições anuais, efetuando a publicação de seis jornais em seus dois anos de participação no projeto. Por fim, Nova Canaã deliberou pelo lançamento de uma edição anual, tendo efetuado a publicação de dois jornais no período da pesquisa.

Quanto à modalidade de jornal ambiental, os dados coletados apontaram para equilíbrio na sua produção em quatro dos municípios pesquisados. De fato, os municípios de Anagé, Encruzilhada e Nova Canaã produziram idêntico número de jornais por modalidade, cada um

deles com uma edição do jornal Eco Kids e uma edição do jornal Eco Teens. Barra do Choça, embora com número superior de edições em relação aos outros três municípios, igualmente não apresentou divergência quantitativa por modalidade. Lançou seis edições do jornal Eco Kids e seis edições do jornal Eco Teens.

Todavia, os Municípios de Vitória da Conquista e de Itapetinga não mantiveram essa similaridade. Vitória da Conquista acentuou a produção de jornais Eco Teens, com 16 edições produzidas, contrastando com 11 edições de Eco Kids. A origem do desequilíbrio está na participação do ensino médio de escolas estaduais, com perfil e idade de alunos direcionados para o jornal Eco Teens. Nos demais municípios, não houve participação da rede estadual. Em relação a Itapetinga, o descompasso entre as modalidades, com quatro edições do jornal Eco Kids contra duas edições do jornal Eco Teens, decorreu da implantação do projeto propositadamente com uma só modalidade de jornal, para que servisse como fase piloto e permitisse a aquisição de experiência na construção dos periódicos.

Cada jornal Eco Kids ou Eco Kids, independentemente do município, apresentou cerca de seis manchetes, incluindo o título de maior destaque, na capa, e títulos e subtítulos internos, dividindo as colunas, assuntos ou blocos de notícias. Elaboradas as categorias de cada município, os quantitativos de temas foram diferentes, em razão do número de edições publicadas, tempo de permanência no projeto, bem assim do maior ou menor aproveitamento dos espaços disponíveis em cada página dos jornais, com a colocação de matérias e, conseqüentemente, mais títulos.

Tomando os dados dos seis municípios em conjunto, os títulos das duas modalidades de jornais foram reunidos em um total de 256 categorias, sendo 102 delas (39,4%) para Eco Kids e 157 (60,6%), para Eco Teens. O Quadro 2 a seguir, ilustra os quantitativos e permite verificar a pontuação por município, de forma individualizada.

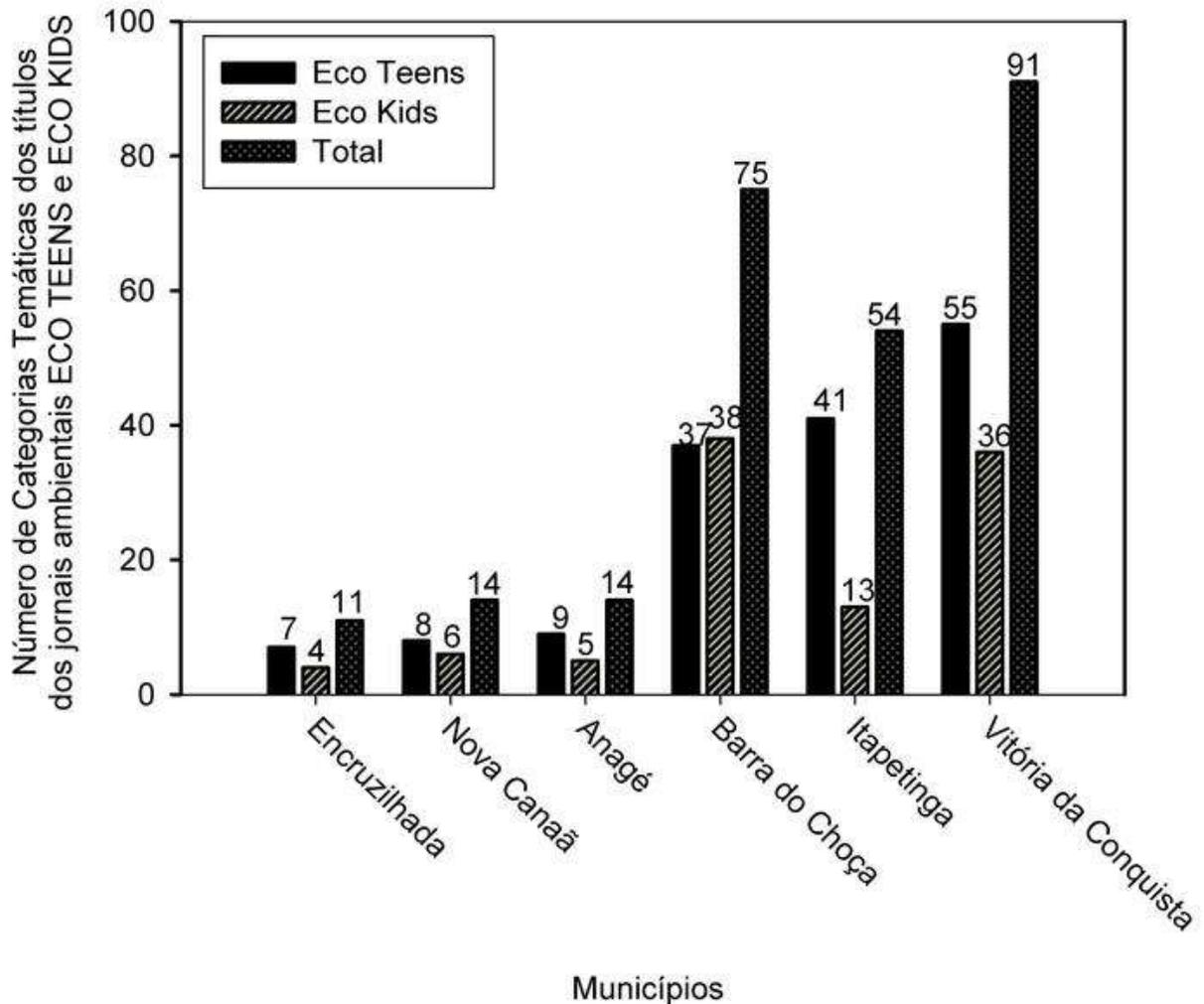
Quadro 2 - Quantitativo de Categorias Temáticas e total acumulado dos títulos dos jornais ambientais Eco Teens e Eco Kids para seis municípios do Estado da Bahia

	Eco Teens	Eco Kids	Total
	Categorias	Categorias	
Anagé	9	5	14
Barra do Choça	37	38	75
Encruzilhada	7	4	11
Itapetinga	41	13	54
Nova Canaã	8	6	14
Vitória da Conquista	55	36	91
	157	102	256

Fonte: Dados da Pesquisa

Os dados também podem ser compilados no formato de gráfico, a ser ilustrado da forma que segue (Figura 4):

Figura 4 - Número de categorias temáticas obtidas pelos títulos dos jornais Eco Kids e Eco Teens.



Fonte: Dados da Pesquisa

Analisando-se os resultados, apurou-se que, na soma ou número acumulado de categorias entre as duas modalidades de jornais, o município que atingiu maior número de categorias foi Vitória da Conquista (91), seguido por Barra do Choça (75), Itapetinga (54), Anagé e Nova Canaã, estes com idêntico quantitativo (14), e Encruzilhada (11) (Figura 4). Em relação às categorias do jornal Eco Teens, o maior quantitativo foi de Vitória da Conquista, com 55 (Quadro 2) e o menor, para Encruzilhada, com 7 (Quadro 2). Comparando os

municípios com maior e menor número de categorias, para o jornal Eco Teens observa-se que Vitória da Conquista foi 7,85 (55) vezes maior do que Encruzilhada (7) (Quadro 2).

A pontuação total decorrente do posicionamento dos títulos, considerando os dois jornais e em relação aos seis municípios, foi de 956, ilustrada na Figura 5 e no Quadro 3. Os títulos na modalidade Eco Teens somaram 532 (55,65% de 956) pontos e na modalidade Eco Kids, 424 (44,35%) pontos como exposto no Quadro 3 e Figura 5, em sequência:

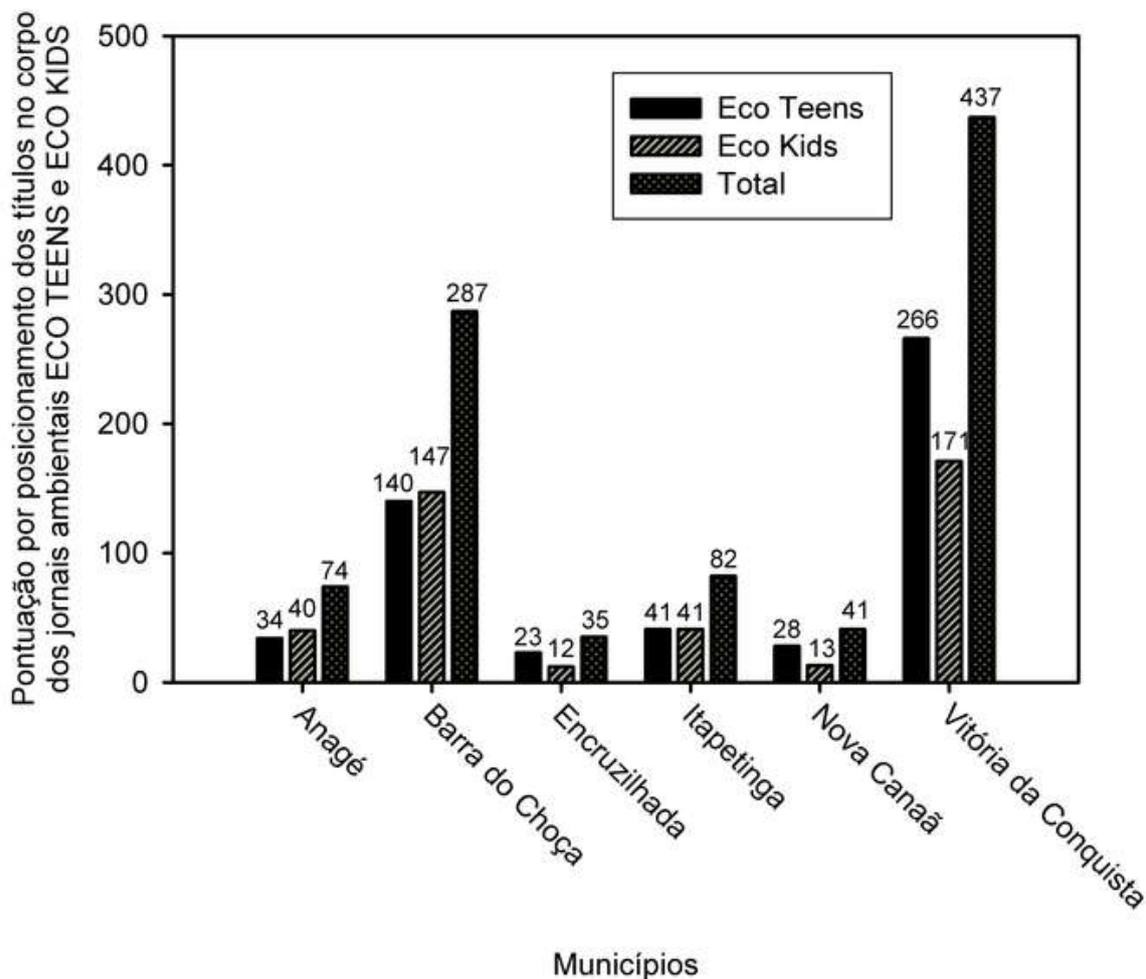
Quadro 3 - Pontuação por posicionamento dos títulos no corpo dos jornais ambientais ECO TEENS e ECO KIDS para seis municípios do estado da Bahia

	Eco Teens	Eco Kids	Total
	Pontos	Pontos	
Anagé	34	40	74
Barra do Choça	140	147	287
Encruzilhada	23	12	35
Itapetinga	41	41	82
Nova Canaã	28	13	41
Vitória da Conquista	266	171	437
	532	424	956

Fonte: Dados da Pesquisa

O município que apresentou maior pontuação por posicionamento dos títulos no corpo de ambos os jornais foi Vitória da Conquista, seguido por Barra do Choça, Itapetinga, Anagé, Nova Canaã e Encruzilhada (Figura 5). É válido ressaltar que, a pontuação pelo posicionamento dos títulos entre os dois jornais, em Vitória da Conquista pendeu para a modalidade Eco Teens, refletindo o maior número de edições na modalidade. Ou seja, nesta modalidade de jornal, a pontuação foi 1,55 vezes maior do que na modalidade Eco Kids, atingindo 266 pontos contra 171, respectivamente (Figura 5). Em relação aos outros municípios, tal pontuação foi similar entre os dois tipos de jornais (Figura 5).

Figura 5 - Pontuação por posicionamento dos títulos no corpo dos jornais ambientais ECO TEENS e ECO KIDS para seis municípios do estado da Bahia.



Fonte: Dados da Pesquisa

Diante da extensão das tabelas de categorias de cada município e dos limites gráficos deste artigo, de um lado, mas compreendendo a importância de expor os resultados dos municípios, optou-se por transcrever somente a lista de categorias de um dos municípios da pesquisa. Escolheu-se, para esta finalidade, o município de Itapetinga, que publicou seis edições até o ano de 2018. Portanto, ainda que quantitativamente seus dados sejam menores do que os externados pelos municípios de Barra do Choça, com 12 edições, e de Vitória da Conquista, com 27 edições, permitem visualizar mais categorias do que as formadas pelos municípios de Anagé, Encruzilhada e Nova Canaã, com duas edições cada um. Deste modo, o chamamento de tais dados como ilustração no Quadro 4 amplia a elucidação dos resultados e procedimentos metodológicos.

Quadro 4 - Temas ambientais mais pontuados nos jornais Eco Teens de Itapetinga

ITAPETINGA - TODOS OS TEMAS	
Horta Escolar	8
Projeto Defensores da Escola	7
Uso de água e energia	4
Jardinagem	4
Natureza	3
Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente	3
Meio Ambiente	2
Lixo	2
Cinco R'S	2
Compostagem	2
Agressão ao meio ambiente de Itapetinga	1
Projeto Eco Teens	1
Educação Ambiental	1
Escolas sustentáveis	1
	41

Fonte: Dados da Pesquisa.

As categorias obtidas nos jornais ambientais de Itapetinga foram mescladas com as categorias dos demais municípios. Alguns dos temas não encontraram correspondência, permanecendo como temática de interesse específico de determinado município. Todavia, outros temas, com frequência não tão significativa dentro das categorias de um dado município, ao serem associadas às categorias de outros municípios, obtiveram melhor pontuação. Conseqüentemente, galgaram ordens de apresentação, atingindo posicionamentos ordinais mais chamativos.

Por exemplo, o tema *animais* não constou como objeto de muitas matérias nos seis municípios da região, para fins de produção dos jornais Eco Kids e Eco Teens. Em relação a Vitória da Conquista, ocupou a 99ª posição no ranqueamento de temas, com três pontos obtidos nos jornais Eco Teens. Todavia, por efeito dos agrupamentos e reagrupamentos, foi reunido com os títulos dos jornais Eco Kids desse mesmo município, que computavam oito pontos, e com os dados de Barra do Choça, que atingiram quatro pontos no jornal Eco Teens. Ao final, a categoria *animais* totalizou 14 pontos e alçou a 15ª posição como temática mais abordada no cômputo geral dos seis municípios.

A seguir, apresentam-se as temáticas compartilhadas entre dois ou mais municípios para fins de produção dos jornais Eco Kids e Eco Teens. Os resultados estão de forma hierarquizada no Quadro 5. Como já dito, os temas que se restringiram a um município não ingressaram nesse ranqueamento.

Quadro 5 - Temas ambientais compartilhados entre os municípios da pesquisa

Água	97
Reciclagem	51
Lixo	49
Poço Escuro	36
Meio Ambiente	31
Horta e Jardim	31
Barragens de Barra do Choça e Barra Nova	20
Rio Verruga	19
Projeto Eco Teens	16
Arborização/árvore	15
Animais	15
Rio Catolé Grande	15
Natureza	13
Saneamento básico	13
Datas comemorativas do meio ambiente	12
Lagoa das Bateias	12
Poluição	11
Caatinga	11
Dicas para cuidar do Planeta	11
Nascentes	9
Preservação	9

Recicla Conquista	7
Dengue	5
Fauna e flora	5
Importância do papel e de sua reciclagem	5
Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente	4
Educação Ambiental	3
Concurso de fotos e de desenho	2
	527

Fonte: Dados da Pesquisa.

Como pode ser visto, 28 temáticas (10,81%) foram comuns entre os seis municípios da região sudoeste da Bahia. O tema *água* liderou o ranqueamento e foi abordado por cinco dos seis municípios para produção do jornal Eco Teens. Em relação ao jornal Eco Kids, foi abordado por três municípios. O tema *reciclagem*, colocado em segundo lugar como tema comum aos municípios, foi objeto de pauta mais assídua nos jornais Eco Kids. Contou com o envolvimento de quatro municípios. Já no jornal Eco Teens, foi abordado por dois municípios. O tema *lixo*, a seu turno, foi abordado de forma equilibrada entre as modalidades de jornais.

Foi pauta adotada por três municípios para o jornal Eco Kids e por três municípios, para preparo dos jornais Eco Teens.

Verifica-se, portanto, que o panorama regional encontrou sintonia com o estudo de âmbito nacional realizado por Loureiro *et al.* (2007, p. 35), com relação aos temas *água* e *lixo*, com sua associação com a temática *reciclagem*. Além da identificação temática, ocorreu também a similaridade de colocação no ranqueamento, com a ocupação dos primeiros postos na escala de temas ambientais tratados pelas escolas.

Em relação ao tema *Poço Escuro*, necessário fazer um esclarecimento. Poderia ser considerado de interesse local para o Município de Vitória da Conquista, pois se trata de uma reserva florestal pertencente a essa municipalidade. Todavia, foi objeto de aulas de campo para os alunos do município de Barra do Choça, o que provocou o compartilhamento do tema e a ascensão na ordem de interesse dos municípios. Assim sendo, vislumbra-se sua abordagem tanto por Vitória da Conquista como por Barra do Choça, tanto nos jornais Eco Kids como nos jornais Eco Teens.

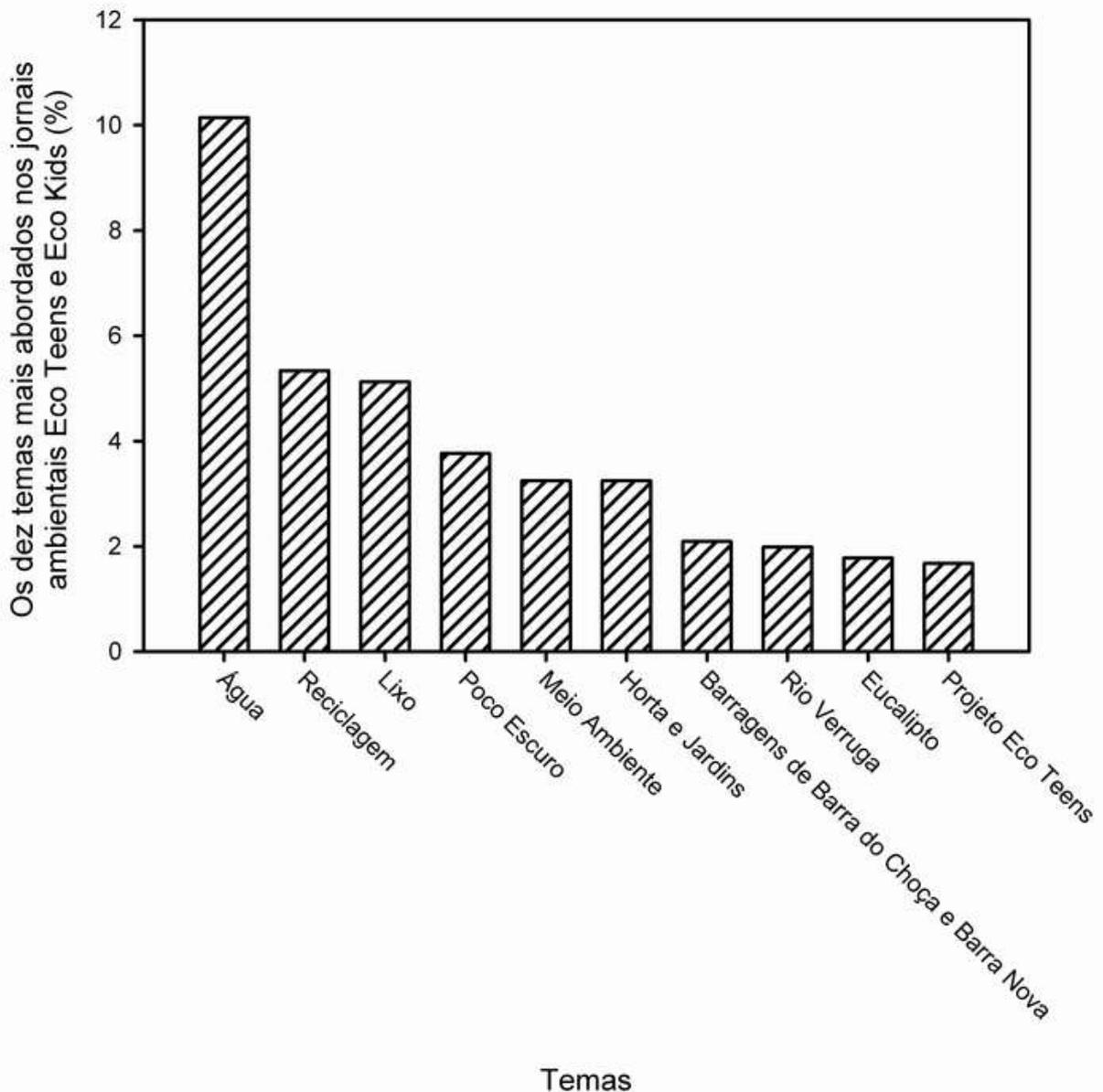
Caso operada a divisão por modalidade de jornal, os resultados sofrem pequena alteração. Quando efetuado o cruzamento de temas e municípios para elaboração dos jornais Eco Teens, o tema que liderou o ranqueamento foi *água*, tendo sido tratado em comum por cinco municípios. Em relação aos jornais Eco Kids, o tema *água* ocupou o terceiro lugar no ranqueamento, ao ser abordado por três municípios. O compartilhamento com maior número

de municípios para o jornal Eco Kids ocorreu em relação aos temas *meio ambiente e reciclagem*, tratados por quatro dos seis municípios da pesquisa.

Se efetuado o ranqueamento temático dos jornais Eco Kids e Eco Teens, por somatório de pontos, outras alterações podem ser observadas. O tema *eucaliptos* aparece posicionado em 10º lugar, com dezessete pontos, mas foi abordado por apenas um município. O posicionamento justificou-se por constar de jornal que abarcou tema único. Ao ser explorado por diversos ângulos e perspectivas, o tema esteve presente como título ao longo da edição, na capa e páginas internas, ampliando seu quantitativo de pontos.

Já o tema *animais* deixou de ser listado entre os mais abordados, quando analisado por quantitativo de pontos. Isto decorreu, como alhures explicado, pelo fato da reunião de pontos entre os municípios ter elevado sua pontuação total. Considerada somente a pontuação de cada município, o tema mereceu oito pontos, em Vitória da Conquista, na modalidade Eco Kids, quatro e três pontos, respectivamente, em Barra do Choça e Vitória da Conquista, nos jornais Eco Teens. Registrou-se o quantitativo 35 como o máximo de pontos individualmente atingidos por um tema, situação externada pelo assunto *água*. Dessa maneira, há diferença de valoração entre um e outro tema, tanto em relação aos municípios, como em relação às modalidades dos jornais.

Figura 6 - Temas ambientais compartilhados entre os municípios da pesquisa.



Fonte: Elaboração dos autores.

Contudo, com relação ao assunto aquecimento global, a pesquisa revelou que não foi tema de preferência para produção nem dos jornais Eco Kids nem dos jornais Eco Teens. Sua pontuação foi irrisória. Atingiu apenas um ponto, de um total de 956, e foi objeto de pauta de uma única edição do jornal Eco Teens, em um único município dos seis pesquisados.

Assim sendo, considerando a hipótese de trabalho formulada, no sentido de que as agendas ambientais das escolas dos municípios integrantes da área de estudo voltaram-se de

modos preponderante e convergente para os temas água e aquecimento global, como espelhamento de temas ambientais nacional ou internacionalmente discutidos e pela situação climática da área de estudo, é preciso efetuar uma cisão. A hipótese foi plenamente confirmada, em relação ao tópico *água*, mas afastada, em relação ao tema aquecimento global. A unidade de análise água foi abordada por cinco municípios e mereceu pontuação elevada (97), correspondendo a 18,40% das temáticas, a indicar que títulos enfocando esse recurso ambiental estamparam as páginas dos jornais Eco Kids e Eco Teens, posicionados, inclusive, nos locais privilegiados, como páginas ímpares.

Em contraposição, o assunto aquecimento global não ingressou na área de interesse comum dos municípios como tema preferencial para fins de preparação dos jornais ambientais. A razão da lacuna não pode ser precisada pela presente investigação, salvo de maneira especulativa, a começar pela necessidade de efetiva implantação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (BRASIL, 2009), que tem a educação como instrumento. De igual maneira, buscando apoio em Jacobi *et al.* (2011), no sentido de que o predomínio de abordagem cientificista, que exalta a complexidade temática, pode dificultar a conexão com a sala de aula no ensino básico, pelo entendimento de necessidade de maior preparo dos professores para enfrentamento da questão (MAGALHÃES, 2014). Sem deixar de comentar o desencontro de velocidade na abordagem do tópico pela mídia e pela ciência, em comparação ao sistema educacional, onde, segundo Jacobi *et al.* (2011), a questão apenas principia a ser debatida, não só no Brasil, mas também em outros países.

6.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo primordial deste artigo foi apurar a articulação temática predominante em seis municípios do Sudoeste da Bahia por ocasião do desenvolvimento do projeto Eco Kids e Eco Teens, a partir de análise do conteúdo dos títulos dos jornais ambientais produzidos em razão do projeto, no período de 2014 a 2018. A hipótese de que se partiu foi a de que as agendas ambientais das escolas dos municípios integrantes da área de estudo voltaram-se de modos preponderante e convergente para os temas *água* e *aquecimento global*, como espelhamento de temas ambientais nacional ou internacionalmente discutidos e pela situação climática da área

de estudo. Dessa forma, seriam os assuntos que mais despertariam interesse como pauta comum desenvolvida pelos municípios.

Para a realização da pesquisa, valeu-se de análise documental, com utilização dos jornais Eco Kids e Eco Teens produzidos nos municípios baianos de Anagé, Barra do Choça, Encruzilhada, Itapetinga, Nova Canaã e Vitória da Conquista, no recorte temporal fixado. Procedeu-se à análise temática e frequencial, operando-se ranqueamento, bem como integração de métodos quantitativos e qualitativos para tratamento do conjunto de dados, em pesquisa que também se caracteriza como exploratória e empírica.

A hipótese foi parcialmente confirmada. O tema *água* despontou como o mais abordado para a produção dos jornais Eco Kids e Eco Teens e mais compartilhado entre os municípios envolvidos no projeto. No entanto, o tema *aquecimento global* não ingressou com peso no quadro de temáticas dos municípios, seja de modo individual, seja de forma compartilhada por dois ou mais deles. Manteve-se como assunto periférico, de interesse de um único município e com baixa representatividade, o que pode indicar a falta de enfrentamento do tópico e provocar a necessidade de investigar as causas dessa ausência, já que integra a base curricular e inclui-se no rol de conhecimentos instrucionais da educação básica.

Como possibilidades de trabalhos futuros, podem-se indicar pesquisas para produzir novos insumos no que diz ao estado da arte do projeto Eco Kids e Eco Teens e das atividades de educação ambiental que estimula, a exemplo de mapeamento sobre as variações temáticas entre escolas do campo e da cidade, envolvidas no projeto Eco Kids e Eco Teens. De igual forma, prosseguir no diagnóstico e avaliação do projeto, procurando abarcar os demais municípios baianos que dele participam ou participaram desde sua implantação, bem como elastecer o período temporal da investigação.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, F.V. *As políticas de "desenvolvimento regional": o caso do projeto comunitário do rio Gavião no Sudoeste da Bahia*. São Cristóvão, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5614/1/FERNANDA_VIANA_ALCANTARA.pdf. Acesso em: 5 dez. 2019.

AMORIM, C.D.; BRITO, G.N.S.; SILVA JÚNIOR, M.F. Índice de sustentabilidade do Município de Barra do Choça-BA. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 2, p. 87-106, maio/ago 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/6576/pdf>. Acesso em: 5 dez. 2019.

AMORIM, C. D.; CESTARI, L. A. S. Discursos ambientalistas no campo educacional. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, [S.l.], v. 30, n. 1, p. 4-22, jul. 2013. ISSN 1517-1256.

Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3456/2215>. Acesso em: 17 dez. 2019. Doi: <https://doi.org/10.14295/remea.v30i1.3456>.

AMORIM, J. S. *Produção de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Catolé Grande utilizando o Modelo Hidrológico SWAT*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Estadual do Sudoeste de Bahia, Itapetinga, 2016.

ARAÚJO, R. B. Ensino de Ecologia e pensamento Sistêmico para a criação de um novo Humanismo. In: FALEIRO, W.; ASSIS, M. P. (org.). *Ciências da natureza e formação de professores: entre desafios e perspectivas apresentados no CECIFO 2017*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017. ISBN 978-85-4620-863-0. Capítulo 7, 1871 a 2107. Disponível em: cecifop.sistemasph.com.br/index.php/cecifop/CECIFOP2017/paper/download/.../256. Acesso em: 27 jun. 2019.

ATERRO Sanitário. *Portal da Prefeitura de Vitória da Conquista*, 7 dez. 2012. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/aterro-sanitario/>. Acesso em: 02 dez. 2019.

BAHIA. SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. SEI analisa impactos da seca no estado da Bahia nos anos de 2016-2017. *Portal SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia*. Salvador, [2017?]. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2465&catid=9&Itemid=101. Acesso em 16 dez. 2019.

BAHIA. SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Texto para discussão* [recurso eletrônico]. Salvador: SEI, 2017. n. 11, 11 p. Trimestral. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/texto_discussao_11.pdf. Acesso em: 4 dez. 2019.

BAHIA. SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Vegetação por Município – Bahia. Metadados da Tabela. *Portal SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia*. Salvador, 2019. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/metaside/consulta/frame_metadados.wsp?tmp.tabela=t81. Acesso em: 16 dez. 2019.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016, 279 p.

BARRETO, L. V. et al. Estado trófico em uma seção do rio Catolé Grande sob diferentes níveis de vazão. *Revista Ambiente & Água*, Taubaté, v. 9, n. 2, p. 250-260, jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-993X2014000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 dez. 2019. <http://dx.doi.org/10.4136/ambi-agua.1231>.

BHAT, B.B.; AKHTER, S. *Environmental Education*. 2015. Edição Kindle. 4469 posições.

BIASOLI, S. *Fundamentos de educação ambiental para sustentabilidade (Universitária)*. São Paulo: Editora Senac, 2018. Edição Kindle. 3085 posições.

BRASIL, Lei 9.394, de 20 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996, p. 27833. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL, Lei 9.795, de 27 abr. 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 abr. 1999, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 28 nov. 2019.

BRASIL, Lei 10.933, de 11 ago. 2004. Anexo II, Programa 0052, p. 174. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, 12 ago. 2004, p. 1, edição extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/Anexo/ANL11318-06-II.pdf. Acesso em: 28 ago. 2018.

BRASIL, Lei 12.187, de 29 dez. 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 29 dez. 2009, p. 109. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12187.htm. Acesso em: 21 dez. 2019.

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. ▲ *Gerai*: *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6 (2), jul - dez, 2013, p.179-191. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

CAMPOS, C. J. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília (DF) 2004, set/out; 57(5):611-4. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

CARIDE, J. A.; MEIRA, P. A. *Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001, 302 p.

CHERUBINI, K. Projeto Eco Kids e Eco Teens. Conscientização e Educação Ambiental. *Instituto Innovare*. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.premioinnovare.com.br/praticas/4621>. Acesso em: 19 dez. 2019.

CHERUBINI, K. Projeto Eco Kids e Eco Teens. Conscientização e Educação Ambiental. *Instituto Innovare*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://premioinnovare.com.br/praticas/1251>. Acesso em: 16 mar. 2019.

COLEGIADO TERRITORIAL MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário*: Território do Médio Sudoeste Baiano, Itapetinga, 19 dezembro de 2016, 55 p. Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/2018/PTDRSS_Medio_Sudoeste_Versao_Final.pdf. Acesso em: 4 dez. 2019.

COLETA Seletiva. *Portal da Prefeitura de Vitória da Conquista*, Vitória da Conquista, 16 out. 2018. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/coleta-seletiva/>. Acesso em: 2 dez. 2019.

COP 25, veja repercussão do acordo que adiou para 2020 decisões sobre combate ao aquecimento global. *Portal G1/Natureza*, 15 dez. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/12/15/cop-25-veja-repercussao-do-acordo-que-adiou-para-2020-decisoes-sobre-combate-ao-aquecimento-global.ghtml>. Acesso em: 16 dez. 2019.

DA CONFERÊNCIA das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, à Rio-92: agenda ambiental para os países e elaboração de documentos por Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Jornal Em Discussão*. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-das-nacoes-unidas-para-o-meio-ambiente-humano-estocolmo-rio-92-agenda-ambiental-paises-elaboracao-documentos-comissao-mundial-sobre-meio-ambiente-e-desenvolvimento.aspx>. Acesso em: 29 nov. 2019.

DAMASCENO, P. L. *Design de Jornais*: projeto gráfico, diagramação e seus elementos. [S.l.][s.n.][2013?]. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/damasceno-patricia-2013-design-jornais.pdf>. Acesso em: 1 set. 2019.

D'EÇA, A. Ilhéus participou de “Conversa com o Ministério Público”. *Portal do Ministério Público da Bahia*, 21 ago. 2014. Disponível em: <http://www.mpba.mp.br/noticia/29044>. Acesso em: 16 mar. 2019.

GIESTA, L. C. Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade Social Corporativa e Educação Ambiental em Contexto de Inovação Organizacional: Conceitos Revisitados. *Revista de Administração da UFSM*, v. 5, n. edição especial, p. 767-784, 2012.

GÓMEZ GARCÍA, J; MANSER GAS LÓPEZ, J. *Recursos para la educación ambiental* (Materiales para educadores) (Spanish Edition). Madrid: Editorial CCS, 2010. 3.ed. Edição Kindle. 2056 posições.

GROSSI, G. Como criar um título de conteúdo perfeito para mecanismos de busca? *Blog SEMRush*, 3 out. 2017. Disponível em: <https://pt.semrush.com/blog/como-criar-titulo-de-conteudo-perfeito-para-mecanismos-de-busca/>. Acesso em: 17 dez. 2019.

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica. *In: Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 25-34.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: Anagé. *Portal do IBGE*, 2019a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/anage/panorama>. Acesso em: 2 dez. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: Encruzilhada. *Portal do IBGE*, 2019b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/encruzilhada/panorama>. Acesso em: 2 dez. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: Itapetinga. *Portal do IBGE*, 2019c. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/panorama>. Acesso em: 05 ago. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: Salvador. *Portal do IBGE*, 2019d. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/pesquisa/23/25207?tipo=ranking>. Acesso em: 28 set. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: Vitória da Conquista. *Portal do IBGE*, 2019e. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/panorama>. Acesso em: 05 ago. 2019.

INEMA – INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. CBH Contas. *Portal do Inema*, Salvador, 2019. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/comites-de-bacias/comites/cbh-contas/>. Acesso em: 17 dez. 2019.

JACOBI, P. R. *et al.* Mudanças climáticas globais: a resposta da educação. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 135-148, abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 dez. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782011000100008>.

KAWASAKI, C. S.; CARVALHO, L. M. Tendências da pesquisa em Educação Ambiental. *Educação em revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 3 p. 143-157, dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982009000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982009000300008>.

LAYRARGUES, P. P. Educação para gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. *In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de. Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 87-155. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/Publica%20B5es_da_COEDU/Referencial_Te%20B3rico/Educ%20A3o_para_a_gest%20A3o_ambiental.pdf. Acesso em: 24 maio 2019.

LAYRARGUES, P. P. *Apresentação: (Re) Conhecendo a educação ambiental brasileira. Identidades EA Brasileira: diversos conceitos e correntes de educação ambiental*. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.) Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p.7-9.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. Mapeando as Macrotendências Político-Pedagógicas da Educação Ambiental Contemporânea no Brasil. *In: VI ENCONTRO “PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL” A PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL*, 9, 2011. *Anais [...]*. Ribeirão Preto, p. 1-15. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/>. Acesso em: 20 dez. 2019.

LIMA, E. M.; PINTO, J. E.S. S.P. *Bacia do Rio Catolé, Bahia - Brasil: Bases Geoambientais e Socioeconômicas para a Gestão da Água e do Solo*. [2011?]. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Procesosambientales/Hidrologia/01.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

LIMA, G. F. C. *Educação ambiental no Brasil* (Papyrus educação). Campinas: Papyrus Editora, 2011, 256p. Edição Kindle. 4151 posições.

LOUREIRO, C. F. B. *et al.* Conteúdos, Gestão e Percepção da Educação Ambiental nas Escolas. In: TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia Ramos (org.). *Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007. 262 p. (Coleção Educação para Todos. Série Avaliação n. 6). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao5.pdf>. Acesso em 20 dez. 2019.

LOUREIRO, C. F. B.; SAISSE, M. V. *Histórico da educação ambiental no âmbito federal da gestão ambiental pública: um panorama desde a Sema ao ICMBio*. [S.l.] [s.n.] [2013?] Disponível em: <http://nuredam.com.br/files/divulgacao/artigos/Artigo%20EA%20Maryane%20Loureiro.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2019.

LOUREIRO, G. F. G. *Diagnóstico de Bacias Hidrográficas através do Balanço Hídrico: um Estudo de Caso na Bacia do Rio Água Fria, Barra do Choça - Ba*. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Estadual do Sudoeste de Bahia, Itapetinga, 2017. Disponível em: <https://escas.org.br/download/produtos-finais/bahia-15/Geisa-Fernandes-Galvao-Loureiro.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MAGALHÃES, D. A. Aquecimento global: uma abordagem para o ensino de física. *Revista Brasileira de Ensino de Física*. São Paulo, v. 36, n. 4, p. 01-09, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.org/10.1590/S1806-11172014000400019o.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-11172014000400019&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 dez. 2019.

MANUAL de Redação: *Folha de São Paulo*. 21 ed. São Paulo: Publifolha, 2018, 485 p.

MENDONÇA, J. O. Seca na Bahia: Prejuízos para o Setor Agrícola (2012-2016). *Revista Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n.192, p.91-109, jan.-jun. 2017. Disponível em: [publicacoes.sci.ba.gov.br > conjunturaeplanejamento > article > download](http://publicacoes.sci.ba.gov.br/conjunturaeplanejamento/article/download). Acesso em: 16 dez. 2019.

NASCIMENTO, P. C.; PRADO, Magali (org.) *Técnicas de redação em jornalismo: o texto da notícia*, volume 2. São Paulo: Saraiva, 2009. Edição Kindle. 2813 posições.

PARTIDO Verde: *Anagé: Sinal Verde para avançar*. Programa de governo. Propostas defendidas por Nivaldo Marques Araújo Júnior, candidato a prefeito pelo PV no município de Anagé – BA, 2016. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/BA/33235/2/50000004317/proposta_governo1470668183826.pdf. Acesso em: 2 dez. 2019.

PREFEITO assina Decreto que cria o Parque Ambiental do Rio Verruga. *Portal da Prefeitura de Vitória da Conquista*, 5 abr. 2019. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/prefeito-assina-decreto-que-cria-o-parque-ambiental-do-rio-verruga/>. Acesso em: 2 dez. 2019.

QUINTAS, J. S. *Educação no Processo de Gestão Ambiental: uma Proposta de Educação Ambiental Transformadora e Emancipatória*. [S.l.: s.d, p. 1-19). Disponível em: http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/2011/12/Jose_S_Quintas.pdf. Acesso em: 18 maio 2019.

RANDERSON, J. *Science & Environmental Journalism: A 60-minute Masterclass*. *Guardian Book*, 2014. ISBN: 978-1-78356-054-7. Edição Kindle. 791 posições.

REIGOTA, M. *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense. 1.ed. E-book, 2017. (Coleção Primeiros Passos 292). Edição Kindle, 887 posições.

- RESERVA Florestal do Poço Escuro. *Portal da Prefeitura de Vitória da Conquista*, atualizado em 17 jul. 2015. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/reserva-florestal-do-poco-escuro/>. Acesso em: 2 dez. 2019.
- ROCHA, G. S.; LIMA, P. H. S. Espaço e tempo: os atingidos por barragens. *Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino*, v. 1, n. 1, p. 172-195, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/nhipe/article/viewFile/5280/3332>. Acesso em: 2 dez. 2019.
- ROCHA, A. A.; SOARES, B. S. Uso da terra pela cafeicultura e degradação ambiental no entorno da Barragem Água Fria em Barra do Choça – Bahia. *Revista do Regne*, volume 2, número especial, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revistadoregne/article/view/10423/7373>. Acesso em: 06 dez. 2019.
- SAMPAIO, M.M.F. *Interdisciplinaridade no município de São Paulo*. Brasília: INEP, 1994 (Série Inovações Educacionais), Locais 316-317. Edição Kindle. 986 posições.
- SCHIMIDT, L.; NAVE, J. G.; GUERRA, J. *Educação Ambiental: balanço e perspectivas para uma agenda mais sustentável*. Imprensa de Ciências Sociais. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2010. ISBN 978-972-671-404-0 CDU 502.12. Edição Kindle. 4330 posições.
- SILVA, G. P. *Territórios em Disputa e a Barragem de Anagé - Bahia: Terra e Água de Trabalho Versus Terra e Água de Negócio*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19841/1/gedeal%20paiva%20.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2019.
- SOARES, B. S. *et al.* Práticas de manejo e conservação do solo da cultura cafeeira na bacia hidrográfica do Riacho Água Fria, Barra do Choça – Bahia. *Revista de Geociências do Nordeste (REGNE)*, vol.2, nº Especial, 2016. p. 191-200. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revistadoregne/article/view/10440/7387>. Acesso em: 15 dez. 2019.
- SORRENTINO, M. Educação Ambiental: Avaliação de Experiências Recentes e suas Perspectivas. *In: Ministério da Educação. Educação ambiental: experiências e perspectivas - 1993* (Portuguese Edition) Edição Kindle. 43-408 de 941 posições.
- TERCEIRA maior cidade da BA, Vitória da Conquista completa 177 anos. *Portal G1 Bahia*, Salvador, 09 nov. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/terceira-maior-cidade-da-ba-vitoria-da-conquista-completa-177-anos.ghtml>. Acesso em: 05 ago. 2019.
- TILIO NETO, P. *Ecopolítica das mudanças climáticas o IPCC e o ecologismo dos pobres [online]*, 2649 posições. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. ISBN: 978-85-7982-049-6. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 09 jun. 2019.
- TOILI, W. W.; TOILI, E. W.; TOILI, M. E. *Environmental Education for Sustainability*. First Edition, Nairobi, Kenya. 2019. Toili Educational Publishers. Edição Kindle, 5333 posições.
- UNESCO. Unesco Digital Libray. *Declaration of Thessaloniki*. Conference on Environment and Society: Education and Public Awareness for Sustainability, Thessaloniki, Greece, 1997. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/search/N-EXPLORE-313a4e15-ca51-453c-a33b-ad1b49fd5277>. Acesso em: 16 jun. 2019.
- VITÓRIA DA CONQUISTA. Lei Municipal n. 1.410, de 5 de junho de 2007. Código Municipal de Meio Ambiente. *Portal da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista*. Disponível em: https://www.pmvc.ba.gov.br/wp-content/uploads/CODIGOMUNICIPAL_MEIOAMBIENTE.pdf. Acesso em: 2 dez. 2019.
- ZEE BAHIA. *Zoneamento Ecológico Econômico: Caracterização dos Territórios de Identidade*. Volume VIII, 189 p. Salvador, [2014?]. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/ZONEAMENTO-ECOLOGICO-ECONOMICO-ZEE/1123.00-Characterizacao-dos-TIs.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2019.

7 CAPÍTULO V -DO LOCAL AO GLOBAL: A VALORIZAÇÃO DA TERRITORIALIDADE NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESTUDO DOS JORNAIS ECO KIDS E ECO TEENS

Karina Gomes Cherubini, mestranda em Ciências Ambientais pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus Itapetinga, Promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia, com endereço na Rua Ministro Hermes Lima, s/n, Bairro Universidade, Vitória da Conquista, CEP 45.031.145, telefone: (73) 99983-8305 e (77) 3425-9354, e-mail: cherubini-k@hotmail.com

Rubens Jesus Sampaio, Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Professor Adjunto do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (UESB), Diretor do Sistema UESB de Rádio e Televisão Educativa (SURTE) e Assessor Geral de Comunicação da UESB, com endereço na Estrada Bem Querere, s/n, km 11, Bairro Universidade, CEP 45083-900, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), e-mail: rubensjsampaio@uesb.edu.br

Paulo Sávio Damásio da Silva, Doutor em Biologia Vegetal com ênfase em Ecologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2008) e Universität Kaiserslautern - Alemanha (Doutorado sanduíche), e pós-doutorado desenvolvido na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professor titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Departamento de Ciências Exatas e Naturais (DCEN), Itapetinga-BA, com endereço na Praça Primavera, 40, Bairro Primavera, Itapetinga - BA, CEP 45700-000, e-mail: paulosavio@uesb.edu.br.

Do Local ao Global: A valorização da territorialidade na Educação Ambiental. Estudo dos Jornais Eco Kids e Eco Teens

From Local to Global: valuing territoriality in Environmental Education. Study of Eco Kids and Eco Teens Newspapers

De lo Local a lo Global: valorar la territorialidad em la Educación Ambiental. Estudio de los Periódicos Eco Kids Y Eco Teens

Resumo

Considerando o projeto de educação ambiental Eco Kids e Eco Teens, que envolve alunos da educação básica na produção de jornais com matérias sobre meio ambiente, pretendeu-se verificar o âmbito espacial das temáticas dos jornais em seis municípios do Estado da Bahia, no período de 2014-2018, partindo-se do pressuposto de predominância de temas locais. Como metodologia, utilizou-se abordagem quali-quantitativa e análise de conteúdo, empregando os títulos dos jornais ambientais como indicadores do conteúdo, enquanto o posicionamento desses, como elemento de valoração, seguindo critérios jornalísticos. Como resultado, as categorias temáticas dos jornais e sua hierarquização demonstraram a predominância de abordagem de âmbito geral, com rejeição da hipótese formulada. No entanto, destacou-se a potencialidade do projeto Eco Kids e Eco Teens para estimular a abordagem de aspectos socioambientais de cada município, contribuindo para educação ambiental significativa e contextualizada.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Sudoeste da Bahia. Temas de interesse.

Abstract

Considering the Eco Kids and Eco Teens environmental education project, which involves students of basic education in the production of newspapers with subjects about the environment, it was intended to verify the spatial scope of the themes of newspapers in six municipalities in the State of Bahia, in the period 2014-2018, based on the assumption of predominance of local themes. As a methodology, a quali-quantitative approach and content analysis were used, using the titles of environmental newspapers as indicators of content, while their positioning, as an element of valuation, following journalistic criteria. As a result, the thematic categories of newspapers and their hierarchization demonstrated the predominance of a general approach, with rejection of the hypothesis

formulated. However, the potentiality of Eco Kids and Eco Teens project to stimulate the approach of socio-environmental aspects of each municipality, contributing to significant and contextualized environmental education, was highlighted.

Keywords: Environment. Southwest Bahia. Topics of interest.

Resumen

Teniendo en cuenta el proyecto de educación ambiental Eco Kids y Eco Teens, que involucra a estudiantes de educación básica en la producción de periódicos con temas sobre el medio ambiente, se pretendía verificar el alcance espacial de los temas de los periódicos en seis municipios del Estado de Bahía, en el período 2014-2018, sobre la base del supuesto de predominio de los temas locales. Como metodología se utilizó un enfoque cualitativo y un análisis de contenido, utilizando los títulos de los periódicos sobre el medio ambiente como indicadores de contenido, mientras que su posicionamiento, como elemento de valoración, siguiendo criterios periodísticos. Como resultado, las categorías temáticas de los periódicos y su jerarquización demostraron el predominio de un enfoque general, con el rechazo de la hipótesis formulada. Sin embargo, se destacó la potencialidad del proyecto Eco Kids y Eco Teens para estimular el enfoque de los aspectos socioambientales de cada municipio, contribuyendo a una educación ambiental significativa y contextualizada.

Palabras Clave: Medio ambiente. Suroeste de Bahía. Temas de interés

7.1 INTRODUÇÃO

A inclusão de temáticas relacionadas à rotina das pessoas do lugar nas atividades de educação ambiental é fator que estimula o aprendizado. A proximidade confere uma carga de realidade ao problema proposto, permite ao aluno transitar do pensamento concreto para o abstrato, envolver-se com a situação e dar respostas, que podem evoluir da reflexão e do estudo para a ação, em exercício de protagonismo estudantil. Desse modo, a proximidade do tópico de estudo pode facilitar a construção de conhecimentos, incentivar a pesquisa e condutas resolutivas.

De modo geral, o estudo de temas locais é incentivado por doutrinadores e educadores ambientais, como Reigota (2017, 339; 358; 460 de 887), Sommerman *et al.* (2009, p. 48) e Sorrentino *et al.* (2005, p. 294). Além de apresentarem a significância que esse aprendizado pode representar para o aluno, tanto para sua vida pessoal e suas relações sociais, os autores

argumentam que a abordagem articulada das questões ambientais locais com outros contextos espaciais atende à Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999).

Partindo dessa visão e considerando o desenvolvimento do projeto de educação ambiental Eco Kids e Eco Teens em Anagé, Barra do Choça, Encruzilhada, Itapetinga, Nova Canaã e Vitória da Conquista, pretende-se verificar a expressão e aquilatar a importância do estudo do ambiente local nesses seis municípios da região Sudoeste da Bahia. Objetiva-se apresentar o panorama categórico, a frequência e eventual similaridade de temas ambientais eleitos pelas escolas e municípios no período de 2014 a 2018, para elaboração de jornais ambientais, produtos resultantes de referido projeto de educação ambiental.

Entende-se como “local”, no presente estudo, pontos de visitação de determinado município, por seus dotes paisagísticos, culturais, arquitetônicos, bem assim de exercício de atividade econômica ou profissional relacionada ao meio ambiente natural ou artificial. Como locais, podem ser exemplificados praças, prédios públicos ou privados, locais de visitação turística e de prestação de serviços públicos, empresas comerciais ou industriais de determinado município, entre outros. De igual modo, podem ser compreendidos assuntos que dizem respeito a uma área de abrangência muito peculiar, como a sala de aula e a unidade escolar, ou aqueles que, mesmo contemplando um tema em princípio geral, ganhem singularidade e recorte, por serem analisados em uma área delimitada. Por exemplo, a destinação do lixo em determinado município.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de conhecimento das temáticas adotadas pelos municípios sobre meio ambiente, de modo a amparar decisões informadas para melhoria dos projetos de educação ambiental, em geral, e do projeto Eco Kids e Eco Teens, em especial. Acredita-se que os resultados do estudo terão influência na escolha dos temas para edições futuras dos jornais Eco Kids e Eco Teens, incentivando abordagens sobre áreas eventualmente silenciadas (KAWASAKI; CARVALHO, 2009, p. 154), que não entraram suficientemente na pauta dos jornais ambientais. Servirá também para a instrumentalização da gestão educacional ambiental na área de abrangência do estudo, pois permitirá aos órgãos gestores destacar a importância de tratamento ou de estudo de determinadas temáticas, reorientar práticas e corrigir deficiências que forem detectadas na educação ambiental.

O artigo é composto por esta introdução, quatro seções e pelas considerações finais. A primeira seção discute a educação ambiental e sua significância, pela proximidade da temática em relação ao aluno. A seção subsequente apresenta o projeto Eco Kids e Eco Teens, com foco em seu histórico, objetivos e fundamentação legal, seguida da apresentação da área geográfica

de estudo, efetuada na terceira seção. Na última seção serão indicados os procedimentos metodológicos da pesquisa, os dados coletados e efetuada sua análise. Ao cabo, serão tecidas as considerações finais, com a confirmação ou não da hipótese de trabalho da qual se partiu, formulada da seguinte forma: **a articulação espacial para fins de educação ambiental na região Sudoeste da Bahia, compreendendo as pesquisas e estudos realizados com alunos da educação básica para fins de publicação nos jornais Eco Kids e Eco Teens, é predominantemente local?**

7.2 DA VALORIZAÇÃO DA TERRITORIALIDADE LOCAL PARA A PROMOÇÃO DE APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999) elenca a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais como um de seus princípios, para que se atinja a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a conservação do meio ambiente.

O texto legal observa as Recomendações n.º 1 e 2 da Conferência de Tbilisi (CONFERÊNCIA..., 1994, p. 30; 32), onde a sensibilização dos alunos, especialmente dos mais jovens, sobre os problemas ambientais existentes em sua própria comunidade, constou como princípio diretor da Educação Ambiental. Assim sendo, as questões ambientais relacionadas ao cotidiano dos estudantes e da comunidade podem servir como conteúdo de educação ambiental, tanto para estudo, como para busca de soluções, dentro de uma concepção resolutiva, servindo como base propulsora para projetos educadores ambientalistas (ABRANTES; SOUSA, 2016, posição 2068 de 2429; BIASOLI, 2018, posição 185 de 187; COMPIANI, 2007, p.43; SOMMERMAN *et al.*, 2009, p. 120).

Como sintetizam Brandão (2007, p. 7), Silva, Rezende e Freitas (2017, posição 2676 de 7662), já que a vida está entrelaçada à educação, a contextualização e a construção do conhecimento, partindo do cotidiano dos alunos, pode diminuir o alheamento destes em relação ao conteúdo apresentado. Contudo, nem sempre o lugar do aluno ou da escola fazem parte do escopo dos livros didáticos, os quais podem ser, muitas vezes, os únicos instrumentos de trabalho docente (SAMPAIO, 1994, posição 407 de 986). Os livros didáticos, além da

reprodução de conteúdos fragmentados (SAMPAIO, 1994, posição 407 de 986), podem se contentar com conceitos genéricos, supondo sua aplicabilidade a todo contexto espacial (COMPIONE, 2007, p. 43), distanciando-se do aluno e de sua realidade social.

Tendo presentes tais limitações, passa-se a analisar o projeto de educação ambiental Eco Kids e Eco Teens, para verificação do modo de implantação, objetivos e foco espacial que confere nas atividades pedagógicas.

7.3 DO PROJETO ECO KIDS E ECO TEENS

Trata-se de projeto idealizado pelo Ministério Público da Bahia, que tem como objetivo a implantação da educação ambiental em escolas públicas e privadas, não só nos moldes preconizados pela Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999), mas também de forma atrativa para os alunos, gerando sua participação ativa na construção do conhecimento. Com foco na educação formal e no público infanto-juvenil, é desenvolvido mediante parcerias, valendo-se das ferramentas da comunicação, associadas às áreas educacional e ambiental, para amparar a produção de material interdisciplinar sobre meio ambiente.

O carro-chefe do projeto são os jornais ambientais Eco Kids e Eco Teens. São periódicos criados com participação autoral dos alunos, no formato de revista ou de tabloide, que servem como material educativo. Com eles, estimula-se a diversificação dos meios de produzir textos e imagens e de estimular reflexões, potencializando a expressão comunicacional ambiental

Os jornais Eco Kids e Eco Teens diferenciam-se quanto à faixa etária dos alunos que os elaboram. Para começar, o jornal Eco Kids é produzido com o envolvimento de alunos da educação infantil até o fundamental I, com faixa etária entre 5 a 12 anos de idade. Já o jornal Eco Teens é produzido por adolescentes e jovens que cursam o fundamental II e ensino médio, podendo compreender a Educação de Jovens e Adultos (EJA) (BAHIA, 2019).

É mister observar que a inclusão do ensino médio depende da participação de escolas estaduais ou de escolas privadas que ofereçam esse nível de ensino. Como sabido, pela divisão de redes de ensino, tal fase da educação básica é atribuição dos estados, nos termos do artigo 211, § 3º, da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Nos municípios em que a parceria para a execução do projeto não engloba a rede estadual, a extensão do jornal Eco Teens ao ensino

médio pode ser cumprida por escola privada, considerando que os municípios, como regra, não atendem a esse nível, posto que lhes incumbe constitucionalmente o ensino fundamental e a educação infantil, de maneira prioritária (BRASIL, 1988).

Dentro dessa configuração, o projeto Eco Kids e Eco Teens admite instituições de ensino privadas e públicas, estas tanto da rede estadual, como da rede municipal de ensino. Isto satisfaz a um dos princípios de educação ambiental, previsto no artigo 4º, inciso III, da Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999), de observar-se ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, promovido pela articulação de diferentes categorias administrativas de ensino, como giza o artigo 19 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996).

Outro diferencial é a destinação de penas alternativas, decorrentes de práticas de infrações ambientais, para o custeio da impressão gráfica dos jornais ambientais Eco Kids e Eco Teens (CHERUBINI, 2016, n.p). Essa destinação permite que as sanções por infrações retornem de forma útil para a sociedade, mediante a publicação de material educativo sobre meio ambiente, sem custo quer para a unidade escolar quer para a comunidade.

Cabe referir que a produção e intercâmbio de materiais de apoio que tratem sobre meio ambiente foi sugestão dada em artigo de autoria de Sorrentino *et al.* (2005, p. 293-296), há mais de quinze anos. Esta sugestão não só se mantém atual, com previsão no artigo 8º, inciso III, da Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999), como veio a ser reforçada na quinta edição do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) (BRASIL, 2018).

O projeto Eco Kids e Eco Teens iniciou em 2009, em Ilhéus (ANBAR, 2014) como ação individualizada de uma Promotoria de Justiça. Sua encampação como projeto integrante do planejamento estratégico do Ministério Público da Bahia ocorreu no ano de 2014 (D'EÇA, 2014) para desenvolvimento nos municípios, mediante cooperação de órgãos públicos e privados.

A coordenação do projeto em cada município é exercida por um membro do Ministério Público da Bahia, que consulta e trabalha em parceria com um Conselho Editorial formado, com algumas variações, por integrantes da Secretaria Municipal de Educação, de Meio Ambiente, de Comunicação, Conselho Municipal de Meio Ambiente, de Educação e de Acompanhamento do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), além do órgão de representação da Secretaria Estadual de Educação, no caso da Bahia, os Núcleos Territoriais de Educação. Com isto, a educação ambiental, além de ser favorecida pela visão multidisciplinar da iniciativa, demonstra seu poder de aglutinação de profissionais de diversas áreas.

7.4 ÁREA DE ESTUDO

Seis municípios da região Sudoeste da Bahia, com distância aproximada de 500 km em relação à capital do Estado, foram tomados como palco para o estudo, no recorte temporal de 2014 a 2018, a saber: Anagé, Barra do Choça, Encruzilhada, Itapetinga, Nova Canaã e Vitória da Conquista.

Os municípios de Anagé, Barra do Choça, Encruzilhada e Vitória da Conquista integram o Território Sudoeste Baiano, composto por 24 municípios. Embora para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tais municípios integrem o bioma Mata Atlântica, com transição para a caatinga, estudos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia (SDE) (BAHIA, 2016, p. 3-5) situam o Território Sudoeste Baiano diretamente na caatinga. Como atividades econômicas, outros estudos (BAHIA, 2017, p. 5) destacam a agropecuária, notadamente cultura de café, bovinocultura para produção de leite, apicultura e avicultura. As principais bacias hidrográficas da região são as do Rio de Contas e do Rio Pardo.

Já Itapetinga e Nova Canaã estão inseridos no Território de Identidade do Médio Sudoeste, composto por 13 municípios, dos quais Itapetinga é considerado o polo de referência (COLEGIADO TERRITORIAL MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA, 2016, p.7). Ambos municípios voltam-se para a pecuária, usando o regime extensivo e semi-intensivo, diferenciando-se quanto ao tipo, uma vez que Itapetinga pratica atividade pecuarista de corte, marcada pela concentração fundiária (COLEGIADO TERRITORIAL MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA, 2016, p.8), enquanto Nova Canaã tem perfil agrário menos concentracionista, voltado para a pecuária de leite (COLEGIADO TERRITORIAL MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA, 2016, p.8), embora exerça, também, atividades agrícolas por núcleos produtivos da agricultura familiar (ZEE BAHIA, [2014?], p. 63).

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019c), Itapetinga e Nova Canaã estão inseridos no Bioma Mata Atlântica. No entanto, no Zoneamento Ecológico-Econômico da Bahia (ZEE BAHIA, [2014?], p. 61), o Território Médio Sudoeste, onde estão situados, está enquadrado no semiárido. Quanto à hidrografia, podem ser mencionados os Rios Pardo, Catolé Grande, Gongoji, Colônia e Salgado como os de maior destaque no território

(COLEGIADO TERRITORIAL MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA, 2016, p.13; ZEE BAHIA, [2014?], p. 63).

O Município de Vitória da Conquista (BA), que dista cerca de 509 km de Salvador, capital do Estado (DADOS..., 2019), é considerada a terceira maior cidade da Bahia (TERCEIRA..., 2017; IBGE, 2019d). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019e), a população foi estimada em 341.597 habitantes para o ano de 2019, a qual se divide entre a sede e seus 11 distritos, denominados Bate Pé, Cabeceira da Jiboia, Cercadinho, Dantelândia, Iguá, Inhobim, José Gonçalves, Pradoso, São João da Vitória, São Sebastião e Veredinha (DADOS..., 2019).

Possui aterro sanitário convencional (ATERRO..., 2012; ZEE BAHIA, [2014?], p. 108), situação não acompanhada pelos demais municípios de seu território. Conta com cooperativa de catadores, denominada Cooperativa Recicla Conquista (COLETA..., 2018) e empresas destinadas a recolhimento de resíduos para reciclagem. Sob o aspecto de malha hídrica, o destaque vai para o Rio Verruga, cujas nascentes ficam situadas no interior da Reserva do Poço Escuro, área com 17 hectares de remanescentes da Mata Atlântica, vegetação de coatinga e mata de cipó (RESERVA..., 2015).

Vitória da Conquista possui quatro unidades de conservação de caráter municipal, denominadas Parque Municipal Urbano Lagoa das Bateias, Parque Municipal Urbano da Lagoa do Jurema e Parque Municipal Serra do Periperi, Reserva do Poço Escuro, todas previstas no artigo 23 do Código Ambiental do Município (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2007). Em abril de 2019, foi criado o Parque Municipal do Rio Verruga (PREFEITO..., 2019).

Outros locais associados à conservação do ambiente natural, arborização urbana ou proteção de fauna são o Horto Florestal Vilma Dias, o Herbário Sertão da Ressaca e o Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas), os quais estão sob o gerenciamento da Secretaria de Meio Ambiente do município (MEIO..., 2019). Entre outras atividades, o Herbário dedica-se à produção de mudas para recuperação de áreas degradadas no Parque Municipal da Serra do Periperi (HERBÁRIO..., 2017).

A proximidade de Vitória da Conquista em relação a Barra do Choça, cerca de 30 km, favorece o deslocamento entre esses municípios. Em Barra do Choça, encontram-se as barragens de Água Fria I e II, que servem ao sistema de abastecimento de Vitória da Conquista. Há referências ao desmatamento da região, para fins de cultivo do café e, mais recentemente, para a cultura de eucalipto (AMORIM; BRITO; SILVA JÚNIOR, 2016, p. 97; ROCHA; SOARES, 2016, p. 61). Como locais de interesse em Barra do Choça, por belezas cênicas,

paisagens naturais e presença de nascentes, mencionam-se a região do Sossego (AMORIM, 2019) e o distrito de Barra Nova (ROCHA; SOARES, 2016, p. 56).

Anagé é município situado em zona de sertão e caatinga (IBGE, 2019a), à margem direita do Rio Gavião, o qual é, por sua vez, principal tributário do Rio de Contas (SILVA, 2011, p. 78). Em seu território, no médio curso do Rio Gavião (ALCÂNTARA, 2007, p. 59; ROCHA; LIMA, 2018, p.173), foi construída uma barragem por iniciativa do governo federal, por meio do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), para irrigação, abastecimento e piscicultura (PARTIDO..., 2016, p. 5; SILVA, 2011, p. 81). O caráter do Rio Gavião era intermitente, sendo chamado de rio seco, mas a partir da edificação da Barragem de Anagé, foi perenizado (ALCÂNTARA, 2007, p. 53). Anajé, em tupi-guarani, significa gavião de rapina (ANAJÉ...2019). A ave gavião é associada à história local, quer em decorrência da proximidade ao Rio Gavião, quer pela denominação do próprio município, sendo representada por um monumento no centro da cidade (ALCÂNTARA, 2007, p. 59).

Para completar a área de estudo, apresenta-se o Município de Encruzilhada, o qual faz divisa, ao sul, com os municípios de Mata Verde e Divisópolis, em Minas Gerais. Embora situado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no bioma Mata Atlântica (IBGE, 2019b), as características desse município são percebidas como de caatinga. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (BAHIA, 2016, p. 4) e a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (BAHIA, 2017, p. 6), o município tem como atividade econômica a produção de cafés despulpados, com aceitação no comércio interno ou para o exterior, bem como o plantio de mandioca.

7.5 METODOLOGIA

Tomou-se como campo de ação um universo de 51 jornais estudantis produzidos em Anagé, Barra do Choça, Encruzilhada, Itapetinga, Nova Canaã e Vitória da Conquista. Os jornais consultados estavam publicados *online* no *site* do projeto Eco Kids e Eco Teens ou disponíveis na Biblioteca Procurador de Justiça Fernando Steiger Tourinho de Sá, na sede do Ministério Público da Bahia, em Salvador, e na Promotoria de Justiça Regional de Meio Ambiente de Vitória da Conquista, sob a forma impressa.

Em um primeiro momento, realizou-se consulta ou leitura flutuante, assim entendida uma leitura não-estruturada, efetuada de forma intuitiva e aberta a ideias e reflexões (BARDIN, 2016, p. 75), sem o compromisso de sistematização (CAMPOS, 2004, p. 613). O objetivo dessa leitura foi inteirar-se do material pesquisado, alcançando uma visão geral dos documentos, de suas principais ideias e significados (CAMPOS, 2004, p. 613).

O segundo momento da pesquisa foi destinado à leitura organizada e sistematizada, com registro e contagem dos itens de significação, para dar origem à estruturação de códigos ou dados (CAMPOS, 2004, p. 613). Operou-se nesta fase a análise temática, definida por Bardin (2016, p. 77) como “a contagem de um ou vários temas ou itens de significação numa unidade de codificação previamente determinada”.

Registra-se a opção pelo estudo dos títulos contidos nos jornais, seja em sua capa, seja em sua paginação interna, diante de sua importância na redação jornalística. Os títulos, também denominados manchetes (NASCIMENTO; PRADO, 2009, posição 2186 de 2813), têm a função de indicar a informação de maior destaque. Além disso, atuam como elemento de captação do leitor. São o principal e, em muitas ocasiões, “o único ponto de contato de muitos leitores com a notícia” (MANUAL..., 2018, p. 78). Como explica Randerson (2014, posição 352 de 791), “os títulos (*headlines*) precisam encapsular as histórias e vendê-las para o leitor.” Desse modo, os títulos resumem (NASCIMENTO; PRADO, 2009, posição 2226 de 2813) ou apontam especiais aspectos da notícia (MANUAL..., 2018, p. 119).

Posteriormente, os títulos foram classificados em relação a dois grandes blocos, comportamento ou conhecimento. A escolha dessas denominações decorreu do conceito trazido pela Lei n. 9.759, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999), que trata da Política Nacional de Educação Ambiental e considera a educação ambiental um processo de construção de conhecimento, habilidades, valores sociais, atitudes e competências. Sob o signo comportamento foram incluídas todas as referências a valores sociais, atitudes e habilidades. São exemplos os títulos *Amigos do Meio Ambiente* e *Salve o Planeta*. No bloco denominado conhecimento, a seu turno, foram reunidos os títulos que expressavam instruções, orientações, conceitos, objetos de pesquisa, de estudo ou de informação transmitida, como *Saneamento e Barragens*.

Para fins de pontuação de cada unidade de análise, valorou-se o posicionamento da matéria no corpo do jornal. Considerou-se a hierarquia de conteúdo, externada pelo critério de organização gráfica de um jornal, que observa a primazia do lado direito sobre o esquerdo (DAMASCENO, [2013?], p. 31) no momento da distribuição das matérias (DAMASCENO,

[2013?], p. 20). Atribuiu-se o valor três para títulos da capa, dois para títulos constantes das páginas ímpares (páginas três, cinco e sete) e, por fim, valor um para títulos inseridos em páginas pares (páginas dois, quatro, seis e oito).

Cada edição dos jornais Eco Kids ou Eco Teens foi estudada em separado. Os títulos encontrados e o valor de pontuação atribuída foram anotados em planilhas específicas, elaboradas para registrar modalidade do jornal, município, unidade escolar e blocos. Uma vez preenchidas tais planilhas, deu-se início à formação das categorias-síntese (CÂMARA, 2013, p. 187), fundamentadas nas palavras centrais de cada título.

Para tanto, foram efetuados agrupamentos e reagrupamentos por semelhança de sentido e traçadas tantas categorias quantas fossem necessárias para acomodar os assuntos, com seu registro igualmente em planilhas. Procedeu-se à soma dos dados numéricos, decorrentes da pontuação obtida pelo posicionamento temático no corpo do jornal, obtendo-se valores absolutos e frequenciais em cada bloco.

Em sequência, as categorias foram organizadas em ordem decrescente de valores, obtendo-se sua hierarquização. No caso de dois temas apresentarem idêntica pontuação, ambos foram considerados no mesmo patamar para efeito de avaliação do ranqueamento ou ordem de classificação. Cabe esclarecer, ainda, que a repetição temática não significa, necessariamente, o tratamento do assunto em diferentes jornais. O tema pode ter sido tratado reiteradamente em um mesmo jornal ou edição, apenas em espaçamentos, colunas ou páginas diferenciadas.

7.6 DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação aos municípios do estudo, verifica-se que o projeto foi implantado em Vitória da Conquista e Barra do Choça no ano de 2014 (BAHIA, 2019; PINHEIRO, 2014; VITÓRIA DA CONQUISTA, 2016). Em 2016, foi implantado em Anagé e Encruzilhada (MIRANDA, 2015), tendo execução até o final desse ano. No ano seguinte, contou com a adesão dos municípios de Itapetinga (DAMACENO, 2017) e Nova Canaã (CARVALHO, 2017), que permanecem com a execução das atividades.

Vitória da Conquista, no período da pesquisa, liderou a produção quantitativa dos jornais. Lançou 11 edições de jornal Eco Kids e 16 edições do jornal Eco Teens, com envolvimento de 13.925 alunos, de 27 escolas. Em seguida, adveio o município de Barra do

Choça, com seis edições de cada um dos jornais e envolvimento de 4.585 alunos, em 12 escolas. Itapetinga pontuou como terceiro município em número de edições, com seis edições produzidas até o ano de 2018, com a interação de 1.952 alunos, pertencentes a seis escolas. Anagé, Encruzilhada e Nova Canaã lançaram, cada qual, duas edições dos jornais, uma na modalidade Kids e outra na modalidade Teens, com envolvimento respectivo de 460, 420 e de 1.078 alunos, de seis escolas. Deste modo, foram produzidas 51 edições dos jornais ambientais, totalizando 22.420 alunos no projeto Eco Kids e Eco Teens nesses seis municípios da região Sudoeste da Bahia até 2018, como detalhado no Figura 7, a seguir:

Figura 7 - Quantitativos de alunos e de edições por município no projeto Eco Kids e Eco Teens.

ECO KIDS												
	ANAGÉ		ENCRUZ.		N. CANAÃ		ITAPET.		B. CHOÇA		V. CONQUIS.	
ANO	EDIÇÕES	ALUNOS	EDIÇÕES	ALUNOS	EDIÇÕES	ALUNOS	EDIÇÕES	ALUNOS	EDIÇÕES	ALUNOS	EDIÇÕES	ALUNOS
2014									1	380	2	1250
2015									2	782	4	1235
2016	1	160	1	240	1	378			1	224	1	180
2017							3	936	1	403	1	469
2018							1	581	1	592	3	1130
PARCIAL	1	160	1	240	1	378	4	1517	6	2381	11	4264
ECO TEENS												
	ANAGÉ		ENCRUZ.		N. CANAÃ		ITAPET.		B. CHOÇA		V. CONQUIS.	
ANO	EDIÇÕES	ALUNOS	EDIÇÕES	ALUNOS	EDIÇÕES	ALUNOS	EDIÇÕES	ALUNOS	EDIÇÕES	ALUNOS	EDIÇÕES	ALUNOS
2014									1	380	1	350
2015									2	574	2	1400
2016	1	300	1	180	1	700			1	900	5	2834
2017							2	435	1	160	5	2835
2018									1	190	3	2242
PARCIAL	1	300	1	180	1	700	2	435	6	2204	16	9661
TOTAL	2	460	2	420	2	1078	6	1952	12	4585	27	13925

Fonte: Dados da Pesquisa

A quantidade de temas é variável entre os municípios, em quaisquer das modalidades dos jornais ou entre os blocos comportamento e conhecimento. Por exemplo, na modalidade dos jornais Eco Kids, os municípios enfocaram de 4 a 171 temas no bloco conhecimento. O quantitativo depende do número de edições publicadas e da maior ou menor habilidade de diagramação dos jornais, para compreender mais ou menos matérias. Sem deixar de considerar a intencionalidade da própria escola, no sentido de querer um jornal mais denso, no estilo informativo, ou preferir deixá-lo com leveza e atratividade por cores, imagens ou espaços livres.

Considerando esse quantitativo, o artigo limitar-se-á aos resultados do bloco conhecimento, com a apresentação, neste momento, dos temas mais pontuados dos jornais Eco Kids e Eco Teens de cada município.

7.6.1 Dos resultados em Vitória da Conquista

Principia-se pela análise dos dados dos jornais Eco Kids de Vitória da Conquista. Dos seis municípios, Vitória da Conquista atingiu o maior quantitativo de temas ambientais nos jornais Eco Kids, no bloco conhecimento, com 171 temas. Como antecipado, tal fato está relacionado com o número de edições anualmente lançadas e do tempo de continuidade no projeto.

O tema mais abordado nessa modalidade de jornal no município foi *Poço Escuro*, como pode ser visto no Quadro 6. Em segundo lugar, dois temas foram abordados com a mesma pontuação, *água e dicas sobre reutilização, redução e reciclagem de materiais*. Em terceiro lugar, igualmente empatados, ficaram os temas *meio ambiente e arborização*. O primeiro tema em colocação é um tema local, inclusive de proteção ambiental positivada, por ser reserva florestal do município.

Quadro 6 - Temas mais pontuados em Vitória da Conquista - jornais Eco Kids

VITÓRIA DA CONQUISTA- ECO KIDS	
Poço Escuro	17
Água	12
Reduzir, reutilizar, reciclar (dicas)	12
Meio Ambiente	11
Árvore/arborização	11
	63

Fonte: Dados da Pesquisa

De todos os temas abordados pelos jornais Eco Kids de Vitória da Conquista, a representatividade de assuntos locais é de 25,73%. Além do Poço Escuro, os alunos efetuaram visitas de campo a outros espaços do município, elegendo-os como fonte de matérias jornalísticas. As demais temáticas locais foram *Horto Florestal, Horta Comunitária do Bairro Kadija, Lagoa das Bateias, Rio Verruga, Fazenda Experimental, Bosques de Eucaliptos e Serra do Periperi*. Com exceção destes dois últimos, os demais temas foram abordados mais de uma vez nos jornais Eco Kids, como pode ser visto do Quadro 7.

Quadro 7 - Temas locais em Vitória da Conquista - jornais Eco Kids

VITÓRIA DA CONQUISTA - temas locais	
Poço Escuro	17
Horto Florestal	7
Horta Comunitária do Bairro Kadija	6
Lagoa das Bateias	5

Rio Verruga	4
Fazenda Experimental	3
Bosques de Eucaliptos	1
HQ Serra do Periperi	1
25,73%	44

Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação aos jornais Eco Teens, o município de Vitória da Conquista foi o único, na região Sudoeste da Bahia, a envolver a rede estadual, situação que facilitou o alcance do ensino médio. Nessa modalidade de jornal, foram abordados 29 temas locais, que atingiram 100 pontos, representando 37,59% da pontuação total.

Efetuada a valoração por hierarquia e posicionamento de títulos, explicada na metodologia, constatou-se que os jornais Eco Teens apresentaram, em primeiro lugar, o tema *Rio Verruga*, manancial que percorre o território do município. Em segundo e terceiro posicionamentos, também despontaram títulos relacionados a projetos locais, desenvolvidos pelas escolas, sob a denominação *projetos da escola* e *projeto Eco Teens*. Avançando-se para posições sucessoras, apareceram os temas *Feirinha do Bairro Brasil* e *Poço Escuro*, igualmente temas locais. O Quadro 8, abaixo, apresenta os cinco temas locais mais pontuados de Vitória da Conquista, na modalidade Eco Teens.

Quadro 8 - Temas locais em Vitória da Conquista - jornais Eco Teens

VITÓRIA DA CONQUISTA – temas locais	
Rio Verruga	15
Projetos da Escola	14
Projeto Eco Teens	8
Feirinha do Bairro Brasil	7
Poço Escuro, reserva ambiental	5
	49

Fonte: Dados da Pesquisa

7.6.2 Dos resultados em Barra do Choça

Em Barra do Choça, que tem o segundo maior quantitativo de edições no Sudoeste da Bahia, o tema que encabeçou o ranqueamento dos jornais ambientais, na modalidade Eco Kids, foi *reciclagem*. Em segundo lugar, predominou a temática *lixo* e em terceiro, *água*. O total de valoração dos temas atingiu 147 pontos nessa modalidade de jornal. Quando considerados somente os temas de abordagem mais restrita ao território, 15 locais foram apontados e visitados

pelos alunos do fundamental I de Barra do Choça, incluindo ponto de visitação em Vitória da Conquista, o referido Poço Escuro. Os assuntos locais atingiram 35,37% da pontuação temática de Barra do Choça, como ilustrado no Quadro 9, em sequência:

Quadro 9 - Temas locais em Barra do Choça - jornais Eco Kids

BARRA DO CHOÇA	
Visita ao Poço Escuro	12
Visita ao Rio Catolé Grande - poluição nos rios	8
Visita às Barragens de Água Fria	7
Visita à Acresol	4
Visita à Cotefave	3
Visitas a nascentes	3
Visita à RPPN em Barra do Choça	2
Visita à Fábrica de Mel	2
Visita à região do Sossego	2
Visita ao Sítio Antônio	2
Visita ao aterro sanitário de Barra do Choça	2
Visita à Sucata Esperança	2
Visita à Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa)	1
Visita à Cachoeira de Zé Duda	1
Visita à Cooperativa de Reciclagem em Vitória da Conquista	1
35,37%	52

Fonte: Dados da Pesquisa

Como pode ser visto do Quadro 9, o Poço Escuro serviu como matéria para os jornais ambientais de Barra do Choça, apesar de estar localizado em Vitória da Conquista. As narrativas nos jornais ambientais sobre bem situado em outro território concretizam um dos princípios e um dos objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental. Como previsto legalmente, a educação ambiental deve promover a abordagem articulada das questões locais e regionais, com estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, nos termos dos artigos 4º, inciso VII e 5º, inciso V, da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999).

Em relação aos jornais Eco Teens, produzidos pelos alunos do fundamental II, as proposições principais foram diversificadas. O título *Eucaliptos* foi predominante, com 17 pontos, seguido por *Água e Barragens de Barra do Choça e de Barra Nova*, sendo este último local um distrito do município pesquisado. Quando isolados os temas locais, pode-se vislumbrar a preocupação com espaços ambientalmente protegidos tanto de Barra do Choça, como do vizinho município de Vitória da Conquista. Dentre eles, os temas pontuados em terceiro a quinto lugares, todos situados em Vitória da Conquista. O Quadro 10 elenca os temas locais utilizados para fins de educação ambiental em Barra do Choça.

Quadro 10 - Temas locais em Barra do Choça - jornais Eco Teens

BARRA DO CHOÇA- somente temas locais nos jornais Eco Teens	
Barragens de Barra do Choça e Barra Nova	13
Barra Nova	8
Visita à Cooperativa Recicla Conquista	3
Museu Regional da UESB	3
Lagoa das Bateias	3
Associação Revendedores Produtos Agrotóxicos do Sudoeste (ARAS)	3
Poço Escuro	2
Visita ao Bairro Bom Retiro, estação de tratamento de esgoto, Rio da Passagem e Biquinha	2
Situação dos rios de Barra do Choça	2
Descarte do lixo no Hospital de Barra do Choça	2
Região Pau Brasil	2
Passeio ecológico no assentamento Cangussu	2
Visita à Cooperbac (Cooperativa Mista de Pequenos Cafeicultores de Barra do Choça e Região Ltda.)	2
Rio Catolé [Grande]	1
Associação de Moradores para Defesa do Meio Ambiente (ABDEMA)	1
O meio ambiente de Barra do Choça	1
A mata de Zêra	1
Depoimentos sobre a Escola Jorge Delano	1
37,14%	52

Fonte: Dados da Pesquisa

7.6.3 Dos resultados em Itapetinga

Revelando-se, neste momento, os dados dos seis jornais Eco Kids publicados pelo Município de Itapetinga no período da pesquisa, aponta-se para a maior pontuação do assunto *futuro e meio ambiente*. Em segundo lugar, o tema mais pontuado foi *reciclagem e reutilização dos materiais*. Por fim, em terceiro lugar, despontou a temática *lixo*. A pontuação total foi de 41 pontos, com 13 unidades de análise. Os assuntos locais representaram 19,51% dos temas, com abordagem de três itens, como pode ser visto do Quadro 11.

Quadro 11 - Temas locais em Itapetinga - jornais Eco Kids

ITAPETINGA- temas locais dos jornais Eco Kids	
Rio Catolé	3
Visita ao Parque Poliesportivo da Lagoa	3
Visita ao Recicla, Indústria e Comércio de Recicláveis	2
19,51%	8

Fonte: Dados da Pesquisa

As escolas de Itapetinga revelaram interesse pelo tópico *horta escolar* para a produção dos jornais Eco Teens. Foi o assunto que liderou a listagem temática, com oito pontos. Em segundo lugar, as escolas itapetinguenses abordaram o *Projeto Defensores da Escola* e o tema

uso de água e energia, o primeiro com sete pontos e o segundo, com quatro pontos. Em termos de assuntos locais, além do Projeto Defensores da Escola, apareceram, cada qual uma única vez, os temas Projeto Eco Teens e agressão ao meio ambiente de Itapetinga, como exposto no Quadro 12, em seqüência.

Quadro 12 - Temas locais em Itapetinga nos jornais Eco Teens

ITAPETINGA	
Projeto Defensores da Escola	7
Agressão ao meio ambiente de Itapetinga	1
Projeto Eco Teens	1
21,95%	9

Fonte: Dados da Pesquisa

7.6.4 Dos resultados em Anagé

Em Anagé, foi produzida uma única edição do jornal Eco Kids, no ano de 2016, a qual trouxe cinco assuntos, pontuados pelo posicionamento, como esclarecido na metodologia, em 40 pontos. O assunto mais valorado foi o *Rio Gavião*, tema de caráter local, considerando que é o manancial que margeia o território daquele município. Dos cinco assuntos, três podem ser tomados como de âmbito local, atingindo 65% dos temas enfocados nos jornais Eco Kids daquele município. São eles: *Rio Gavião*, *Barragem de Anagé* e *Lixo em Anagé*, que totalizaram 26 pontos. A circunstância de edição única permitiu apresentar no próprio corpo deste artigo todas as temáticas abordadas no bloco conhecimento em Anagé, como mostra o Quadro 13, logo abaixo:

Quadro 13 - Temas do jornal Eco Kids de Anagé no ano de 2016

ANAGÉ	
Rio Gavião	13
Barragem de Anagé	11
Importância da água	8
Reciclagem	6
Lixo em Anagé	2
100%	40

Fonte: Dados da Pesquisa

A análise da única edição do jornal Eco Teens de Anagé, publicada em 2016, permitiu a compilação de nove unidades de análise ou títulos, valorados por posicionamento no corpo

da edição em 34 pontos. O título mais pontuado foi *solo*, com 12 pontos, seguido por *lixo e reciclagem*, com oito pontos e *água*, com seis pontos. A edição trouxe dois temas locais, posicionados em sétimo e nono lugares, sendo eles, respectivamente, *história do Povoado de Lindo Horizonte* e *Barragem de Bengo*. O Quadro 14, a seguir, ilustra, os temas gerais e locais do município de Anagé, na visão dos alunos do fundamental II.

Quadro 14 - Temas do jornal Eco Teens de Anagé do ano de 2016

ANAGÉ - TODOS OS TEMAS - ECO TEENS	
Solo	12
Lixo e reciclagem	8
Água	6
Vulcão	2
Caatinga	2
Água, lixo, reciclagem, fauna e flora	1
História do Povoado de Lindo Horizonte	1
Fauna e flora	1
Barragem de Bengo	1
100%	34

Fonte: Dados da Pesquisa

7.6.5 Dos resultados em Encruzilhada

Similarmente a Anagé, o município de Encruzilhada publicou edição única do jornal Eco Kids no ano de 2016. Foram abordados quatro diferentes assuntos. O de maior pontuação foi o tema *caatinga*, com quatro pontos, como demonstra o Quadro 15, a seguir. Foi abordado um tema local, subsumido na categoria *fauna e flora do município*. Tal unidade atingiu o escore de três pontos, representando 25% da valoração temática do município.

Quadro 15 - Temas do jornal Eco Kids de Encruzilhada

ENCRUZILHADA	
Caatinga	4
Crimes contra a fauna - caça	4
Fauna e flora do município	3
Meio Ambiente	1
100%	12

Fonte: Dados da Pesquisa

A temática abordada pela única edição do jornal Eco Teens publicada, até o momento, pelo Município de Encruzilhada foi diversa da externada no seu jornal Eco Kids. Os alunos do

fundamental II mostraram interesse e elencaram como notícia para o jornal ambiental os temas *resíduos na Feira Livre de Vila do Café*, em primeiro lugar, *destino do lixo na Vila do Café*, em segundo lugar, e *destino da embalagem de agrotóxicos*, em terceiro lugar, como registra o Quadro 16, a seguir.

Quadro 16 - Temas do jornal Eco Teens de Encruzilhada

ENCRUZILHADA	
Resíduos na Feira Livre de Vila do Café	6
Destino do lixo na Vila do Café	5
Destino da embalagem de agrotóxicos	4
Importância e receita da reciclagem de papel	3
Poluição e meio ambiente	2
Visita ao Rio Malhado	2
Breve histórico da instituição escolar	1
100%	23

Fonte: Dados da Pesquisa

Os temas locais adotados pelo jornal Eco Teens de Encruzilhada foram *resíduos na Feira Livre de Vila do Café* e *destino do lixo da Vila do Café*, dois dos temas mais pontuados no município. Além deles, os itens *Visita ao Rio Mumbuca* e *Breve histórico da instituição escolar* inserem-se na articulação espacial local, como colocado no Quadro 17, a seguir. Juntos, esses temas somaram 14 pontos, representando 60,86% das temáticas do bloco conhecimento em Encruzilhada.

Quadro 17 - Temas locais do jornal Eco Teens de Encruzilhada

ENCRUZILHADA	
Resíduos na Feira Livre de Vila do Café	6
Destino do lixo na Vila do Café	5
Visita ao Rio Mumbuca	2
Breve histórico da instituição escolar	1
60,86%	14

Fonte: Dados da Pesquisa

7.6.6 Dos resultados em Nova Canaã

O Município de Nova Canaã encontra-se no terceiro ano consecutivo de execução do projeto, com planejamento de uma edição anual dos jornais ambientais, de modo alternado, ora Eco Teens, ora Eco Kids. Seu ingresso no projeto foi, como dito, no ano de 2017.

No ano de 2018, houve o lançamento da primeira e, por enquanto, única edição do jornal Eco Kids, já que as demais edições foram na modalidade Eco Teens. Essa edição apresentou seis temas, os quais, valorados por posicionamento, representaram 13 pontos. Destes, 53,84% foram matérias produzidas a partir de visitas de campo a locais do município, como o *Rio Vigário* e ao *meliponário*, cada qual valorada com três pontos. Os demais assuntos representaram 46,15% da pontuação total de Nova Canaã nessa modalidade de jornal. O Quadro 18, a seguir, ilustra todas as temáticas da edição mencionada.

Quadro 18 - Temas do jornal Eco Kids de Nova Canaã

NOVA CANAÃ	
Rio Vigário	3
Visita ao meliponário - mel e abelhas	3
Feira do conhecimento	3
Horta escolar	2
Morangos	1
Visita ao viveiro ou sítio comunitário	1
100%	13

Fonte: Dados da Pesquisa

A verificação dos temas do jornal Eco Teens de Nova Canaã, primeira edição, aponta para temas diversos. A edição foi elaborada por alunos do fundamental II de escola pública municipal, que elencaram em primeiro lugar, como temática de interesse, *saneamento*. Em segundo lugar, os adolescentes-jornalistas adotaram o tema *rios que passam por Nova Canaã*. Por fim, em terceiro lugar, o tema escolhido foi *água*.

O Quadro 19, em sequência, ilustra todas as temáticas da edição mencionada, sendo que dois foram os temas locais abordados, *rios que passam pelo município de Nova Canaã* e *depoimentos dos alunos sobre o projeto Eco Teens*. Excluídas essas duas temáticas locais, que representaram 32% do total da pontuação do bloco conhecimento, a escolha dos demais assuntos baseou-se em temas ambientais de âmbito geral.

Quadro 19 - Temas do jornal Eco Teens de Nova Canaã- 1ª edição

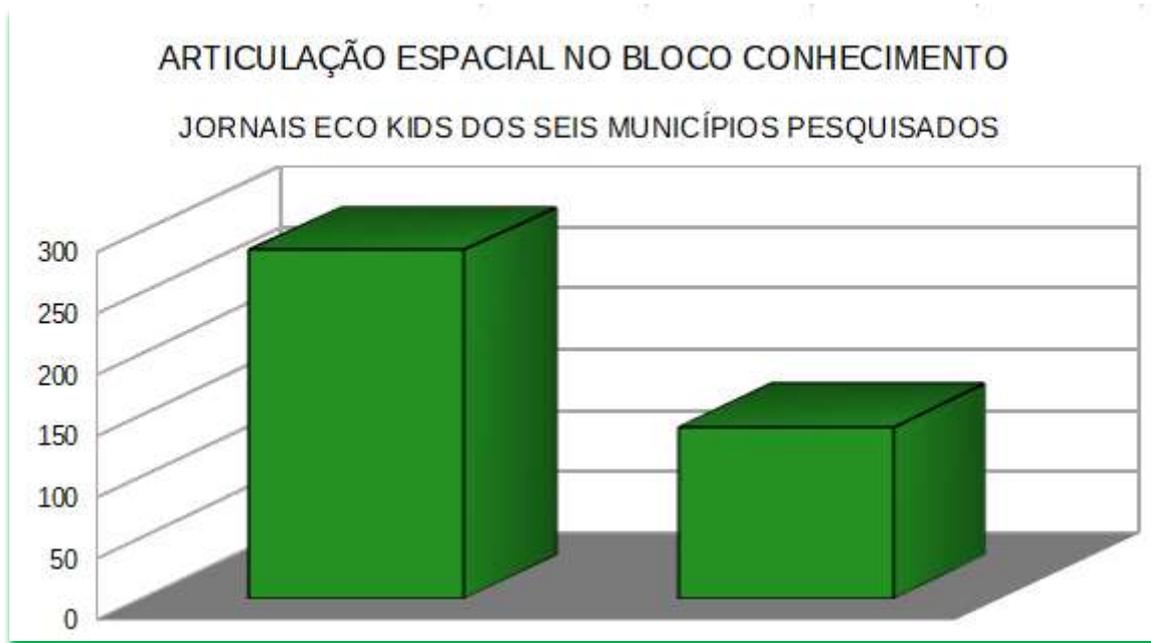
NOVA CANAÃ	
Saneamento básico	9
Rios que passam pelo município de Nova Canaã	7
Água	5
Importância da educação ambiental em atividade de campo	2
Depoimentos dos alunos sobre o projeto Eco Teens	2
Concurso de desenho	1
Meio ambiente limpo e poluição	1
Conferência Juvenil de meio ambiente	1
100%	28

Fonte: Dados da Pesquisa

7.6.7 Dos resultados dos seis municípios

Procedendo-se à reunião de todos os temas locais, abordados pelos seis municípios na modalidade Eco Kids, obtiveram-se 140 pontos. Os temas gerais enfocados nos jornais Eco Kids dos municípios em estudo totalizaram 284 pontos. Portanto, na modalidade dos jornais Eco Kids, a articulação espacial predominante foi geral, com 66,98 % da pontuação. Os temas de abordagem local representaram 33,01% das unidades de análise, como pode ser ilustrado na Figura 8, a seguir:

Figura 8 - Percentual de temáticas locais e gerais nos jornais Eco Kids nos municípios pesquisados.

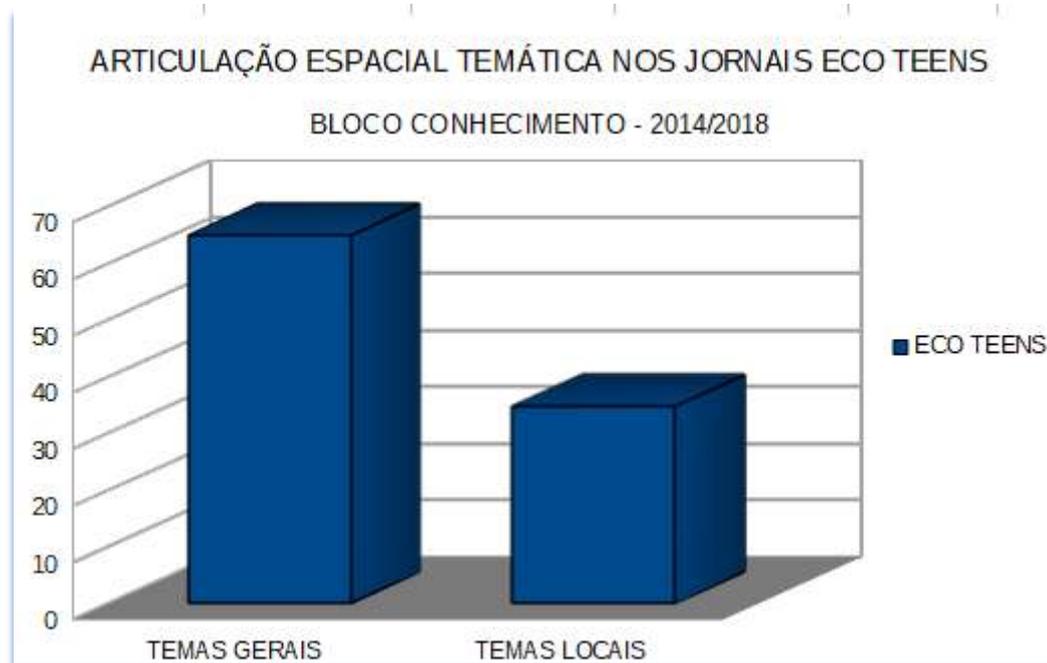


Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação aos jornais Eco Teens dos seis municípios pesquisados, idêntica situação pode ser referida, no sentido de predominância de tratamento de assuntos gerais nas atividades de educação ambiental. Do total de 532 pontos, 346 destinaram-se à abordagem de temas gerais, enquanto somente 186 pontos foram destinados aos temas de âmbito local. Traduzidos em porcentagem, os temas locais representaram 34,96% do total de pontos, enquanto os temas de

interesse geral representaram 65,03% da pontuação do bloco conhecimento, como a Figura 9, a seguir, ilustra.

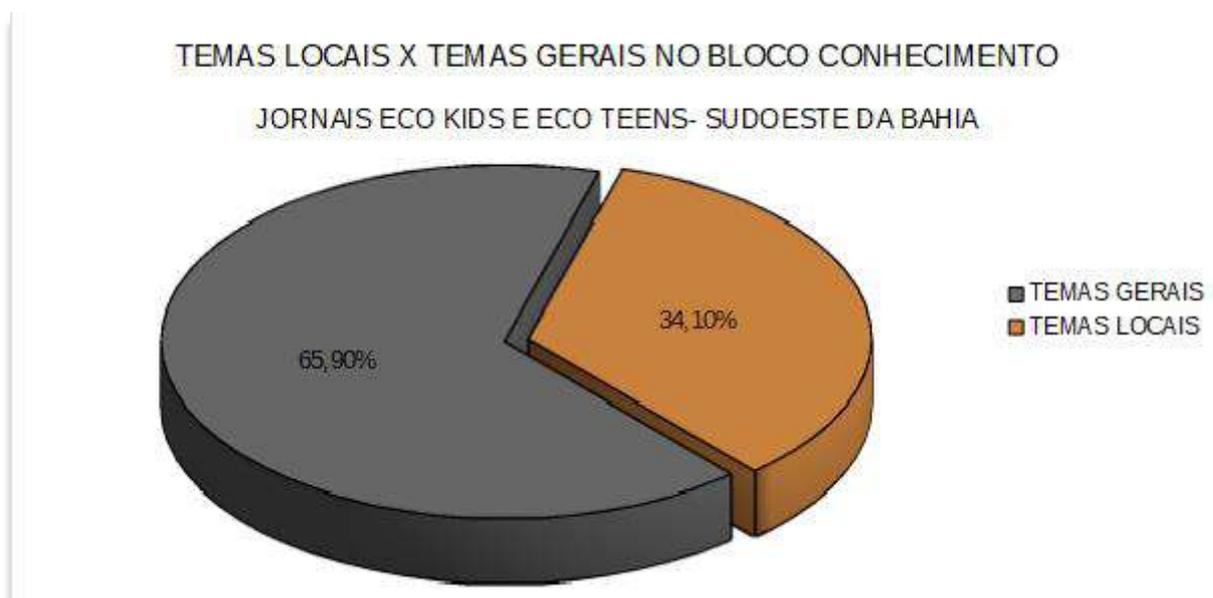
Figura 9 - Percentual de temáticas locais e gerais nos jornais Eco Teens nos municípios pesquisados.



Fonte: Dados da Pesquisa

Como pode inferir-se da análise, a reunião dos dados dos jornais Eco Kids e Eco Teens não terá o condão de modificar a representatividade das temáticas quanto à sua abordagem espacial predominante. Os resultados percentuais são próximos, ficando em 33,01% dos temas para assuntos locais, nos jornais Eco Kids, e 34,96% desse mesmo foco, para os jornais Eco Teens. A Figura 10 estampa os resultados encontrados para as duas modalidades, em termos percentuais.

Figura 10 - Temáticas locais e gerais nos jornais Eco Kids e Eco Teens nos municípios pesquisados.



Fonte: Dados da Pesquisa

Considerando a hipótese de trabalho formulada, no sentido de que a predominância temática de educação ambiental nos municípios da região Sudoeste da Bahia, quando da produção dos jornais Eco Kids e Eco Teens, era local, em termos de âmbito espacial, constatou-se o seu afastamento. A hipótese não se confirmou. Em ambas modalidades de jornais e nos seis municípios estudados, os assuntos gerais sobrepuseram-se freqüentemente aos temas de caráter local, isto é, os temas ambientais de caráter geral ou genérico foram predominantes nas atividades de educação ambiental.

7.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo primordial deste artigo foi apurar a articulação espacial predominante em seis municípios do Sudoeste da Bahia por ocasião do desenvolvimento do projeto Eco Kids e Eco Teens, a partir de análise do conteúdo dos títulos dos jornais ambientais produzidos em razão dessa iniciativa pedagógica, no período de 2014 a 2018. A hipótese de que se partiu foi a de que o assunto preponderante nos jornais Eco Kids e Eco Teens fora de caráter local, assim entendidos locais de visitação no município, públicos ou privados, ou assuntos peculiares que não despertariam muito interesse no compartilhamento com outros municípios.

Para a realização da pesquisa, valeu-se de análise documental, com utilização dos jornais Eco Kids e Eco Teens produzidos nos municípios baianos de Anagé, Barra do Choça, Encruzilhada, Itapetinga, Nova Canaã e Vitória da Conquista, no recorte temporal fixado. Procedeu-se à análise temática e frequencial, operando-se ranqueamento, bem como integração de métodos quantitativos e qualitativos para tratamento do conjunto de dados, em pesquisa que também se caracterizou como exploratória e empírica.

Embora a hipótese não tenha sido confirmada, já que a abordagem temática para o projeto de educação ambiental Eco Kids e Eco Teens foi, no período do estudo, predominantemente, de assuntos comuns, de âmbito geral, percebem-se avanços em relação à exposição de especificidades territoriais. As potencialidades locais e da região, que estavam apagadas ou sem tanto destaque no ensino convencional (SANTOS, 2000, p. 378), principiam a ser utilizadas para as atividades de educação ambiental na região Sudoeste da Bahia, servindo o projeto Eco Kids e Eco Teens como uma das bases propulsoras da sensibilização para o conhecimento do meio ambiente, relacionando-o ao cotidiano do sujeito da educação.

Como possibilidades de trabalhos futuros, pode-se indicar pesquisas sobre o alcance da ação educativa do projeto Eco Kids e Eco Teens, para atestar a incorporação dos conhecimentos ambientais às atividades cotidianas, verificando-se, pela internalização, a aprendizagem. De igual forma, prosseguir na avaliação do projeto elasticsendo o recorte temporal e de abrangência territorial, para apurar eventuais alterações do resultado quanto aos percentuais ora demonstrados de valorização da territorialidade e temáticas locais, articuladas com a dimensão global.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, M. G. L., SOUSA, R. P. Formação continuada e conectivismo: um estudo de caso referente às transformações da prática pedagógica no discurso do professor. In: SOUSA, R. P. *et al.* (orgs). *Teorias e práticas em tecnologias educacionais [online]*. Campina Grande: EDUEPB, 2016, p. 195-222. Edição Kindle. 2429 posições. ISBN 978-85-7879-326-5. Acesso em: 12 mar. 2019.

ALCÂNTARA, F. V. *As políticas de “desenvolvimento regional”*: o caso do projeto comunitário do rio Gavião no Sudoeste da Bahia (1996/2004). 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5614/1/FERNANDA_VIANA_ALCANTARA.pdf. Acesso em: 05 dez. 2019.

AMORIM, C. D.; BRITO, G. N. S.; SILVA JÚNIOR, M. F. Índice de sustentabilidade do Município de Barra do Choça-BA. *Redes*, Santa Cruz Sul, v. 21, n. 2, p. 87-106, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/6576/pdf>. Acesso em: 05 dez. 2019.

AMORIM, J. Incêndio em mata avança e ameaça reserva da Cachoeira do Pau Grande em Barra do Choça. *In: AMORIM, J. Blog do Jorge Amorim*, Barra do Choça, 17 mar. 2019. Disponível em: <http://blogdojorgeamorim.com.br/2019/03/aaincendio-em-mata-avanca-e-ameaca-reserva-da-cachoeira-do-pau-grande-em-barra-do-choca/>. Acesso em: 05 dez. 2019.

ANAJÉ. *In: DICIONÁRIO de Tupi-guarani. Portal São Francisco*, [2019?]. Disponível em: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/curiosidades/dicionario-de-tupi-guarani>. Acesso em: 4 dez. 2019.
ANBAR, Jornais "Eco Kids" e "Eco Teens" serão produzidos por estudantes de Vitória da Conquista. *Portal do Ministério Público da Bahia*, Salvador, 7 abr. 2014. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/noticia/28769>. Acesso em: 07 dez. 2019.

ANBAR, Jornais "Eco Kids" e "Eco Teens" serão produzidos por estudantes de Vitória da Conquista. **Portal do Ministério Público da Bahia**, Salvador, 7 abr. 2014. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/noticia/28769>. Acesso em 07 dez. 2019.

ATERRO Sanitário. *Portal da Prefeitura de Vitória da Conquista*, 7 dez. 2012. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/aterro-sanitario/>. Acesso em: 02 dez. 2019.

BAHIA. Ministério Público da Bahia. Conheça o projeto. *Portal do projeto Eco Kids e Eco Teens*. Salvador, 2019. Disponível em: <http://www.ecokidsecoteens.mpba.mp.br/pagina-exemplo/o-programa/>. Acesso em: 05 dez. 2019.

BAHIA. SDE- Secretaria de Desenvolvimento Econômico. *Estudos de Potencialidades Econômicas: Sudoeste Baiano*. Salvador: SDE, março 2016, 52 p. Disponível em: <http://www.sde.ba.gov.br/vs-arquivos/imagens/revista-pdf-11626.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2019.

BAHIA. SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Texto para discussão* [recurso eletrônico]. Salvador: SEI, 2017. n. 11, 11 p. Trimestral. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/texto_discussao_11.pdf. Acesso em: 4 dez. 2019.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016, 279 p.

BIASOLI, S. *Fundamentos de educação ambiental para sustentabilidade* (Universitária). Editora São Paulo: Editora Senac, 2018. Edição Kindle. 3085 posições.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 59. (Coleção Primeiros Passos 20). Disponível em: <https://pt.slideshare.net/cursoraizes/o-que-educao-brando-carlos-rodrigues>. Acesso em: 29 set. 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União 191-A*, Brasília, 05 out. 1988, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 nov. 2019.

BRASIL, Lei 9.394, de 20 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996, p. 27833. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL, Lei 9.795, de 27 abr. 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 abr. 1999, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 28 ago. 2018.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Educação Ambiental. Por um Brasil Sustentável: ProNEA, Marcos Legais & Normativos [recurso eletrônico]. Ministério do Meio Ambiente-MMA; Ministério da Educação - MEC. *Portal do Ministério do Meio Ambiente*, Brasília, DF: MMA, 2018, 5.a ed., 104.p. Disponível em: www.mma.gov.br/.../educacao-ambiental/.../98-pronea.html?...de-educacao-ambiental... Acesso em: 17 mar. 2019.

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. ▲ *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6 (2), jul - dez, 2013, p.179-191. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

CAMPOS, C. J. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília (DF) 2004, set/out; 57(5):611-4. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

CARVALHO, Q. 1º edição do Eco Teens é lançada em Nova Canaã. *Portal do Ministério Público da Bahia*. Salvador, 22 nov. 2017. Disponível em: <http://www.mpba.mp.br/noticia/40525>. Acesso em: 16 mar. 2019.

CHERUBINI, K. Projeto Eco Kids e Eco Teens. Conscientização e Educação Ambiental. *Instituto Innovare*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://premioinnovare.com.br/praticas/1251>. Acesso em: 16 mar. 2019.

COLEGIADO TERRITORIAL MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário*: Território do Médio Sudoeste Baiano, Itapetinga, 19 dezembro de 2016, 55 p. Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/2018/PTDRSS_Medio_Sudoeste_Versao_Final.pdf. Acesso em: 4 dez. 2019.

COLETA Seletiva. *Portal da Prefeitura de Vitória da Conquista*, Vitória da Conquista, 16 out. 2018. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/coleta-seletiva/>. Acesso em: 2 dez. 2019.

COMPIANI, M. O lugar e as escalas e suas dimensões horizontal e vertical nos trabalhos práticos: implicações para o ensino de ciências e educação ambiental. *Ciência & Educação*, v. 13, n. 1, p. 29-45, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v13n1/v13n1a03.pdf>. Acesso em: 07 out. 2018.

CONFERÊNCIA Intergovernamental sobre Educação Ambiental. Tbilisi, Geórgia, 14 a 26 de outubro de 1977. In: SÃO PAULO (Estado). Coordenadoria de Educação Ambiental. *Educação Ambiental e Desenvolvimento: documentos oficiais*. Secretaria de Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental. São Paulo: A. Secretaria, 1994. (Série Documentos). Disponível em: http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/cea/EA_DocOficiais.pdf. Acesso em: 07 dez. 2019.

DADOS Estatísticos. *Portal da Prefeitura de Vitória da Conquista*, Vitória da Conquista, 2019. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/dados-estatisticos/>. Acesso em: 2 dez. 2019.

DAMACENO, M. Jornal ambiental “Eco Kids” será lançado em Itapetinga. *Portal do Ministério Público da Bahia*. Salvador, 17 mar. 2017. Disponível em: <http://www.mpba.mp.br/noticia/36370>. Acesso em: 16 mar. 2019.

DAMASCENO, P. L. *Design de Jornais*: projeto gráfico, diagramação e seus elementos. [S.l.] [s.n.] [2013?]. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/damasceno-patricia-2013-design-jornais.pdf>. Acesso em: 1 set. 2019.

D’EÇA, A. Ilhéus participou de “Conversa com o Ministério Público”. *Portal do Ministério Público da Bahia*, 21 ago. 2014. Disponível em: <http://www.mpba.mp.br/noticia/29044>. Acesso em: 16 mar. 2019.

HERBÁRIO Sertão da Ressaca. *Portal da Prefeitura de Vitória da Conquista*, atualizado em 18 jan. 2017. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/herbario-sertao-da-ressaca/>. Acesso em: 2 dez. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: Anagé. *Portal do IBGE*, 2019a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/anage/panorama>. Acesso em: 2 dez. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: Encruzilhada. *Portal do IBGE*, 2019b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/encruzilhada/panorama>. Acesso em: 2 dez. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: Itapetinga. *Portal do IBGE*, 2019c. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/panorama>. Acesso em: 05 ago. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: Salvador. *Portal do IBGE*, 2019d. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/pesquisa/23/25207?tipo=ranking>. Acesso em: 28 set. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: Vitória da Conquista. *Portal do IBGE*, 2019e. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/panorama>. Acesso em: 05 ago. 2019.

KAWASAKI, C. S.; CARVALHO, L. M. Tendências da pesquisa em Educação Ambiental. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 143-157, dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982009000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 mar. 2019.

MANUAL de Redação. *Folha de São Paulo*. 21 ed. São Paulo: Publifolha, 2018, 485 p.

MEIO ambiente. *Portal da Prefeitura de Vitória da Conquista*, atualizado em 16 maio 2019. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/meio-ambiente/>. Acesso em: 2 dez. 2019.

MIRANDA, M. Projeto promoverá educação ambiental em escolas de Teixeira de Freitas. *Portal do Ministério Público da Bahia*. Salvador, 12 mar. 2015. Disponível em: <http://www.mpba.mp.br/noticia/29398>. Acesso em: 16 mar. 2019.

NASCIMENTO, P. C.; PRADO, M. (org.) *Técnicas de redação em jornalismo: o texto da notícia*, volume 2. São Paulo: Saraiva, 2009. Edição Kindle. 2813 posições.

PARTIDO Verde: Anagé: Sinal Verde para avançar. *Programa de governo*. Propostas defendidas por Nivaldo Marques Araújo Júnior, candidato a prefeito pelo PV no município de Anagé – BA, 2016. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/BA/33235/2/50000004317/proposta_governo1470668183826.pdf. Acesso em: 2 dez. 2019.

PINHEIRO, G. Jornal “Eco Kids” ganha primeira edição em Itanhém: Barra do Choça também aderiu ao projeto. *Portal do Ministério Público da Bahia*. Salvador, 04 jun. 2014. Disponível em: <http://www.mpba.mp.br/noticia/28897>. Acesso em: 16 mar. 2019.

PREFEITO assina Decreto que cria o Parque Ambiental do Rio Verruga. *Portal da Prefeitura de Vitória da Conquista*, 5 abr. 2019. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/prefeito-assina-decreto-que-cria-o-parque-ambiental-do-rio-verruga/>. Acesso em: 2 dez. 2019.

RANDERSON, J. **Science & Environmental Journalism: A 60-minute Masterclass**. *Guardian Book*, 2014. ISBN: 978-1-78356-054-7. Edição Kindle. 791 posições.

REIGOTA, M. *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense. 1.ed. E-book, 2017. (Coleção Primeiros Passos 292). Edição Kindle, 887 posições.

RESERVA Florestal do Poço Escuro. *Portal da Prefeitura de Vitória da Conquista*, atualizado em 17 jul. 2015. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/reserva-florestal-do-poco-escuro/>. Acesso em: 2 dez. 2019.

ROCHA, A. A.; SOARES, B. S. Uso da terra pela cafeicultura e degradação ambiental no entorno da Barragem Água Fria em Barra do Choça – Bahia. *Revista do Regne*, volume 2, número especial, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revistadoregne/article/view/10423/7373>. Acesso em: 06 dez. 2019.

ROCHA, G. S.; LIMA, P. H. S. Espaço e tempo: os atingidos por barragens. *Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino*, v. 1, n. 1, p. 172-195, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/nhipe/article/viewFile/5280/3332>. Acesso em: 2 dez. 2019.

SAMPAIO, M. M. F. *Interdisciplinaridade no município de São Paulo*. Brasília: INEP, 1994 (Série Inovações Educacionais), 114 p. Edição Kindle. 986 posições.

SANTOS, A.; SANTOS, A. C. S.; SOMMERMAN, A. Conceitos e práticas transdisciplinares. In: SANTOS, A.; SOMMERMAN, A. (org.). *Complexidade e Transdisciplinaridade: em busca da totalidade perdida*. Porto Alegre: Sulina, 2009, Cap. 3, p. 61-98.

SANTOS, S. A. M. Reflexões sobre o panorama da Educação Ambiental no ensino formal. p. 326-382. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Panorama da educação ambiental no ensino fundamental - oficina de trabalho realizada em março de 2000* (Portuguese Edition) Edição Kindle. 1832 posições. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/panorama.pdf>. Acesso em 20 mar. 2020.

SILVA, G. P. *Territórios em Disputa e a Barragem de Anagé - Bahia: Terra e Água de Trabalho Versus Terra e Água de Negócio*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19841/1/gedeval%20paiva%20.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2019.

SILVA, R. A. F.; REZENDE, A. R.; FREITAS, C. M. C. Higiene ambiental: dos diálogos de educação ambiental à qualidade de vida. In: FALEIRO, W.; ASSIS, M. P. (org.). *Ciências da natureza e formação de professores: entre desafios e perspectivas apresentados no CECIFO 2017*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017. ISBN 978-85-4620-863-0. Capítulo 10, 2609 a 2856.

SOMMERMAN, *et al.* O que há entre teoria e prática? Há o mundo da vida. In: SOMMERMAN, A. (org.). *Complexidade e Transdisciplinaridade: em busca da totalidade perdida*. Porto Alegre: Sulina, 2009, Cap. 4, p. 99-124.

SORRENTINO, M. *et al.* Educação ambiental como política pública. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2>. Acesso em: 28 set. 2018.

TERCEIRA maior cidade da BA, Vitória da Conquista completa 177 anos. *Portal G1 Bahia*, Salvador, 09 nov 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/terceira-maior-cidade-da-ba-vitoria-da-conquista-completa-177-anos.ghtml>. Acesso em: 05 ago. 2019.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Lei Municipal n. 1.410, de 5 de junho de 2007. Código Municipal de Meio Ambiente. *Portal da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista*. Disponível em: https://www.pmvc.ba.gov.br/wp-content/uploads/CODIGOMUNICIPAL_MEIOAMBIENTE.pdf. Acesso em: 2 dez. 2019.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Projeto Eco Kids e Eco Teens. *Portal da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista*, 10 nov. 2016. Disponível em: <http://www.pmvc.ba.gov.br/projeto-eco-kids-e-eco-teens/>. Acesso em: 05 dez. 2019.

ZEE BAHIA. *Zoneamento Ecológico Econômico: Caracterização dos Territórios de Identidade*. Volume VIII, 189 p. Salvador, [2014?]. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/ZONEAMENTO-ECOLOGICO-ECONOMICO-ZEE/1123.00-Characterizacao-dos-TIs.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2019.

8 CAPÍTULO VI - GERAÇÕES DO FUTURO E SEGURANÇA HÍDRICA: SERÁ A ÁGUA A PRINCIPAL PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL DOS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA, APONTADA NOS JORNAIS ECO KIDS E ECO TEENS?

Karina Gomes Cherubini, mestranda em Ciências Ambientais pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus Itapetinga, Promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia, com endereço na Rua Ministro Hermes Lima, s/n, Bairro Universidade, Vitória da Conquista, CEP 45.031.145, telefone: (73) 99983-8305 e (77) 3425-9354, e-mail: cherubini-k@hotmail.com

Rubens Jesus Sampaio, Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Professor Adjunto do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (UESB), Diretor do Sistema UESB de Rádio e Televisão Educativa (SURTE) e Assessor Geral de Comunicação da UESB, com endereço na Estrada Bem Querer, s/n, km 11, Bairro Universidade, CEP 45083-900, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), e-mail: rubensjsampaio@uesb.edu.br

Paulo Sávio Damásio da Silva, Doutor em Biologia Vegetal com ênfase em Ecologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2008) e Universität Kaiserslautern - Alemanha (Doutorado sanduíche), e pós-doutorado desenvolvido na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professor titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Departamento de Ciências Exatas e Naturais (DCEN), Itapetinga-BA, com endereço na Praça Primavera, 40, Bairro Primavera, Itapetinga - BA, CEP 45700-000, e-mail: paulosavio@uesb.edu.br.

Gerações do Futuro e Segurança Hídrica: Será a água a principal preocupação ambiental dos alunos do Município de Vitória da Conquista, apontada nos Jornais Eco Kids e Eco Teens?

Resumo

Este trabalho objetivou verificar os temas desenvolvidos como atividades de educação ambiental com alunos da educação básica, matriculados em escolas situadas em Vitória da Conquista (BA), e se dentre eles o tema água mereceu destaque. A justificativa para o trabalho encontra-se na escassez hídrica crescente no cenário mundial e no município, contraposta ao papel da educação ambiental. A metodologia foi empírica e exploratória, com dados qualitativos e quantitativos, a partir de consulta a 27 jornais Eco Kids e Eco Teens, publicados entre 2014 a 2018 em Vitória da Conquista(BA), em decorrência de projeto desenvolvido pelo Ministério Público da Bahia em parceria com esse município, bem como com Núcleo Territorial de Educação (NTE-20) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Palavras-chave: Currículo escolar. Escassez hídrica. Projeto de Educação Ambiental.

Future Generations and Water Security: Will be water the main environmental concern of the students of the Municipality of Vitória da Conquista, pointed out in the Eco Kids and Eco Teens Newspapers?

Abstract

This paper aimed to verify the themes developed as environmental education activities with students of basic education, enrolled in schools located in Vitória da Conquista (BA), and if among them the theme water deserved to be highlighted. The justification for the paper lies in the growing water scarcity in the world scenario and in the municipality, in contrast to the role of environmental education. The methodology was empirical and exploratory, with qualitative and quantitative data, based on consultation with 27 Eco Kids and Eco Teens newspapers, published from 2014 to 2018 in Vitória da Conquista (BA), as a result of a project developed by the Public Prosecutor of Bahia in partnership with that municipality, as well with Territorial Nucleus of Education (NTE-20) and the State University of Southwest Bahia (UESB).

Keywords: School Curriculum. Water Scarcity. Environmental Education Project.

Generaciones Futuras y Seguridad del Agua: El Agua será la principal preocupación ambiental de los estudiantes de Victoria de Conquista señalados en los periódicos Eco Kids y Eco Teens?

Resumen

Este trabajo tuvo como objetivo verificar los temas desarrollados como actividades de educación ambiental con los estudiantes de la educación básica, matriculados en escuelas ubicadas en Vitória da Conquista (BA), y si entre ellos el tema del agua merecía ser destacado. La justificación del trabajo radica en la creciente escasez de agua en el escenario mundial y en el municipio, en contraste con el papel de la educación ambiental. La metodología fue empírica y exploratoria, con datos cualitativos y cuantitativos, basada en la consultas a 27 periódicos Eco Kids y Eco Teens, publicados entre 2014 y 2018 en Vitória da Conquista (BA), como resultado de un proyecto desarrollado por el Ministerio Público de Bahía en asociación con ese municipio, así como con el Núcleo Territorial de Educación (NTE-20) y la Universidad Estatal del Sudoeste de Bahía (UESB).

Palabras clave: Currículo escolar. Escasez de agua. Proyecto de Educación Ambiental.

8.1 INTRODUÇÃO

Um dos recursos naturais mais utilizados e essenciais para a sobrevivência é a água. Como salientam Bacci e Pataca (2008, p. 201), falar da água é “falar da sobrevivência da espécie humana, da conservação e do equilíbrio da biodiversidade e das relações de dependência entre seres vivos e ambientes naturais”. Assim sendo, pelo prisma biológico, sua importância é reconhecida para a manutenção da higidez do ambiente e da maior parte do metabolismo dos seres vivos (ZOMBINI; PELICIONI, 2014, p. 242). A água é ainda o constituinte inorgânico mais abundante na matéria viva (BASSOI, 2014, p.194). Sobre a importância da discussão do tema, Bacci e Pacata (2008, p. 217), comentam:

Compreender a origem da água, o ciclo hidrológico, a dinâmica fluvial e o fenômeno das cheias, os aquíferos, bem como os riscos geológicos associados aos processos naturais (assoreamento, enchentes) é essencial para que possamos entender a dinâmica da hidrosfera e suas relações com as demais esferas terrestres.

Além dos aspectos biológicos, a água está presente nas relações sociais (SANTOS; ANDRADE; SILVA JÚNIOR, 2014, p. 85), culturais e econômicas. De fato, tanto pela escassez, como pelo excesso do recurso, traz impactos nesses campos, posto que funciona como fator de consumo e de produção de bens, sendo múltiplos os seus usos. Vista sob as perspectivas histórica e cultural, pode ser compreendida como “elemento estruturador da urbanização” (BACCI; PACATA, 2008, p.223), pois sua existência funciona como fator agregador de comunidades, dando origem a centros populacionais, não sendo incomum que os traçados urbanos sigam o corpo hídrico em sua configuração (BACCI; PACATA, 2008, p. 222).

Dada a essencialidade do bem natural e diante de cenário de escassez hídrica no mundo e em Vitória da Conquista, pressupunha-se que a água fazia parte dos ensinamentos escolares nesse município, uma vez que o contexto alerta, destaca e impõe seja a questão discutida. De mesmo modo, a educação ambiental, componente curricular obrigatório em todos os níveis de ensino, mais do que integrar as áreas convencionais do conhecimento (BRASIL, 2017, p. 18), deve relacionar-se com as questões da atualidade (BRASIL, 2017, p. 18), para que os educandos pensem em questões reais e complexas (CARNEIRO, 2006, p. 5), aplicando seus conhecimentos e habilidades nesses contextos vivenciais (CARNEIRO, 2006, p. 5).

Partindo desses referenciais, o objetivo da pesquisa foi verificar a frequência e os temas desenvolvidos para a produção dos jornais ambientais Eco Kids e Eco Teens, extraíndo as preferências ou os assuntos mais abordados na educação ambiental com os alunos da educação básica nas escolas de Vitória da Conquista no período de 2014-2018. Em especial, pretendeu-se verificar se o tema “água”, foi o problema ambiental mais identificado por ocasião da preparação dos jornais ambientais, admitidas quaisquer das vertentes, como ciclo, importância, escassez hídrica, tanto no contexto global, como local.

Formulou-se a seguinte hipótese: **no período de 2014-2018, a água seria o problema ambiental mais identificado pelos professores e desenvolvido em sala de aula, com os alunos do Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio, dentro do projeto Eco Kids e Eco Teens, em Vitória da Conquista, para posterior colocação nos jornais ambientais?**

8.2 ÁREA DE ESTUDO

Tomou-se como palco para o estudo o Município de Vitória da Conquista (BA), que dista cerca de 527 km de Salvador, capital do Estado. Considerada a terceira maior cidade da Bahia (TERCEIRA..., 2017; IBGE, 2019b), encontra-se na porção central do Planalto de Conquista, localizado à 14° 53' 12'' de latitude Sul, 40° 48' 4'' de longitude Oeste (CARVALHO *et al.*, 2017, p. 2). Sua altitude varia entre 857 a 1.000m, com pequenos alinhamentos de serras destacando a Serra do Periperi (GEOGRAFIA..., 2019; DUTRA NETO *et al.*, 2017, p. 4). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população foi estimada em 341.597 habitantes para o ano de 2019 (IBGE, 2019a).

Em termos de oferta de educação, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou a existência de 231 estabelecimentos do ensino fundamental e 36 estabelecimentos de ensino médio em Vitória da Conquista, no ano de 2018 (IBGE, 2019a), com 63.771 matrículas realizadas nos dois níveis, sendo 49.889, no fundamental, e 13.882, no ensino médio (IBGE, 2019a). Especificamente na rede municipal de ensino, há 118 escolas na zona rural e 45 escolas urbanas, que atendem, em conjunto com as creches, a mais de 44.000 alunos (EDUCAÇÃO...,2019).

Historicamente, sua ocupação urbana intensificou-se a partir do século XVIII, com seu marco às margens do Rio Verruga e da sua nascente (ROCHA, 2011, p. 45). A expansão urbana teve influência direta na redução da cobertura vegetal (ROCHA, 2011, p. 41), inclusive ao redor das principais nascentes do Alto Rio Verruga (ROCHA, 2011, p. 43). O manancial principal de Vitória da Conquista sofreu, ainda, retilinização em parte de seu trecho, alteração de seu curso e de seu leito natural e aterramento de áreas inundáveis (ROCHA, 2011, p. 42; 44). Passou a correr em canais subterrâneos desde meados do século XX (ROCHA, 2011, 39; 41).

Contudo, o potencial hídrico da bacia do Rio Verruga é insuficiente para suprir a demanda de água no Município de Vitória da Conquista (BONFIM *et al.*, 2014, p. 150). Além desse aspecto quantitativo, qualitativamente as águas do Rio Verruga encontram-se impróprias para o consumo humano (ROCHA, 2011, p. 104). A causa é a utilização da bacia desse rio para despejo de efluentes produzidos pela população de Vitória da Conquista, em volume crescente, compostos por águas residuárias e esgoto, inclusive *in natura* (ROCHA, 2011, p. 107).

Comprometidas quantidade e qualidade do Rio Verruga, Vitória da Conquista utiliza a bacia do Riacho de Água Fria, situada no município de Barra do Choça, para fins de abastecimento humano, mediante recalque e adução das águas armazenadas nas Barragens de Água Fria I e II até a estação de tratamento. O aumento da densidade populacional, que vem acompanhado proporcional e linearmente de consumo de água (OLIVEIRA; SANTOS, 2017)

apresenta projeções crescentes, enquanto a disponibilidade hídrica, a partir da acumulação de água nas barragens Água Fria I e II, mostra-se insuficiente para a demanda de consumo atual.

Tal panorama de situação hídrica levou à busca de soluções alternativas, como carros-pipa (PREFEITURA..., 2018) e obtenção de água de poço, esta última praticada tanto na cidade, por 8,4% da população, como na zona rural, por 2,0% da população (ROCHA; FERRAZ, 2015, p. 104). Provocou, ainda, a construção de mais uma barragem de contenção de água pelo Governo Estadual da Bahia para atendimento do sistema público de abastecimento (EMBASA, 2013, p. 23), considerando que o município enfrenta escassez hídrica crescente, com racionamentos prolongados de água nos anos de 2012 (EMBASA, 2012, n.p.), 2016 e 2017 (PIOR..., [2013]; POR FALTA..., 2016).

Diante desse contexto, a situação particularizada de Vitória da Conquista quanto ao tema água merecia ser investigada, sob o ponto de vista de percepção ambiental das escolas e de seus estudantes. Desse modo, elegeu-se como objeto de pesquisa, cujos resultados serão demonstrados neste artigo.

8.3 DO PROJETO ECO KIDS E ECO TEENS E SUA EXECUÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Esse quadro de escassez hídrica, aliado ao fato de Vitória da Conquista participar do projeto Eco Kids e Eco Teens desde 2014, sem interrupção, é que motivou a escolha desse município como área de estudo. Vitória da Conquista é o município com maior quantitativo de alunos nesse projeto de educação ambiental, totalizando 13.925 alunos e 27 escolas até 2018. Considerando o total de 63.771 alunos matriculados no Município em 2019 (IBGE, 2019a), representa 21,83% do alunado envolvido em atividades de educação ambiental por esse projeto.

À guisa de esclarecimento, pertinente detalhar a conceituação do projeto Eco Kids e Eco Teens e breve histórico. Trata-se de projeto idealizado pelo Ministério Público da Bahia, o qual é desenvolvido mediante parcerias. Visa a estimular o protagonismo estudantil nas questões ambientais, mediante interdisciplinaridade da educação ambiental, atenção às estruturas educadoras e uso e manejo de recursos da comunicação no ensino-aprendizagem, modernamente denominadas ferramentas educacionais. Intenta oportunizar ao educando

tornar-se “autor e compartilhar seu conhecimento” (ABRANTES; SOUSA, 2016, p. 214), como destaca a definição original do projeto:

Trata-se de um projeto de criação e circulação de um informativo sobre meio ambiente, voltado e preparado por alunos das escolas de ensino fundamental, públicas e privadas, custeado por infratores ambientais, em cumprimento de pena alternativa (BAHIA, [2014?], s.p).

Os jornais Eco Kids e Eco Teens, carro-chefe do projeto, são periódicos no formato de revista ou de tabloide, com matérias sobre o meio ambiente, produzidas por alunos das escolas públicas e/ou privadas. Contam com versão impressa e publicação *online*, no seu *site* específico, plataforma que possibilita acessos de público diverso, sem restrição, inclusive de outros países, servindo como fonte de pesquisa. A principal dotação orçamentária para financiamento das edições é obtida do pagamento de prestações pecuniárias por infratores, como sanções por crimes e infrações ambientais que praticaram.

Os jornais diferenciam-se quanto à faixa etária dos alunos que os elaboram: o jornal Eco Kids é produzido com o envolvimento de alunos da educação infantil até o fundamental I, com faixa etária média de 5 a 12 anos de idade. Já o jornal Eco Teens é produzido por adolescentes e jovens, abarcando o fundamental II e ensino médio, podendo compreender a Educação de Jovens e Adultos (BAHIA, [2014?], s.p).

No Município de Vitória da Conquista, foram produzidas 11 edições dos jornais Eco Kids e 16 edições do jornal Eco Teens. Como escolas privadas participaram Educandário Padre Gilberto, Colégio Sacramentinas, Colégio Paulo VI, Colégio Opção e Escola Monteiro Lobato. Como escolas municipais participaram Mãe Vitória da Petu, Irmã Barbosa, Zica Pedral, Maria Célia Ferraz, Francisco Antônio Vasconcelos, Antônio Machado Ribeiro, Mozart Tanajura, Fidelcina de Carvalho, Edivanda Maria Teixeira, Euclides da Cunha, Milton de Almeida Santos, Centro Municipal de Educação Professor Paulo Freire (CAIC) e Centro Educacional Eurípedes Peri Rosa. Como escolas públicas estaduais participaram Centro Integrado Navarro de Brito, Escola Estadual Alaor Coutinho, Escola Estadual São João Batista e os Colégios Estaduais Adelmário Pinheiro, Camilo de Jesus Lima, Dr. Orlando Leite, José Sá Nunes e o Instituto de Educação Euclides Dantas.

Pertinente colocar que cada unidade escolar escolhe as temáticas que serão abordadas no jornal ambiental. Observam a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), sua parte complementar diversificada e seus itinerários formativos, bem como a proposta pedagógica da

própria escola, conhecida como Plano Político Pedagógico (PPP), como preveem os artigos 12, 15, 26, caput, e 36, caput e §1º da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996). Além disso, conta-se com a autonomia de cada professor, que pode elaborar seu plano de trabalho, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996).

Guardando similaridade com o Órgão Gestor da Política Nacional de Meio Ambiente, regido pelo Decreto Federal n. 4.281, de 25 de junho de 2002 (BRASIL, 2002), o Conselho Editorial do projeto Eco Kids e Eco Teens observa as deliberações das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Educação, bem como dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e de Educação. Em Vitória da Conquista, o Conselho Editorial é constituído pelo Ministério Público da Bahia, através da Promotoria de Justiça Regional de Meio Ambiente, com sede nesse município, Secretarias de Educação, Comunicação, Meio Ambiente, Conselhos de Meio Ambiente, Educação e do Fundo de Desenvolvimento de Educação Básica (Fundeb), Núcleo Territorial de Educação (NTE-20) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

O projeto Eco Kids e Eco Teens vale-se de “atividades de escrita, fotografia, desenho e fala” (DIAS; MARQUES; DIAS, 2016, p. 36) e outras formas de expressão, inclusive a artística (SOARES, 2014, p. 18) divulgadas por meio de produção de vídeos ambientais, elaboração de gibis temáticos ambientais, alimentação de *sites* e *blogs* e publicação de jornais, por considerar que potencializam novas formas de produzir textos e de pensar (GOMES; MOITA, 2016, p. 152), bem como por estimularem diferentes percepções (DIAS; MARQUES; DIAS, 2016, p. 37). Ao uso de recursos da comunicação, associam-se aulas de campo, atividades externas que possibilitam o convívio com os recursos naturais e reflexões sobre valores ético-ambientais, incentivadas por sua aptidão para modificar percepções e, conseqüentemente, afetar comportamentos.

O projeto Eco Kids e Eco Teens foi premiado nacionalmente pelo Conselho Nacional do Ministério Público, no ano de 2016, em 1º lugar na categoria Direitos Fundamentais (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2016, p.11), concorrendo com outros 782 projetos apresentados por Promotores e Procuradores de Justiça e Procuradores da República (PROJETOS..., 2016, s.p).

8.4 MATERIAL E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A metodologia utilizada para esta pesquisa foi empírica, por conjugar problematização e referencial teórico com dados coletados em campo (SANTANA *et al.*, 2017, s.p), práticas e experiências concretas (KAWASAKI; CARVALHO, 2009, p. 154). É exploratória quanto aos objetivos, por procurar maior aproximação com a problemática abordada, não tendo partido de um quadro de análise pré-determinado. A apresentação de dados ocorreu de forma quantitativa e qualitativa, mediante a “obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11; ABRANTES; SOUSA, 2016, posição 2151 de 2152).

Para a realização da pesquisa, utilizou-se estudo de caso com análise documental, tomando um universo de 27 jornais Eco Kids e Eco Teens produzidos em Vitória da Conquista no recorte temporal situado entre 2014 a 2018. Para a coleta dos dados, realizou-se consulta e leitura flutuante aos jornais, tanto nos exemplares impressos como nas edições publicadas *online*, no *site* do projeto Eco Kids e Eco Teens (BAHIA, 2019a, 2019b). Por leitura flutuante, entende-se uma leitura não-estruturada e sem o compromisso de sistematização (CAMPOS, 2004, p. 613), que ocorre de forma intuitiva e aberta a ideias e reflexões (BARDIN, 2016, p. 75). O objetivo foi inteirar-se do material pesquisado, alcançando uma visão geral dos documentos, de suas principais ideias e significados (CAMPOS, 2004, p. 613).

Na segunda etapa, ocorreu a estruturação dos códigos ou sistematização de dados (CAMPOS, 2004, p. 613). Seguindo metodologia referida por Silva *et al.* (2018, n.p.), efetuou-se o levantamento dos temas abordados em cada edição de forma sistematizada, a partir dos títulos do periódico, seja da capa, seja de suas partes internas. A razão da escolha dos títulos ou manchetes (NASCIMENTO; PRADO, 2009, posição 2186 de 2813) decorre de sua importância na redação jornalística. Os títulos têm a função de indicar a informação de maior destaque e atuam como elemento de captação do leitor. São o principal e, em muitas ocasiões, “o único ponto de contato de muitos leitores com a notícia” (MANUAL..., 2018, p. 78). Como explica Randerson (2014, posição 352 de 791), “os títulos (headlines) precisam encapsular as histórias e vendê-las para o leitor”. Desse modo, os títulos resumem (NASCIMENTO; PRADO, 2009, posição 2226 de 2813) ou apontam especiais aspectos da notícia (MANUAL..., 2018, p. 119). Sua ordenação hierárquica na edição corresponde aos pesos atribuídos às notícias, daí a importância de utilizá-los como elemento de análise.

Posteriormente, as unidades de registro ou unidades de codificações (BARDIN, 2016, p. 42) que representassem variações de um mesmo assunto, foram reunidas, formando categorias temáticas, classificadas em relação a dois grandes blocos. O primeiro bloco ou

domínio, na linguagem de Bardin (2016, p. 160), denominado comportamento, congregou condutas pragmáticas, juízos, conselhos, valores e atitudes que se pretende atingir com a matéria do jornal. O segundo bloco ou domínio, denominado conhecimento, reuniu conceitos, objetos de pesquisa, de estudo ou de informação transmitida. A escolha dessas denominações decorreu do conceito trazido pela Lei n. 9.759, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999), que trata da Política Nacional de Educação Ambiental e considera a educação ambiental um processo de construção de conhecimento, habilidades, valores sociais, atitudes e competências.

As categorias foram criadas a partir do material coletado e não mediante encaixe em categorias previamente fixadas. Partiu-se do particular para o geral, como sugerido por Bardin (2016, p. 68; 149). Foram efetuados agrupamentos e reagrupamentos por semelhança de sentido e traçadas tantas categorias quantas fossem possíveis para acomodar os assuntos. Aqueles temas que não guardassem semelhança com outro, formavam, eles próprios, nova categoria. A própria nominação da categoria ocorreu a posteriori, ao final do procedimento, ao ser identificada a preponderância ou termo mais genérico para compreender todas as palavras sinônimas ou contíguas (BARDIN, 2016, p. 68).

A pontuação atribuída ao posicionamento dos temas no corpo do jornal não foi igual. Partiu-se do pressuposto de que determinado assunto teve maior importância pela ocupação de lugares nobres na diagramação do jornal. Desse modo, atribuíram-se pesos diferentes, conforme a relevância do indicador. Os títulos da capa foram pontuados com três pontos, os de páginas ímpares, com dois pontos e, por fim, os títulos localizados em páginas pares do jornal foram pontuados com um ponto. O total de pontos de cada tema correspondeu à soma numérica originada da distribuição desses conteúdos no corpo dos jornais.

Como forma de contrapor a maleabilidade da análise de conteúdo qualitativa, optou-se por triangulação metodológica, com abordagem mista dos métodos. Procurou-se verificar a importância dos temas mediante análise sistemática quantitativa, com escolha de medida frequencial simples (BARDIN, 2016, p. 138). Nesta, o critério foi a frequência da repetição ou aparição das unidades de registro (BARDIN, 2016, p.130). Para tanto, elegeu-se o uso de ferramentas digitais para construção de nuvem de palavras, a ser composta pela palavra-chave de cada título, como maneira diferenciada de mostrar os resultados.

Nessa etapa, foram seguidos, com adaptações, os caminhos percorridos por Nascimento, Anjos e Vasconcelos (2018), também presentes em Bardin (2016). Foram compreendidos como *corpus*, ou seja, como universo considerado para os procedimentos analíticos (BARDIN, 2016, p. 126), os títulos dos 27 jornais Eco Kids e Eco Teens, efetuando-se sobre eles a depuração

manual (*scrubbing*), para retirada de pronomes, artigos, preposições, verbos de ligação, como orientam referidas autoras (NASCIMENTO; ANJOS; VASCONCELOS, 2018, p. 6). Procedeu-se à padronização de sintagmas para fins de classificação por equivalência, como recomenda Bardin (2016, p. 131), mediante incorporação ou assimilação, transformando em singulares as palavras plurais. Por exemplo, o vocábulo “árvores” passou a ser “árvore”, abrangendo-se, sob a mesma unidade de registro ou indicador, outras palavras próximas em nível semântico (BARDIN, 2016, p. 58; 141), como “arborização”. Em relação aos verbos, foram colocados no infinitivo, mesmo tendo sido empregados como substantivos ou no gerúndio, como “reciclando”, “reciclagem” e “recicláveis” para “reciclar”.

Utilizou-se o software Voyant (<http://voyant-tools.org/>), que permite contagem e identificação dos termos mais frequentes, bem como visualizações dos resultados mediante gráficos e figuras específicas, como nuvem de palavras (*Word Cloud-WC*). Para que o programa não isolasse as palavras que compunham expressões ou nomes de lugares, efetuou-se sua ligação. As palavras foram transcritas como uma unidade, para evitar cálculos em separado. Ilustra-se com as expressões “rio Verruga” e “Lagoa das Bateias”, que foram transcritos como “rioVerruga” e Lagoadasbateias”. Tal providência evitou contagem inadequada, como mistura da palavra “poço”, utilizada nas referências a poço artesiano e sistema de captação de água, com “Poço Escuro”, reserva florestal do Município de Vitória da Conquista, por exemplo.

Como síntese, os caminhos metodológicos trilhados podem ser visualizados na Figura 11 abaixo:

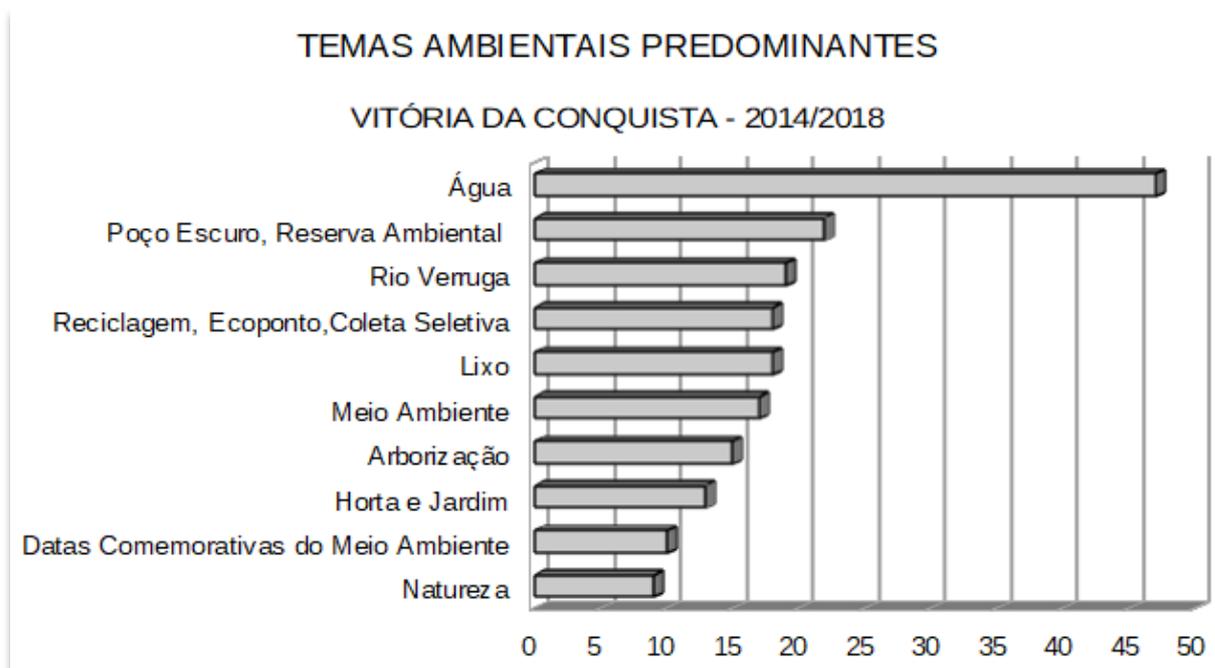


Fonte: Adaptado de Bardin

8.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a formação de categorias, agrupamentos e reagrupamentos, com soma das pontuações e sua colocação em ordem decrescente de valor, obteve-se o ranqueamento ou hierarquização de temas dos blocos comportamento e conhecimento para o município de Vitória da Conquista, na percepção dos alunos do ensino fundamental I, a partir dos jornais Eco Kids, e do ensino fundamental II e ensino médio, revelados pelos jornais Eco Teens. Para efeito deste artigo, foram considerados somente os resultados do bloco conhecimento, sendo que as categorias temáticas tidas como representativas foram as que atingiram pontuação igual ou superior a cinco, as quais foram demonstradas no Figura 12 que segue.

Figura 12 - Hierarquização temática dos jornais Eco Kids e Eco Teens de Vitória da Conquista.



Fonte: Dados da Pesquisa

Após a depuração das palavras e tratamento das que fossem compostas, para que constassem como uma só palavra, efetuou-se seu lançamento no software Voyant (<http://voyant-tools.org/>). A Figura 13, sem sequência, mostra a nuvem de palavras com destaque para as mais frequentes. Das 818 palavras do bloco conhecimento submetidas ao teste, extraídas dos títulos dos jornais Eco Kids e Eco Teens, no bloco conhecimento, houve o retorno das mais cotadas no *corpus* e o número de repetições, como sendo água (34); meio ambiente

(22); lixo (13), Poço Escuro (13) e Rio Verruga (11). Portanto, os resultados das metodologias não foram tão diversos quanto à presença dos indicadores e sua ordem de enumeração.

Figura 13 - Nuvem de Palavras com as temáticas dos jornais Eco Kids e Eco Teens de Vitória da Conquista.



Fonte: Dados da Pesquisa

Após o estudo e a análise dos dados, a fim de responder aos objetivos da pesquisa, verifica-se que, contemplado o conjunto das duas modalidades de jornais, a hipótese levantada foi confirmada, posto que o tema *água* foi o mais trabalhado em sala de aula para fins de educação ambiental e produção dos jornais Eco Kids e Eco Teens. As escolas participantes do projeto Eco Kids e Eco Teens, no período de 2014 e 2018, expressaram envolvimento com a temática, selecionando-a para a composição dos jornais ambientais, sob diferentes perspectivas, como desperdício, escassez, economia, Dia Mundial da Água, reaproveitamento, finitude, saúde, dessalinização, consumo doméstico, racionamento, barragem e água doce.

Todavia, se efetuado um divisor por idade dos alunos ou nível educacional, tal qual é observado nos jornais Eco Kids e Eco Teens, verifica-se a alteração no posicionamento frequencial. Em relação aos alunos matriculados no ensino fundamental I, que participaram do jornal Eco Kids, o tema *água* não ocupa o primeiro posicionamento no *ranking*. Foi a segunda temática abordada com crianças, obtendo 12 pontos, equivalentes a 7,01% dos assuntos do bloco conhecimento. Perdeu em posição para o tema *Poço Escuro*, que alcançou 17 pontos,

correspondentes a 9,94% dos assuntos enfocados nesse mesmo bloco, como pode ser visto no Quadro 20, que segue, com a enumeração dos dez temas mais enfocados nessa modalidade de jornal.

Quadro 20 - Hierarquização temática dos jornais Eco Kids de Vitória da Conquista

VITÓRIA DA CONQUISTA	
Poço Escuro	17
Água	12
Reduzir, reutilizar, reciclar (dicas)	12
Meio ambiente	11
Arborização/árvore	11
Horta	9
Lixo	9
Horto Florestal	7
Umbu e palma	7
Planeta	7
	102

Fonte: Dados da Pesquisa

Com relação aos adolescentes, jovens e adultos, matriculados no fundamental II e ensino médio, a temática *água* voltou a ser soberana. Atingiu 35 pontos no escalonamento de pontos, correspondendo a 13,15% das temáticas abordadas nos jornais Eco Teens. Como segundo e terceiros pontos mais abordados, os jornais Eco Teens trataram de *energia* e *Rio Verruga*. O tema *Poço Escuro*, que liderou o *ranking* dos jornais Eco Kids, atingiu somente cinco pontos pelo seu posicionamento nos títulos dos jornais Eco Teens, o que correspondeu a 1,87% das temáticas destes.

Quando aplicada a medida frequencial simples, com uso do *software* Voyant, os dados sofrem pequena alteração. Foram identificadas 539 palavras na formação das categorias, a partir de palavras plenas, isto é, portadoras de sentido (BARDIN, 2016, p. 92). Destacaram-se no *corpus* as palavras listadas a seguir, esclarecendo-se que o número de aparições de cada termo foi indicado entre parêntese: *água* (25); *energia* (10); *meio ambiente* (9); *Rio Verruga* (9); *Vitória da Conquista* (9). Os resultados foram exibidos na forma da Figura 14, em sequência:

8.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou verificar os temas desenvolvidos como atividades de educação ambiental com alunos da educação básica, matriculados em escolas situadas em Vitória da Conquista (BA), e se dentre eles o tema *água* mereceu destaque. Para tanto, valeu-se de metodologia empírica e exploratória, com dados quali-quantitativos, obtidos da leitura sistematizada a 27 jornais Eco Kids e Eco Teens, publicados entre 2014 a 2018 nesse município, em decorrência de projeto desenvolvido pelo Ministério Público da Bahia em parceria com Município de Vitória da Conquista, Núcleo Territorial de Educação (NTE-20) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

O município foi escolhido por desenvolver o projeto Eco Kids e Eco Teens de forma ininterrupta durante o período da pesquisa e por ter o maior número de edições publicadas e de alunos envolvidos, entre as demais localidades que participavam do projeto. A esse dado, associavam-se características locais de Vitória da Conquista, com seu principal manancial, denominado Rio Verruga, comprometido em qualidade e quantidade, tornando-o inadequado e insuficiente para o abastecimento humano. A solução eleita foi a utilização de outra bacia hidrográfica, situada em outro município, para atendimento da demanda hídrica de Vitória da Conquista. Todavia, não se mostrou efetiva para períodos prolongados de seca, como os anos de 2012, 2014-2016, durante os quais houve racionamento de água nesse município.

Diante do quadro de escassez hídrica local, que coincidiu com situações vividas em outras partes do mundo, este trabalho objetivou verificar os temas desenvolvidos como atividades de educação ambiental com alunos da educação básica, matriculados em escolas situadas em Vitória da Conquista (BA), e se dentre eles o tema *água* mereceu destaque. A justificativa para o trabalho repousou na escassez hídrica crescente no cenário mundial e no município, contraposta ao papel da educação ambiental.

Efetou-se o levantamento frequencial das temáticas adotadas nos títulos dos jornais Eco Kids e Eco Teens, procedendo à sua contagem por dois modos distintos. O primeiro, com valoração ponderada em função do posicionamento no corpo dos jornais. Os títulos da capa e páginas ímpares dos jornais foram mais pontuados do que os títulos de páginas pares. Para confirmar a importância do tema, utilizou-se um segundo critério, o de medida frequencial simples, com atribuição do mesmo peso a todas as aparições temáticas e posterior submissão ao programa Voyant, para contagem e elaboração de nuvem de palavras.

Ao final do tratamento e organização dos dados, efetuado mediante decomposições, reconstruções (BARDIN, 2016, p. 149), agrupamentos, reagrupamentos e enumerações de categorias, verificou-se que o tema água liderou o *ranking* de temas abordados nas atividades de educação ambiental para produção dos jornais Eco Kids e Eco Teens, quando tomados em conjunto. Esta situação corroborou a hipótese formulada. Cabe destacar, porém, que se efetuada a separação nas modalidades dos jornais, o tema *água* foi o mais comentado nos jornais Eco Teens, mas ocupou a segunda posição no ranqueamento dos jornais Eco Kids. Na percepção dos alunos do fundamental I, o tema *Poço Escuro* teve maior medida frequencial, com maior número de aparições.

O estudo permitiu visualizar, outrossim, a frequência de temas locais nas atividades de educação ambiental desenvolvidas por ocasião do projeto Eco Kids e Eco Teens em Vitória da Conquista. Verificou-se que Poço Escuro, reserva florestal situada no município, ocupa a segunda colocação como assunto mais abordado na análise conjunta dos jornais. Todavia, se efetuada a hierarquização por modalidade de jornal, lidera o escalonamento nos jornais Eco Kids, superando o tema comum mais focado pelos jornais conjuntamente analisados.

Considerando a importância da educação ambiental em trabalhar com temas significativos (ABRANTES; SOUZA, 2016, p. 195; 209), assim entendidos os que estejam próximos dos alunos e que permitam o exercício do seu protagonismo, bem assim os resultados revelados pelo estudo empreendido, tem-se como estimulante prosseguir na análise temática dos jornais Eco Kids e Eco Teens, mediante formulação de outras hipóteses. Com elas, poderão ser construídas outras categorias e partir-se para outras linhas de pesquisa, a exemplo do levantamento dos locais de Vitória da Conquista que mais inspiraram atividades de campo dentro do projeto Eco Kids e Eco Teens.

Em relação aos resultados da hierarquização temática empreendida por este estudo, constatou-se que não foram esgotadas todas as dimensões de abordagem do tema *água* em sala de aula. Por esta razão, pode-se sugerir, como atividades futuras, seja o assunto focado sob outras perspectivas, como relação entre água e energia, modos de acumulação, sistema público de abastecimento de água, bacias hidrográficas, exigências legais para captação de água em rios, entre outros, priorizando-se abordagem de forma contextualizada, para que se torne efetivamente um conhecimento significativo para o aluno.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Maria Gracielly Lacerda de, SOUSA, Robson Pequeno. Formação continuada e conectivismo: um estudo de caso referente às transformações da prática pedagógica no discurso do professor. *In*: SOUSA, Robson Pequeno, et al. (org.). **Teorias e práticas em tecnologias educacionais**. Campina Grande: EDUEPB, 2016, p. 195-222. ISBN 978-85-7879-326-5. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/fp86k/pdf/sousa-9788578793265-09.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BACCI, Denise de la Corte; PATACA, Ermelinda Moutinho. Educação para a água. **Estudos Avançados**, 2008, v. 22, n. 63, p. 211-226. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10302>. Acesso em: 06 out. 2018.

BAHIA. Ministério Público da Bahia. Conheça o projeto. **Portal do projeto Eco Kids e Eco Teens**. Salvador, [2014?]. Disponível em: <http://www.ecokidsecoteens.mpba.mp.br/pagina-exemplo/o-programa/>. Acesso em: 05 ago. 2019.

BAHIA. Ministério Público da Bahia. Edições Publicadas - Eco Kids. **Portal do projeto Eco Kids e Eco Teens**, Salvador, 2019a. Disponível em: <http://www.ecokidsecoteens.mpba.mp.br/1919-2/edicoes-publicadas/eco-kids/vitoria-da-conquista/>. Acesso em: 05 ago. 2019.

BAHIA. Ministério Público da Bahia. Edições Publicadas – Eco Teens. **Portal do projeto Eco Kids e Eco Teens**, Salvador, 2019b. Disponível em: <http://www.ecokidsecoteens.mpba.mp.br/1919-2/edicoes-publicadas/eco-teens/vitoria-da-conquista/>. Acesso em: 05 ago. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016, 279 p.

BASSOI, Lineu José. Poluição das Águas. *In*: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. 2.ed., Baurueri, SP: Manoele, 2014. Cap. 7, p. 193-213.

BONFIM, Dirlei Andrade *et al.* Ações antrópicas sobre o rio Verruga no perímetro urbano de Vitória da Conquista – Bahia. *In*: SAMPAIO, Rubens *et al.* (org). **A Questão ambiental em Pauta**: educação, saúde, políticas públicas e natureza. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2014, Cap. 10, p. 150-159.

BRASIL, Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jun. 2002, p. 13. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em: 29 set. 2019.

BRASIL, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez.1996, p. 27833. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 02 set. 2019.

BRASIL, Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 abr. 1999, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 28 ago. 2018.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica (SEB) – Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente. **Vamos Cuidar do Brasil Cuidando das Águas**: V Conferência Nacional Infante Juvenil do Meio Ambiente na escola. Brasília, 2017. 28 p. Disponível em: http://conferenciainfante.mec.gov.br/images/pdf/passos_passo_vcnijma_11112017.pdf. Acesso em: 06 out. 2019.

CAMPOS, Claudinei José. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília (DF) 2004, set/out;57(5):611-4. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato. Fundamentos epistemometodológicos da educação ambiental. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 27, p. 17-35, jun. 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602006000100003>.

CARVALHO, Rita de Cássia Freire *et al.* Mapeamento Planialtimétrico com Receptores GNSS, Estação Total e Aeronaves Remotamente Pilotáveis. *In: VIII SEAGRUS – Semana de Agronomia da UESB. 5, 2017. Vitória da Conquista. Anais [...]* Vitória da Conquista. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/seagrus/article/viewFile/6305/6130>. Acesso em: 28 set. 2019.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, **Prêmio CNMP 2016**. Ministério Público, um projeto, muitas conquistas: projetos premiados/ Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília: CNMP, 2016. 48p. il. Disponível em: http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/CNMP_LIVRETO_2016_DIGITAL.pdf. Acesso em: 19 out. 2018.

DIAS, Leonice Seolin; MARQUES, Maurício Dias; DIAS, Lucas Seolin. Educação, Educação Ambiental, Percepção Ambiental e Educomunicação. *In: DIAS, Leonice Seolin; LEAL, Antonio Cezar; CARPI JUNIOR (org.). Educação Ambiental: conceitos, metodologia e práticas.* Tupã: ANAP, 2016. Cap. 1, p. 12-45. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Antonio_Fluminhan/publication/309179299_Utilizacao_do_Acervo_Educacional_de_Ciencias_Naturais_da_Unoeste_para_a_Educacao_Ambiental/links/5803024408ae310e0d9dec44/Utilizacao-do-Acervo-Educacional-de-Ciencias-Naturais-da-Unoeste-para-a-Educacao-Ambiental.pdf. Acesso em: 29 set. 2019.

DUTRA NETO, Claudionor *et al.* Delimitação Geográfica para a Denominação de Origem do Café do Planalto de Vitória da Conquista. *In: VIII SEAGRUS – Semana de Agronomia da UESB. 5, 2017. Vitória da Conquista. Anais [...]* Vitória da Conquista. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/seagrus/article/viewFile/6270/6096>. Acesso em: 28 set. 2019.

EDUCAÇÃO. Apresentação. **Portal da Prefeitura de Vitória da Conquista**. Vitória da Conquista, 2019. Disponível em: <http://www.pmvc.ba.gov.br/educacao/>. Acesso em: 28 set. 2019.
EMBASA começa racionamento de água em Vitória da Conquista (BA). **Portal G1 Bahia**, 15 maio 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/05/embasa-comeca-acionamento-de-agua-em-vitoria-da-conquista-ba.html>. Acesso em: 02 set. 2018.

EMBASA começa racionamento de água em Vitória da Conquista (BA). **Portal G1 Bahia**, 15 maio 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/05/embasa-comeca-acionamento-de-agua-em-vitoria-da-conquista-ba.html>. Acesso em: 02 set. 2018.

EMBASA – Empresa de Saneamento da Bahia. **Seca na Bahia: Ações de Enfrentamento**. Salvador, abr. 2013. 44 p. Disponível: http://www.embasa.ba.gov.br/images/documents/1126/Seca_na_Bahia.pdf. Acesso em: 05 ago. 2018.

GEOGRAFIA. **Portal da Prefeitura de Vitória da Conquista**, Vitória da Conquista, 2019. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/geografia/>. Acesso em: 28 set. 2019.

GOMES, Luzivone Lopes; MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro. O uso do laboratório de informática educacional: partilhando vivências do cotidiano escolar. *In: SOUSA, Robson Pequeno, et al. (org.). Teorias e práticas em tecnologias educacionais.* Campina Grande: EDUEPB, 2016, p. 195-222. ISBN 978-85-7879-326-5. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/fp86k/pdf/sousa-9788578793265-07.pdf>. Acesso em: 06 out. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: Vitória da Conquista. **Portal do IBGE**, 2019a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/panorama>. Acesso em: 05 ago. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: Vitória da Conquista. **Portal do IBGE**, 2019b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/pesquisa/23/25207?tipo=ranking>. Acesso em: 28 set. 2019.

KAWASAKI, Clarice Sumi; CARVALHO, Luiz Marcelo de. Tendências da pesquisa em Educação Ambiental. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, vol. 25, n. 3, p. 143-159, dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982009000300008. Acesso em: 10 out. 2018.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisas em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2431625/mod_resource/content/1/Pesquisa%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Abordagens%20Qualitativas%20vf.pdf. Acesso em: 05 set. 2019.

MANUAL de Redação: **Folha de São Paulo**. 21 ed. São Paulo: Publifolha, 2018, 485 p.

NASCIMENTO, Carolina Paula do; ANJOS, Mailta Brandão dos; VASCONCELOS, Sonia Maria Ramos de. Pesquisa-ação e triangulação metodológica na investigação de percepções de um grupo de alunos da educação básica sobre o meio ambiente. Ensaio. **Pesquisa em Educação em Ciências**: Belo Horizonte, v. 20, e8673, p. 1-26, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-21172018000100215&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 set.2019. Epub July16, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1983-21172018200109>.

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin do; PRADO, Magali (org.) **Técnicas de redação em jornalismo**: o texto da notícia, volume 2. São Paulo: Saraiva, 2009. Edição Kindle. 2813 posições.

OLIVEIRA, Laís Barbosa; SANTOS, Gislan Silveira. Previsão do Consumo de Água no Município de Vitória da Conquista/Ba: a disponibilidade hídrica futura. In: VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL CAMPO GRANDE/MS – 27 a 30 nov. 2017. IBEAS – Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais. **Anais** [...]. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2017/VIII-017.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2018.

PELEGRINI, Sandra. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**. São Paulo v. 26, n.51, jan./jun. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100007&lang=pt. Acesso em: 01 set. 2018.

PIOR racionamento de água desde 2012 em Vitória da Conquista completa um ano. **Portal G1 Bahia**. Salvador, [2013?]. Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/pior-rationamento-de-agua-desde-2012-em-vitoria-da-conquista-completa-um-ano.ghtml>. Acesso em: 02 set. 2018.

POR FALTA de chuva, Vitória da Conquista terá racionamento de água. **Portal G1 Bahia**, Salvador, 16 maio 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/05/por-falta-de-chuva-vitoria-da-conquista-tera-rationamento-de-agua.html>. Acesso em: 05 ago. 2018.

PREFEITURA e Exército dialogam sobre situação de emergência do município por conta da estiagem. **Portal da Prefeitura de Vitória da Conquista**, Vitória da Conquista, 30 ago. 2018. Disponível em: <http://www.pmvc.ba.gov.br/prefeitura-e-exercito-dialogam-sobre-situacao-de-emergencia-do-municipio-por-conta-da-estiagem/>. Acesso em: 02 set. 2018.

PROJETOS baianos são premiados pelo Conselho Nacional do Ministério Público. **Portal Jurídico Regional JurisBahia**. [S.l.]22 set. 2016. Disponível em: <https://jurisbahia.com.br/projetos-baianos-sao-premiados-pelo-conselho-nacional-do-ministerio-publico/>. Acesso em: 19 out. 2018.

RANDERSON, J. **Science & Environmental Journalism**: A 60-minute Masterclass. Guardian Book, 2014. ISBN: 978-1-78356-054-7. Edição Kindle. 791 posições.

ROCHA, Altamar Amaral; FERRAZ, Ana Emília de Quadros. Atlas Geográfico de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista: [s.n], 2015. 132 p.

ROCHA, Altamar Amaral. **Sociedade & Natureza**: a produção do espaço urbano em bacias hidrográficas. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011, 156p.

RODRIGUES, Cae. Limites da mudança e propostas vagabundas: perspectivas práticas da educação ambiental. *In: ARAÚJO, Maria Inês Oliveira; NEPOMUCENO, Aline Lima de Oliveira; SANTANA, Camila Gentil (org.). Educadores ambientais: caminhos para a práxis.* Aracaju: Editora Criação, 2016, p. 15-29. Disponível em: https://www.academia.edu/27342971/Limites_da_mudanca_e_propostas_vagabundas_perspectivas_praxicas_da_educacao_ambiental_In_Educadores_ambientais_caminhos. Acesso em: 15 set. 2019.

SANTANA, Franciely dos Santos *et al.* Gestão Pública Ambiental: uma análise dos projetos ambientais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória da Conquista. *In: CICLO DE ESTUDOS E DEBATES SOBRE CIDADES MÉDIAS E REDES DE EMPRESA*, 1, 2017, Vitória da Conquista, BA. **Anais [...]**. Disponível em: <http://www2.uesb.br/eventos/cmer/wp-content/uploads/2017/11/Gest%C3%A3o-Ambiental-Municipal-Eixo-04-.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

SANTOS, Juliana Oliveira; ANDRADE, Cristina Setenta; SILVA JÚNIOR, Milton Ferreira da. Caminho da Interface Saúde e Água na Gestão do Município de Barra do Choça – Bahia: esboço de cartografia. *In: SAMPAIO, Rubens et al. (org). In: A Questão ambiental em Pauta: educação, saúde, políticas públicas e natureza.* Vitória da Conquista: Edições UESB, 2014, Cap. 5, p. 85-102.

SILVA, Iolete Ribeiro da *et al.* Vivências de Protagonismo Socioambiental por Jovens: Implicações na Constituição do Sujeito Ético-Político. **Trends Psychol.** Ribeirão Preto, v.26, n.2, p. 617-636, Abr/Jun 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2358-18832018000200617&lang=pt>. Acesso em: 02 set. 2018.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre Comunicação e Educação. **Comunicação & Educação.** São Paulo, Ano XIX, n.2, p.15-26, jul/dez 2014. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/72037/pdf_27. Acesso em: 29 set, 2018.

TERCEIRA maior cidade da BA, Vitória da Conquista completa 177 anos. **Portal G1 Bahia**, Salvador, 09 nov 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/terceira-maior-cidade-da-ba-vitoria-da-conquista-completa-177-anos.ghtml>. Acesso em: 05 ago. 2019.

THIESEN, Juarez da Silva. Currículo e gestão escolar: territórios de autonomia colocados sob a mira dos standars. **Currículo sem Fronteiras**, v. 14, n.1, jan/abr. 2014, p. 192-202. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol14iss1articles/thiesen.pdf>. Acesso em: 06 out. 2019.

ZOMBINI, Edson Vanderlei; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Saneamento Básico para a Saúde Integral e a Conservação do Ambiente. *In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação Ambiental e Sustentabilidade.* 2.ed., Baurueri, SP: Manoele, 2014. Cap. 9, p. 237-244.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação dedicou-se ao estudo do projeto de educação ambiental Eco Kids e Eco Teens, idealizado pelo Ministério Público da Bahia e desenvolvido mediante parcerias. Referida iniciativa visa a estimular o protagonismo estudantil nas questões ambientais, mediante interdisciplinaridade da educação ambiental, atenção às estruturas educadoras e uso e manejo de recursos da comunicação no ensino-aprendizagem, modernamente denominados ferramentas educomunicativas. O principal produto do projeto são os jornais ambientais Eco Kids e Eco Teens, que tratam de meio ambiente e são constituídos por matérias autorais dos alunos, que passam a ser, simultaneamente, autores e leitores do informativo.

Muito embora o projeto Eco Kids e Eco Teens tenha sido focado em monografias e artigos acadêmicos, o conteúdo propriamente dito de cada jornal ainda não fora analisado como objeto de estudo. Sobretudo, para apurar, como preconiza a Lei Federal n. 9.795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999), a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais, verificando se as atividades de educação ambiental partem de um contexto local, de um estudo do meio como matéria-prima, para avançar em direção ao contexto global ou se o entorno em que o aluno está inserido sequer serve como elemento ilustrativo para a análise didático-pedagógica da situação global.

Desse modo, o objetivo deste trabalho dissertativo foi apresentar o panorama categórico, a frequência, a similaridade temática entre escolas e municípios e a articulação espacial predominante no desenvolvimento do projeto Eco Kids e Eco Teens, acompanhando a ocorrência e a importância dada ao enfrentamento de temáticas locais como base para educação ambiental contextualizada e significativa.

Para tanto, ao longo dos capítulos, apresentou-se o projeto Eco Kids e Eco Teens, com descrição do seu estado de arte e suas produções em seis municípios da Bahia no período de 2014 a 2018, a saber: Anagé, Barra do Choça, Encruzilhada, Itapetinga, Nova Canaã e Vitória da Conquista.

Duas hipóteses foram elaboradas como norte à investigação. A primeira de que havia temas comuns e preponderantes trabalhados em sala de aula para produção dos jornais Eco Kids e Eco Teens, como espelhamento de temas ambientais nacional ou internacionalmente discutidos. Isto apesar da diferença de níveis de educação (educação infantil a ensino médio, educação de jovens e adultos -EJA), natureza da escola (pública e privada) e sua localização (zona rural e zona urbana), situação socioeconômica e geográfica do município. Dentre as

temáticas, vislumbrou-se possível interesse por segurança hídrica e aquecimento global como assuntos preferenciais em sala de aula e na preparação dos jornais ambientais.

A segunda hipótese foi de que o desenvolvimento do projeto Eco Kids e Eco Teens despertava para a abordagem de problemas ambientais locais, assim compreendidos o entorno da escola e o território do município. Caso confirmada esta hipótese, seria apurada a abordagem de temas ambientais associados ao contexto espacial municipal, para depois avançar-se para o enfrentamento de temas de interesse regional, estadual ou global.

A metodologia foi empírica e exploratória, com abordagens tanto quantitativas como qualitativas. Valeu-se de análise de conteúdo, efetuada sobre base documental, consistente nos jornais ambientais Eco Kids e Eco Teens produzidos pelos seis municípios citados, no período de 2014-2018. Elegendo os títulos dos jornais como unidades de análise, com acatamento de sua importância dentro da teoria jornalística, procedeu-se à identificação, quantificação, hierarquização ou ranqueamento e comparação dos temas desenvolvidos como atividades de educação ambiental pelas escolas participantes para a produção dos jornais ambientais Eco Kids e Eco Teens.

Após o tratamento dos dados, constatou-se que o primeiro pressuposto foi confirmado parcialmente. Como demonstraram os estudos detalhados nos capítulos desta dissertação, os seis municípios da pesquisa externaram preocupação com o tema *água*, em diversas variantes, embora não exatamente com a nomenclatura segurança hídrica. Além dessa, outras temáticas foram comuns entre as escolas, como *reciclagem e lixo*. A temática *aquecimento global*, no entanto, não foi utilizada para a elaboração dos jornais Eco Kids e Eco Teens com significância.

Com relação à contribuição do projeto Eco Kids e Eco Teens para a abordagem de problemas locais, a pesquisa demonstrou a preferência das escolas por temas ambientais mais genéricos, não adstritos ao contexto municipal. Todavia, os assuntos locais ocuparam a pauta dos jornais ambientais, passando a constar de material instrucional e didático com valorização do ambiente do entorno da escola, do lugar do aluno e de sua comunidade. Assim sendo, tem-se como confirmada a segunda hipótese. A participação do projeto mostrou-se positiva nesse estímulo à abordagem de problemas ambientais locais, do conhecimento do espaço físico do cotidiano do aluno, ainda que sem preponderância sobre as temáticas de cunho geral.

A inovação nesta pesquisa, portanto, foi a verificação do enfrentamento de temáticas locais como base crescente para a educação ambiental, computando a frequência e os assuntos mais abordados para a produção dos jornais ambientais Eco Kids e Eco Teens no período de 2014-2018. De igual forma, por extrair ou compilar as preferências temáticas para

desenvolvimento de educação ambiental com os alunos da educação básica nas escolas de seis municípios da região Sudoeste da Bahia que participaram do projeto.

Espera-se com esta pesquisa ter auxiliado na construção da memória do projeto Eco Kids e Eco Teens e na continuidade das atividades de educação ambiental que promove, de forma interdisciplinar e participativa, propiciando linhas temáticas norteadoras para as próximas edições, para que as práticas educativas sejam contextualizadas e direcionadas à resolutividade ou minimização de problemas ambientais postos ao alcance da esfera de interferência dos agentes histórico-sociais em um primeiro momento, seguida da busca da consciência planetária, como escopo final.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Maria Gracielly Lacerda de, SOUSA, Robson Pequeno. Formação continuada e conectivismo: um estudo de caso referente às transformações da prática pedagógica no discurso do professor. *In*: SOUSA, Robson Pequeno *et al.*, (org). **Teorias e práticas em tecnologias educacionais** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016, pp. 195-222. ISBN 978-85-7879-326-5. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 12 mar. 2019.
- BAHIA. Ministério Público da Bahia. Edições Publicadas/Eco Kids/Vitória da Conquista/1ª edição do jornal Eco Kids de Vitória da Conquista. **Portal do projeto Eco Kids e Eco Teens**. Salvador, [2015?]. Disponível em http://www.ecokidsecoteens.mpba.mp.br/wp-content/uploads/2015/05/vitoriaconquisat_ecokids_1_edicao_educandario_padregilberto_2014.pdf. Acesso em: 19 mar. 2020.
- BAHIA. Ministério Público da Bahia. Edições Publicadas/Eco Kids/Vitória da Conquista/11ª edição do jornal Eco Kids de Vitória da Conquista. **Portal do projeto Eco Kids e Eco Teens**. Salvador, [2018?]. Disponível <http://www.ecokidsecoteens.mpba.mp.br/wp-content/uploads/2019/07/2018-11-edicao-escola-municipal-antonio-machado-ribeiro.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2020.
- BAHIA. Ministério Público da Bahia. Edições Publicadas/Eco Teens/Vitória da Conquista/13ª edição do jornal Eco Teens de Vitória da Conquista. **Portal do projeto Eco Kids e Eco Teens**, Salvador, [2017?]. Disponível em: <http://www.ecokidsecoteens.mpba.mp.br/wp-content/uploads/2017/11/13-edicao-escola-municipal-miltondealmeidasantos-2017.pdf> Acesso em: 19 mar. 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016, 279 p.
- BRASIL, Lei 9.795, de 27 abr. 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 abr. 1999, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 28 ago. 2018.
- BRASIL, Lei 12.305, de 2 ago.2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 3 ago. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 01 set. 2019
- CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **▲ Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, 6 (2), jul - dez, 2013,179-191. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.
- CAMPOS, Claudinei José. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília (DF) 2004, set/out; 57(5):611-4. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.
- CÍRCULO Folha. ****P****. **Portal Folha online**. Disponível em:https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_p.htm. Acesso em: 01 set. 2019.
- DAMASCENO, Patrícia Lopes. **Design de Jornais: projeto gráfico, diagramação e seus elementos**. [S.l.: 2013?] Disponível em:<http://www.bocc.ubi.pt/pag/damasceno-patricia-2013-design-jornais.pdf>. Acesso em: 1 set. 2019.
- EDUCOMUNICAÇÃO no ensino de Ciências: projeto contribui com escola municipal de Alagoinhas. **Bem Baiano - Blog do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano**. 10 maio 2016. Disponível em: <http://ifbembaiano.blogspot.com.br/2016/05/educomunicacao-no-ensino-de-ciencias.html>. Acesso em: 5 ago. 2018.

GASTON, Kevin J. Biodiversity. p. 27. *In*: SODHI, Navjot S. EHRlich, Paul R. **Conservation Biology for All**. Oxford, 2011, Cap. 2, p. 27-44

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar** [recurso eletrônico]; como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2011. Recurso digital. ISBN 9978-85-01-09680-7. Edição Kindle, 1174 p.

KAWASAKI, Clarice Sumi; CARVALHO, Luiz Marcelo de. Tendências da pesquisa em Educação Ambiental. **Educação em revista**. Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 143-157, dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982009000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 Mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982009000300008>.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisas em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2431625/mod_resource/content/1/Pesquisa%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Abordagens%20Qualitativas%20vf.pdf. Acesso em: 05 set. 2019.

MANUAL de Redação: **Folha de São Paulo**. 21 ed. São Paulo: Publifolha, 2018, 485 p.

NASCIMENTO, Carolina Paula do; ANJOS, Mailta Brandão dos; VASCONCELOS, Sonia Maria Ramos de. Pesquisa-ação e triangulação metodológica na investigação de percepções de um grupo de alunos da educação básica sobre o meio ambiente. **Ensaio. Pesquisa em Educação em Ciências**: Belo Horizonte, v. 20, e 8673, p. 1-26, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-21172018000100215&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 set. 2019. Epub July 16, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1983-21172018200109>.

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin do; PRADO, Magali (org.) **Técnicas de redação em jornalismo: o texto da notícia**, volume 2. São Paulo: Saraiva, 2009. 2813 posições. Edição Kindle.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense. 1ª ed. e-book, 2017, (Coleção Primeiros Passos 292). Edição Kindle. 887 posições.

ROCHA *et al.* A Educação Ambiental nas Escolas via Projeto “Eco Kids e Eco Teens”. *In*: Educação Ambiental: biomas, paisagens e o saber ambiental. SEABRA, Giovana (org.). Ituiutaba: Barlavento, 2017. p. 956-966, ISBN: 978-85-68066-53-9. Disponível em: http://www.cnea.com.br/publicacoes/?fbclid=IwAR3LgIFszgprihXkbcHYo80WtFYzUsdJEkrBMeeU8VK_ECGjvv0-fndXA. Acesso em: 03 mar. 2019.

SANTANA, Franciely dos Santos *et al.* Gestão Pública Ambiental: uma análise dos projetos ambientais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória da Conquista. *In*: CICLO DE ESTUDOS E DEBATES SOBRE CIDADES MÉDIAS E REDES DE EMPRESA, 1, 2017, Vitória da Conquista, BA. **Anais [...]** Disponível em: <http://www2.uesb.br/eventos/cmer/wp-content/uploads/2017/11/Gest%C3%A3o-Ambiental-Municipal-Eixo-04-.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

SILVA, I. R. *et al.* Vivências de Protagonismo Socioambiental por Jovens: Implicações na Constituição do Sujeito Ético-Político. **Trends Psychol**. Ribeirão Preto, v.26, n.2, p. 617-636, abr/jun 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2358-18832018000200617&lang=pt. Acesso em: 02 set. 2018.

SOUSA, Nayara Alves de; SILVA JUNIOR, Milton Ferreira da; COSTA, Sílvia Kimo. A ecopedagogia como prática ecopedagógica inclusiva em escolas de Vitória da Conquista na Bahia. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 32, n. 1, p. 247-269, ago. 2015. ISSN 1517-1256. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5072>. Acesso em: 20 out. 2019. doi:<https://doi.org/10.14295/remea.v32i1.5072>.

APÊNDICE A — Dados compilados do Município de Anagé em relação ao jornal Eco Teens

Quadro 21 - Pontuação e temáticas do jornal Eco Teens de Anagé

ANAGÉ – TODOS OS TEMAS- ECO TEENS	
Solo	12
Lixo e reciclagem	8
Água	6
Vulcão	2
Caatinga	2
Água, lixo, reciclagem, fauna e flora	1
História do Povoado de Lindo Horizonte	1
Fauna e flora	1
Barragem de Bengo	1
	34

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 22 - Temas ambientais locais de Anagé presentes no Jornal Eco Teens

ANAGÉ - somente temas locais dos jornais Eco Teens	
História do Povoado de Lindo Horizonte	1
Barragem de Bengo	1
5,88%	2

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 23 - Temas ambientais de Anagé presentes no jornal Eco Teens, com exclusão dos locais

ANAGÉ - temas gerais do jornal Eco Teens	
Solo	12
Lixo e reciclagem	8
Água	6
Vulcão	2
Caatinga	2
Água, lixo, reciclagem, fauna e flora	1
Fauna e flora	1
94,11%	32

Fonte: Dados da Pesquisa

APÊNDICE B — Dados compilados do Município de Anagé em relação ao jornal Eco Kids

Quadro 24 - Pontuação e temáticas do jornal Eco Kids de Anagé

ANAGÉ- TODOS OS TEMAS – ECO KIDS	
Rio Gavião	13
Barragem de Anagé	11
Importância da água	8
Reciclagem	6
Lixo em Anagé	2
	40

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 25 - Temas ambientais locais de Anagé presentes no Jornal Eco Kids

ANAGÉ - somente temas locais dos jornais Eco Kids	
Rio Gavião	13
Barragem de Anagé	11
Lixo em Anagé	2
65%	26

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 26 - Temas ambientais de Anagé presentes no Jornal Eco Kids, com exclusão dos locais

ANAGÉ - temas gerais dos jornais Eco Kids	
Importância da água	8
Reciclagem	6
35%	14

Fonte: Dados da Pesquisa

APÊNDICE C — Dados compilados do Município de Barra do Choça em relação aos jornais Eco Teens

Quadro 27 - Pontuação e temáticas dos jornais Eco Teens de Barra do Choça

BARRA DO CHOÇA – ECO TEENS – TODOS OS TEMAS	
Eucalipto	17
Água	14
Barragens de Barra do Choça e Barra Nova	13
Biodiversidade	9
Barra Nova	8
Nascentes	6
Importância da preservação	6
Agronegócio e agroecologia	6
Eco Teens atividades e educação ambiental	5
Horta	4
Curiosidades e experiências	4
Animais: cágado, joão de barro e abelha	4
Histórias que as visitas nos contam	3
Visita à Cooperativa Recicla Conquista	3
Museu Regional da UESB	3
Lagoa das Bateias	3
Associação Revendedores Produtos Agrotóxicos do Sudoeste (ARAS)	3
[origem dos rios e barragens]	2
Poço Escuro	2
Visita ao Bairro Bom Retiro, estação de tratamento de esgoto, Rio da Passagem e Biquinha	2
Situação dos rios de Barra do Choça	2
Descarte do lixo no hospital de Barra do Choça	2
Região Pau Brasil	2
Passeio ecológico no Assentamento Cangussu	2
Visita à Cooperbac – Cooperativa Mista de Pequenos Cafeicultores de Barra do Choça e Região Ltda.	2
Dicas para cuidar do Planeta	2
Rio Catolé [Grande]	1
[importância das cabeceiras]	1
Associação de Moradores para Defesa do Meio Ambiente (ABDEMA)	1
O meio ambiente de Barra do Choça	1
A cidade do mau ambiente	1
A mata de Zêra	1
Relatos e ofícios	1
Depoimentos sobre a Escola Jorge Delano	1
Concurso de fotos	1
Palestra do agrônomo Gilson Santana	1
O que é alimento no Brasil hoje?	1
	140

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 28 - Temas ambientais locais de Barra do Choça presentes nos jornais Eco Teens

BARRA DO CHOÇA - somente temas locais - Eco Teens	
Barragens de Barra do Choça e Barra Nova	13
Barra Nova	8
Visita à Cooperativa Recicla Conquista	3
Museu Regional da UESB	3
Lagoa das Bateias	3
Associação Revendedores Produtos Agrotóxicos do Sudoeste (ARAS)	3
Poço Escuro	2
Visita ao Bairro Bom Retiro, estação de tratamento de esgoto, Rio da Passagem e Biquinha	2
Situação dos rios de Barra do Choça	2
Descarte do lixo no hospital de Barra do Choça	2
Região Pau Brasil	2
Passeio ecológico no assentamento Cangussu	2
Visita à Cooperbac – Cooperativa Mista de Pequenos Cafeicultores de Barra do Choça e Região Ltda.	2
Rio Catolé	1
Associação de Moradores para Defesa do Meio Ambiente (ABDEMA)	1
O meio ambiente de Barra do Choça	1
A mata de Zêra	1
Depoimentos sobre a Escola Jorge Delano	1
37,14%	52

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 29 - Temas ambientais de Barra do Choça presentes nos jornais Eco Teens, com exclusão dos locais

BARRA DO CHOÇA - temas gerais dos jornais Eco Teens	
Eucalipto	17
Água	14
Biodiversidade	9
Nascentes	6
Importância da preservação	6
Agronegócio e agroecologia	6
Eco Teens atividades e educação ambiental	5
Horta	4
Curiosidades e experiências	4
Animais: cágado, joão de barro e abelha	4
Histórias que as visitas nos contam	3
[origem dos rios e barragens]	2
Dicas para cuidar do planeta	2
[importância das cabeceiras]	1
A cidade do mau ambiente	1
Relatos e ofícios	1
Concurso de fotos	1
Palestra do agrônomo Gilson Santana	1
O que é alimento no Brasil hoje?	1
62,85%	88

Fonte: Dados da Pesquisa

APÊNDICE D — Dados compilados do Município de Barra do Choça em relação aos jornais Eco Kids

Quadro 30 - Pontuação e temáticas dos jornais Eco Kids de Barra do Choça

BARRA DO CHOÇA- ECO KIDS- TODOS OS TEMAS	
Reciclagem	19
Lixo	17
Água	13
Visita ao Poço Escuro	12
Visita aos Rios Catolé e Grande – Poluição nos Rios	8
Visita às Barragens de Água Fria	7
Sustentabilidade	5
Tempo de decomposição de Materiais	4
Visita à Acresol	4
Higiene	4
Desmatamento	3
Visita à Cotefave	3
Visitas a nascentes	3
Maquetes	3
Preservação	3
Atividades Eco Kids	3
Temas	2
Peixes	2
Visita à RPPN em Barra Nova	2
Poluição Sonora	2
Desequilíbrio Ambiental	2
Visita à Fábrica de Mel	2
Visita à Região do Sossego	2
Visita ao Sítio Santo Antonio	2
Visita ao Aterro Sanitário de Barra do Choça	2
Quermesse Ecológica	2
Datas Comemorativas	2
Planeta	2
Meio Ambiente	2
Visita à Sucata Esperança	2
Cultivo de plantas ornamentais	1
Pesquisa de campo	1
Visita à Embasa	1
Reflorestamento	1
Restaurante J. Leite	1
Natureza	1
Visita à Cachoeira de Zé Duda	1
Visita à Cooperativa de Reciclagem em Vitória da Conquista	1
	147

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 31 - Temas ambientais locais de Barra do Choça presentes nos jornais Eco Kids

BARRA DO CHOÇA - somente temas locais dos jornais Eco Kids	
Visita ao Poço Escuro	12
Visita aos Rios Catolé e Grande – Poluição Nos Rios	8
Visita às Barragens de Água Fria	7
Visita à Acresol	4
Visita à Cotefave	3
Visitas a Nascentes	3
Visita à RPPN em Barra Nova	2
Visita à Fábrica de Mel	2
Visita à Região do Sossego	2
Visita ao Sítio Santo Antônio	2
Visita ao Aterro Sanitário de Barra do Choça	2
Visita à Sucata Esperança	2
Visita à Embasa	1
Visita à Cachoeira de Zé Duda	1
Visita à Cooperativa de Reciclagem em Vitória da Conquista	1
35,37%	52

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 32 - Temas ambientais de Barra do Choça presentes nos jornais Eco Kids, com exclusão dos locais

BARRA DO CHOÇA - temas gerais dos jornais Eco Kids	
Reciclagem	19
Lixo	17
Água	13
Sustentabilidade	5
Tempo de decomposição de materiais	4
Higiene	4
Desmatamento	3
Maquetes	3
Preservação	3
Atividades Eco Kids	3
Temas	2
Peixes	2
Poluição sonora	2
Desequilíbrio ambiental	2
Quermesse Ecológica	2
Datas Comemorativas	2
Planeta	2
Meio Ambiente	2
Cultivo De Plantas Ornamentais	1
Pesquisa De Campo	1
Reflorestamento	1
Restaurante J. Leite	1
Natureza	1
64,62%	95

Fonte: Dados da Pesquisa

APÊNDICE E — Dados compilados do Município de Encruzilhada em relação ao jornal Eco Teens

Quadro 33 - Pontuação e temáticas do jornal Eco Teens de Encruzilhada

ENCRUZILHADA- TODOS OS TEMAS – ECO TEENS	
Resíduos na Feira Livre de Vila do Café	6
Destino do lixo na Vila do Café	5
Destino da embalagem de agrotóxicos	4
Importância e receita de reciclagem de papel	3
Poluição e meio ambiente	2
Visita ao Rio Mumbuca	2
Breve histórico da instituição escolar	1
	23

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 34 - Temas ambientais locais de Encruzilhada presentes no jornal Eco Teens

ENCRUZILHADA- SOMENTE TEMAS LOCAIS- JORNAL ECO TEENS	
Resíduos na Feira Livre de Vila do Café	6
Destino do lixo na Vila do Café	5
Visita ao Rio Mumbuca	2
Breve histórico da instituição escolar	1
60,86%	14

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 35 - Temas ambientais de Encruzilhada presentes no jornal Eco Teens, com exclusão dos locais

ENCRUZILHADA- temas gerais dos jornais Eco Teens	
Destino da embalagem de agrotóxicos	4
Importância e receita da reciclagem de papel	3
Poluição e meio ambiente	2
39,13%	9

Fonte: Dados da Pesquisa

APÊNDICE F — Dados compilados do Município de Encruzilhada em relação ao jornal Eco Kids

Quadro 36 - Pontuação e temáticas do jornal Eco Kids de Encruzilhada

ENCRUZILHADA - TODOS OS TEMAS - ECO KIDS	
Caatinga	4
Crimes contra a fauna caça	4
Fauna e flora do município	3
Meio ambiente	1
	13

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 37 - Temas ambientais locais de Encruzilhada presentes no jornal Eco Kids

ENCRUZILHADA - somente temas locais dos jornais Eco Kids	
Fauna e flora do município	3
25%	3

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 38 - Temas ambientais de Encruzilhada presentes no jornal Eco Kids, com exclusão dos locais

ENCRUZILHADA - temas gerais dos jornais Eco Kids	
Caatinga	4
Crimes contra a fauna: caça	4
Meio ambiente	1
65%	9

Fonte: Dados da Pesquisa

APÊNDICE G - Dados compilados do Município de Itapetinga em relação aos jornais Eco Teens

Quadro 39 - Pontuação e temáticas dos jornais Eco Teens de Itapetinga

ITAPETINGA- TODOS OS TEMAS – ECO TEENS	
Horta escolar	8
Projeto Defensores da Escola	7
Uso de água e energia	4
Jardinagem	4
Natureza	3
Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente	3
Meio ambiente	2
Lixo	2
Cinco R'S	2
Compostagem	2
Agressão ao meio ambiente de Itapetinga	1
Projeto Eco Teens	1
Educação ambiental	1
Escolas sustentáveis	1
	41

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 40 - Temas ambientais locais de Itapetinga presentes nos jornais Eco Teens

ITAPETINGA- somente temas locais dos jornais Eco Teens	
Projeto Defensores da Escola	7
Agressão ao meio ambiente de Itapetinga	1
Projeto Eco Teens	1
21,95%	9

Fonte: Dados da Pesquisa

APÊNDICE H - Dados compilados do Município de Itapetinga em relação aos jornais Eco Kids

Quadro 41 - Pontuação e temáticas dos jornais Eco Kids de Itapetinga

ITAPETINGA- TODOS OS TEMAS- ECO KIDS	
Futuro e meio ambiente	8
Reciclagem e reutilização de materiais	7
Lixo	4
Fauna e flora	4
Rio Catolé	3
Visita ao Parque Poliesportivo da Lagoa	3
Eco Kids	3
Entrevista com prefeito sobre meio ambiente	2
Visita ao Recicla, Indústria e Comércio de Recicláveis	2
Educação alimentar	2
Ações ambientais realizadas pelos alunos	1
Sustentabilidade	1
Equipe de professores	1
	41

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 42 - Temas ambientais locais de Itapetinga presentes nos jornais Eco Kids

ITAPETINGA - somente temas locais dos jornais Eco Kids	
Rio Catolé	3
Visita ao Parque Poliesportivo da Lagoa	3
Visita ao Recicla, Indústria e Comércio de Recicláveis	2
19,51%	8

Fonte: Dados da Pesquisa

APÊNDICE I — Dados compilados do Município de Nova Canaã em relação aos jornais Eco Teens

Quadro 43 - Pontuação e temáticas dos jornais Eco Teens de Nova Canaã

NOVA CANAÃ- TODOS OS TEMAS- ECO TEENS	
Saneamento básico	9
Rios que passam pelo município de Nova Canaã	7
Água	5
Importância da educação ambiental em atividades de campo	2
Depoimentos dos alunos sobre o projeto Eco Teens	2
Concurso de desenho	1
Meio ambiente limpo e poluição	1
Conferência Juvenil De Meio Ambiente	1
	28

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 44 - Temas ambientais locais de Nova Canaã presentes no Jornal Eco Teens

NOVA CANAÃ- somente temas locais	
Rios que passam pelo município de Nova Canaã	7
Depoimentos dos alunos sobre o projeto Eco Teens	2
32,14%	9

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 45 - Temas ambientais de Nova Canaã presentes no Jornal Eco Teens, com exclusão dos locais

NOVA CANAÃ- temas gerais dos jornais Eco Teens	
Saneamento básico	9
Água	5
Importância da educação ambiental em atividades de campo	2
Concurso de desenho	1
Meio ambiente limpo e poluição	1
Conferência Juvenil De Meio Ambiente	1
67,85%	19

Fonte: Dados da Pesquisa

APÊNDICE J — Dados compilados do Município de Vitória da Conquista em relação aos jornais Eco Teens

Quadro 46 - Pontuação e temáticas dos jornais Eco Teens de Vitória da Conquista

VITÓRIA DA CONQUISTA- TODOS OS TEMAS - JORNAIS ECO TEENS	
Água	35
Energia	16
Rio Verruga	15
Projetos da Escola	14
Ervas medicinais	12
Lixo	9
Resíduos Orgânicos	9
Consumo	8
Projeto Eco Teens	8
Casa Ecológica	8
Feirinha do Bairro Brasil	7
Reciclagem, Coponto, Coleta Seletiva	6
Natureza	6
Datas Comemorativas do Meio Ambiente	6
Poluição Sonora Contaminação por Óleo	6
Meio Ambiente	6
Poço Escuro, Reserva Ambiental	5
Saneamento Básico	4
Horta e Jardim	4
Arborização	4
Gincanas	4
Lagoa das Bateias	4
Pedreira- Impactos Ambientais	4
Ruas do Bairro	4
Ações de Conquista em relação ao meio ambiente	4
Feira da Patagônia	4
Cienb à luz do conhecimento	3
Receitas de reaproveitamento	3
Fauna/Animais em extinção	3
Dengue/Mosquito	3
Feira de Ciências – Produção de Álcool Gel	3
Personalidades: Orlando Leite, etc.	3
Olho D'Água- Nascente do Rio Catolé Grande	3
Flora de Vitória da Conquista	3
Local: Recicla Conquista	3
Cooperativa de Reciclagem do Bairro Brasil	2
Projeto de Revitalização do espaço escolar – Relatos de Experiencia, + Vida em minha Escola	2
Florômetro	2
Povoado Cabeceira	2
Povoado de Lagoa do Justino	2
Povoado do Tigre	2
Geografia e as luzes do saber	2
Aquecimento global	1
Aterro Sanitário	1
Herbário Municipal	1

Praça Tancredo Neves	1
Distrito de São Sebastião	1
Povoado Vereda Grande	1
Povoado de Baixa do Muquém	1
Praça Adelmário Pinheiro	1
Praça Martin Luther King Júnior	1
Biblioteca Municipal José de Sá Nunes	1
Academias de Saúde da Cidade	1
Cristo Mário Cravo	1
Produção Orgânica	1
	266

Fonte: Dados da Pesquisa

APÊNDICE K — Dados compilados do Município de Vitória da Conquista em relação aos jornais Eco Kids

Quadro 47 - Pontuação e temáticas dos jornais Eco Kids de Vitória da Conquista

VITÓRIA DA CONQUISTA	
VITÓRIA DA CONQUISTA- TODOS OS TEMAS - ECO KIDS	
Poço Escuro	17
Água	12
Reduzir, reutilizar, reciclar (dicas)	12
Meio Ambiente	11
Árvore/arborização	11
Horta	9
Lixo	9
Horto Florestal	7
Umbu e palma	7
Planeta	7
Horta Comunitária do Bairro Kadija	6
Animais	6
Caatinga	5
Lagoa das Bateias	5
Datas comemorativas	4
Rio Verruga	4
Projetos ambientais	4
Fábricas ou casas de farinha	4
Natureza	3
A Terra pede socorro	3
Fazenda Experimental	3
Dengue	2
Empalhamento	2
Macaco Futuca	2
Papel	2
Borboleta	2
Fábrica de Goma- destino da água (somente imagens)	2
Receita de bolo de mandioca	1
Carta do leitor	1
Dicas ecológicas	1
Bosques de eucaliptos	1
Cartilha ambiental de Vitória da Conquista	1
Educação Integral	1
Poluição	1
HQ Serra do Periperi	1
	171

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 48 - Temas ambientais locais de Vitória da Conquista presentes nos jornais Eco Kids

VITÓRIA DA CONQUISTA- somente temas locais dos jornais Eco Kids	
Poço Escuro	17
Horto Florestal	7
Horta Comunitária do Bairro Kadija	6
Lagoa das Bateias	5
Rio Verruga	4
Fazenda Experimental	3
Bosques de eucaliptos	1
HQ Serra do Periperi	1
25,73%	44

Fonte: Dados da Pesquisa

Quadro 49 - Temas ambientais de Vitória da Conquista presentes nos jornais Eco Kids, com exclusão dos locais

VITÓRIA DA CONQUISTA- temas gerais dos jornais Eco Kids	
Água	12
Reduzir, reutilizar, reciclar (dicas)	12
Meio Ambiente	11
Árvore/arborização	11
Horta	9
Lixo	9
Umbu e palma	7
Planeta	7
Animais	6
Caatinga	5
Datas comemorativas	4
Projetos ambientais	4
Fábricas ou casas de farinha	4
Natureza	3
A Terra pede socorro	3
Dengue	2
Empalhamento	2
Macaco Futuca	2
Papel	2
Borboleta	2
Fábrica de Goma- destino da água	2
Somente Imagens	2
Receita de bolo de mandioca	1
Carta do leitor	1
Dicas ecológicas	1
Cartilha ambiental de Vitória da Conquista	1
Educação integral	1
Poluição	1
74,26%	127

Fonte: Dados da Pesquisa

ANEXO A — Diretrizes para Publicação da Revista Pesquisa em Educação Ambiental**Diretrizes para autores:**

Os artigos submetidos não devem estar sendo avaliados para publicação em outros periódicos. São aceitos artigos redigidos nos idiomas português, espanhol, inglês ou francês. Cada autor ou grupo de autores pode submeter até dois artigos por ano, nos formatos Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapassem 2MB). Uma folha de rosto deve ser enviada separadamente, como documento suplementar, contendo: i) título do trabalho no idioma em que ele foi escrito; ii) nome(s) do(s) autor(es); titulação atual do(s) autor(es). iii) cargo/função atual e instituição onde o exerce; iv) endereço postal completo; v) endereço eletrônico. O primeiro autor citado deve ser o autor para correspondência, suas informações devem conter um telefone de contato. Em todos os arquivos eletrônicos deve-se apagar as informações que possibilitem identificar o(s) autor(es) do referido artigo (Obs.: No programa Word for Windows acessar o comando propriedades/resumo e apagar as informações).

Observações Importantes: 1) os artigos devem obedecer as prescrições sobre ética na pesquisa quando há o envolvimento de seres humanos, sendo necessário esclarecer que a metodologia adotada acata, rigorosamente, os procedimentos éticos exigidos para a pesquisa científica em Ciências Humanas; 2) caso exista qualquer dúvida que implique em possíveis conflitos de interesse relativos à pesquisa ou publicação do artigo, o(s) autor(es) devem declarar que não houve omissão quanto aos órgãos e/ou instituições financiadores; 3) o não cumprimento das exigências listadas para submissão implicará na recusa do artigo.

Período de Submissão: fluxo contínuo

Avaliação:

I) Inicialmente, os artigos submetidos são analisados pelos editores, coordenadores do número em questão, os quais verificam a adequação dos mesmos ao escopo da revista.

II) Caso aprovados, os artigos são encaminhados a dois pareceristas externos, cujas análises obedecerão aos critérios definidos no escopo da revista. Se houver discordância nos pareceres, os editores associados da revista poderão arbitrar sobre a inserção do artigo, tendo como referência a natureza do periódico e suas normas.

III) Além da pertinência e originalidade da abordagem teórico-metodológica do texto, a clareza e a correção da linguagem, bem como a adequação de estilo e coesão textual também se incluem entre os quesitos avaliativos.

IV) A avaliação dos pareceristas pode resultar em quatro situações: 1) aprovação – publicação conforme apresentado; 2) aprovação com pequenas modificações; 3) nova submissão após grandes modificações (reinicia-se o processo avaliativo); 4) reprovação para publicação.

V) Os autores são comunicados, pelos Editores, sobre a recepção do original. Em seguida, são novamente contatados após a avaliação dos pareceristas. Se houver necessidade de pequenas modificações, o contato entre autores/editores/revisores se manterá até que a versão final do artigo satisfaça todas as exigências da Revista. No final do processo, os autores são notificados sobre a edição (número e volume) em que seus artigos serão publicados.

Direitos Autorais:

Ao submeterem seus artigos, os autores assumem a total responsabilidade quanto à originalidade da pesquisa e da redação. A publicação do trabalho implica a cessão integral dos direitos autorais à revista **Pesquisa em Educação Ambiental**. Conceitos, ideias e afirmações contidos nos artigos são de responsabilidade dos autores, não coincidindo, necessariamente, com o ponto de vista dos Editores ou do Conselho Editorial da revista.

Normas de Publicação:

A redação dos artigos deve obedecer às seguintes normas, em acordo com prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e definições específicas da Revista:

- Utilizar formato compatível com o Word for Windows.
- Formato do papel: A4, orientação “retrato”, sem quebras de página e apenas uma coluna de texto.
- Fonte, espaçamento e paragrafação: Times New Roman, corpo 12, espaço simples; não adicionar espaço entre parágrafos do mesmo estilo; recuo do parágrafo de 1,25 cm; alinhamento na opção “justificado”.
- Margens: 3 cm à esquerda e superior; 2 cm à direita e inferior.
- Não utilizar aspas, sublinhado ou negrito para destaques no texto, apenas itálico.
- Citações diretas com mais de três linhas devem observar recuo de 4cm e ser grafadas em corpo 10. Citações diretas no corpo do texto devem utilizar aspas.
- Cada artigo deve conter no mínimo 35.000 e no máximo 70.000 caracteres (com espaços, incluindo referências bibliográficas, notas de rodapé e tabelas)

Informações complementares:

• **Primeira página:** i) Na primeira página do texto, com a opção “centralizado”, deve constar o título completo do artigo, com no máximo 20 palavras, utilizando fonte times New Roman, corpo 12, letras maiúsculas e minúsculas. Deve estar no idioma original (português, espanhol, inglês ou francês); abaixo do título no idioma original, deve vir o título em inglês e espanhol, obedecendo à mesma formatação; ii) em seguida, inserir resumo de até 250 palavras, acompanhado de três a cinco palavras-chave. Inserir traduções do resumo e das palavras-chave nos idiomas inglês (abstract) e espanhol (resumen). Se o idioma original for o inglês, deverá ser traduzido para o espanhol e português. Os verbetes – Resumo, Abstract e Resumen – devem ser grafados centralizados na página, em negrito, corpo 12, utilizando maiúsculas e minúsculas. O corpo do resumo deve ser grafado em corpo 10, opção “justificado” e sem parágrafos. O abstract e o resumen obedecem à mesma regra. As palavras-chave devem iniciar com letra

maiúscula e ser separadas entre si por ponto final (.); iii) no caso de pesquisas empíricas, o resumo deve apresentar brevemente e de forma clara os objetivos, a metodologia e os resultados mais importantes. O resumo não deve incluir referências bibliográficas. Deve conter de 100 a 250 palavras e no máximo 1000 caracteres (com espaço). As palavras-chave devem refletir, da melhor maneira possível, a temática do estudo. O artigo deve conter de 3 a 5 palavras-chave.

2) **Inserção de Ilustrações:** as normas atendem prescrições da ABNT e abrangem figuras, fotos, gráficos, tabelas e quadros. As ilustrações devem constar do texto e, também, ser enviadas separadamente, em arquivos anexos com a identificação dos mesmos (Ex: figura 01, tabela 02, ou quadro 01). A ABNT distingue tabela e quadro. Tabela é a “forma não discursiva de apresentação de informações, representadas por dados numéricos e codificações, dispostos em uma ordem determinada, segundo as variáveis analisadas de um fenômeno”. Na apresentação gráfica, não deve ser fechada nas laterais e o título aparece acima, em corpo 10. Quadros trazem informações discursivas, e devem ser fechados. Os títulos ficam acima, em corpo 10. Negrito apenas na designação, e não no título. Ex. **Tabela 1** – Título.

3) **Citações e Referências:** as citações no texto e as referências devem seguir rigorosamente a última versão das normas da ABNT. As normas escolhidas devem ser uniformes ao longo de todo o texto. Nos casos indicados abaixo, em que a ABNT oferece opções, o trabalho deverá adotar as orientações que se seguem: i) as citações devem ser indicadas no texto pelo sistema de chamada autor-data. Exemplo: segundo Sobrenome (2012); ii) as referências devem aparecer em “Referências” e só devem apresentar aquelas que foram citadas no transcorrer do texto; iii) o recurso tipográfico itálico deve ser utilizado para destacar o elemento título das obras, de acordo com a norma; iv) as notas devem ser colocadas no rodapé da página.

4) **Como citar os artigos:** ao citar os artigos publicados na Revista Pesquisa em Educação Ambiental, deve-se obedecer às prescrições da ABNT. Ex. PRIMEIRA AUTORIA, Iniciais; SEGUNDA AUTORIA, Iniciais. Título do artigo. Pesquisa em Educação Ambiental, cidade de publicação, v., n., p.xx-xx, mês abreviado. Ano.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou para terceiros.

ANEXO B — Diretrizes Para Publicação da Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental (REMEA)

Normas editoriais para publicação na REMEA

Normas editoriales para la publicación en REMEA

Editorial standards for publication in REMEA

Submissões em fluxo contínuo.

Como parte do processo de submissão, ficam os autores responsabilizados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens nas Normas Gerais para publicação na REMEA. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão rejeitadas.

- Critérios iniciais

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, justificar em "Comentários ao Editor".

2. A submissão possui no máximo 3 autores, dos quais no mínimo um possui doutorado concluído.

3. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (.doc, .docx ou .rtf).

4. A identificação de autoria do trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em Assegurando a Avaliação por Pares às Cegas.

5. Por política editorial, não aceitamos a publicação de mais de um artigo do mesmo autor no mesmo ano. Devido a isto, solicita-se o envio de apenas UM artigo do mesmo autor em cada abertura de envio de trabalhos para REMEA. Caso o autor envie mais de um, consideraremos apenas o primeiro enviado.

6. Sobre endogenia: Visando atender aos critérios de avaliação dos periódicos científicos adotados pelas bases indexadoras mais conceituadas, a REMEA limita-se a publicar anualmente no máximo 20% do número de artigos cujos autores sejam vinculados a FURG. Além disso, cada autor deve aguardar o intervalo de 2 anos entre publicações. Caso o limite já tenha sido atingido, os demais artigos com autores vinculados a FURG serão rejeitados, podendo ser submetidos novamente após o período informado.

- Apresentação formal das submissões

7. Para submissão de artigos na REMEA, é necessário o preenchimento de todos os campos solicitados. Artigos com campos deixados em branco, correm o risco de não serem avaliados. No formulário de submissão é indispensável preencher os campos “URL” (com o link para o currículo Lattes), “Instituição/Afiliação” (em até 3 linhas) e “Resumo da biografia” (constando a formação e titulação em até 3 linhas).

8. O artigo submetido à REMEA é configurado para papel A4, observando as seguintes indicações: margem direita/superior/inferior 2,5 cm; margem esquerda 3,0 cm; fonte Times New Roman no corpo 12, com espaçamento entre linhas 1,5 cm. Não utilize espaçamento entre parágrafos.

9. O artigo INÉDITO (português ou espanhol) possui entre 15 e 20 laudas e deve constar de título em português, espanhol e inglês, e resumo também em português, espanhol e inglês. O resumo deve ter em torno de 10 linhas ou 130 palavras, com indicação de três palavras-chave (que também devem ser apresentadas em português, espanhol e inglês), preferencialmente de um vocabulário controlado como o Thesaurus Brasileiro da Educação .

10. A resenha crítica de livro possui entre 3 e 6 laudas e deve constar a referência completa do livro. Serão avaliadas apenas resenhas de obras que apresentem contribuições à Educação Ambiental.

11. Os subtítulos “Introdução”, “Fundamentação”, “Metodologia”, “Resultados e discussão” e “Considerações finais” podem ser substituídos por outros equivalentes ou mais

adequados à abordagem epistemológica-metodológica do trabalho. No entanto, é fundamental que independente do subtítulo, o artigo explicita a pergunta/problema, objetivos e justificativa, e inclua ao final o subtítulo “Referências”.

12. Todos os endereços de páginas na Internet (URLs), incluídas no texto (Ex.: <http://www.ibict.br>) estão ativos e prontos para clicar.

13. As figuras devem ser incorporadas ao texto com as respectivas legendas.

14. A elaboração dos textos em língua portuguesa e espanhola é de inteira responsabilidade do autor.

15. Nas citações (a partir de quatro linhas), o recuo é de 4 cm da margem esquerda, o espaçamento é simples e a fonte, 11.

16. As menções de autores no texto subordinar-se-ão as Normas Técnicas da ABNT – NBR 10520, agosto 2002. Exemplos:

Guimarães (1964, p. 70); (GUIMARÃES, 1964) e (GUIMARÃES, 1964, p. 71).

17. As notas devem ter caráter unicamente explicativo e constar como nota de rodapé ou nota de fim no final do texto, antes das referências.

18. Registrar, nas referências, SOMENTE, os autores citados no corpo do texto.

19. As referências no final do texto precisam obedecer às Normas Técnicas da ABNT, NBR 6023, novembro 2018. Exemplos:

Livro

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. História da instrução pública no Brasil (1500-1889). Tradução Antonio Chizzotti. São Paulo: EDUC; Brasília: MEC/INEP, 1989. AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UNB, 1996. DALBOSCO, Claudio A. (org.). Filosofia Prática e Pedagogia. Passo Fundo Ed da: UPF, 2003.

Periódico

PEREIRA FILHO, João. Primeiros tempos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 95, p. 8-17, jul./set. 1964.

Tese e dissertação:

CHAVES, Nicolau de. *Lideranças comunitárias*. 1988. 317f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Brasília, DF, 1998.

20. Escrever o nome completo do(s) autor(es) e do(s) tradutor(es) na referência.

21. Antes do envio para os pareceristas, o artigo deverá estar em consonância com o que prescreve estas Normas Gerais.

- O processo de avaliação e publicação

Os artigos e resenhas submetidos passam por três fases. A primeira consiste na triagem realizada pelos Editores, que examinam a adequação do trabalho à linha editorial da revista e às normas de publicação, bem como a contribuição e qualidade do artigo para a revista, e o potencial de publicação. Verificamos todos os trabalhos com software anti-plágio CopySpider. Nesta etapa, a situação da submissão no sistema é “Aguardando designação”. Trabalhos considerados inadequados são rejeitados nesta etapa.

Na segunda fase, os trabalhos que passaram pela triagem inicial sem serem rejeitados são encaminhados para a avaliação por pares às cegas. Nesta etapa, a situação da submissão no sistema é “Em avaliação”. Após o parecer dos avaliadores, a decisão final volta a Equipe Editorial. Três decisões são possíveis:

- A submissão é rejeitada e fundamentada com parecer dos avaliadores;
- a submissão é aceita sem correções;
- são solicitadas correções que devem ser atendidas em determinado prazo, e serão novamente avaliadas para aceite ou rejeição definitivos.

Os trabalhos aceitos no processo de avaliação passam à etapa de edição, para os ajustes finais da publicação.

Com o sistema duplo-cego (blind review), os nomes dos pareceristas permanecerão em sigilo, omitindo-se também destes os nomes dos autores. Portanto, ao submeter o artigo no sistema, é indispensável o anonimato de autoria. Em hipótese alguma, o(s) autor(es) pode(m) se identificar no corpo do texto. Considera-se quebra de anonimato qualquer referência explícita de autoria — citação de nome do(s) autor(es) do artigo ou referência a artigos em autoria ou em coautoria em trabalhos anteriores.

Caso necessário, o artigo aprovado será submetido a pequenas correções visando à melhoria do texto.

À REMEA, ficam reservados os direitos autorais no tocante a todos os artigos nela publicados.

No caso de artigo desclassificado em qualquer critério previsto conforme Normas da Revista, o mesmo deverá ser novamente submetido em novo edital.

As submissões à REMEA são em fluxo contínuo, e a publicação ocorre no estilo Ahead of print.

Ahead of print ou publicação avançada é a publicação antecipada dos trabalhos aprovados pela Equipe Editorial, o que contribui para a difusão mais rápida das pesquisas. Os trabalhos são publicados imediatamente após o fim do processo de edição, e mais tarde são incluídos à uma edição definitiva do periódico.

Para mais informações consulte:

http://www.scielo.org/local/File/Guia_AOP.pdf

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, justificar em "Comentários ao Editor".
2. Doutorado concluído por, pelo menos, um dos autores.

3. A identificação de autoria deste trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em *Assegurando a Avaliação por Pares Cega*.

4. Por política editorial, não aceitamos a publicação de mais de um artigo do mesmo autor no mesmo volume. Devido a isto, solicita-se o envio de apenas UM artigo do mesmo autor em cada abertura de envio de trabalhos para REMEA. Caso o autor envie mais de um, consideraremos apenas o primeiro enviado.

5. Como parte do processo de submissão, ficam os autores responsabilizados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens nas Normas gerais para publicação na REMEA. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.